



PONTO &
VÍR,ULA

Conselho Editorial

Ana Amélia da Silva
Carla Cristina Garcia
Carmem Junqueira
Dorothea Voegeli Passetti
Edgard de Assis Carvalho
Edison Nunes
Edson Passetti
Eliane Hojaij Gouveia
Guilherme Simões Gomes Júnior
Lucia Helena Vitalli Rangel
Lucia Maria Bógus
Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
Maria Helena Villas Bôas Concone
Maria Margarida Cavalcanti Limena
Marisa Borin
Mariza Martins Furquim Werneck
Maura Pardini Bicudo Vêras
Mônica de Carvalho
Noêmia Lazzareschi
Rafael de Paula Aguiar Araújo
Rita Alves Oliveira
Rosemary Segurado
Salette Oliveira
Silvana Maria Totorá
Silvia Borelli
Teresinha Bernardo
Vera Lucia Michalany Chaia

Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

Lucia Maria Bógus
Vera Lucia Michalany Chaia

Editor

Rafael de Paula Aguiar Araujo, PUC-SP, Brasil

Cartoon

Toni D'Agostinho

Revisão de texto

Deysi Cioccarri

Arte e Diagramação

Yasmin Mancini

Ponto-e-Vírgula: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0 .

Edição “Imigração”

No 18 - Segundo semestre de 2015

Cartoon - Toni D'Agostinho	3
Nota dos editores	4-5
Imigração, “ethos laboral” e raça: Portugueses e bolivianos em São Paulo Caroline Cotta de Mello Freitas	6-20
“Invasoras” do Reino Unido: reenquadrando discursos de colonialidade nas vozes de mulheres negras brasileiras imigrantes Katucha Bento	21-38
Juventude do campo e migração: escolarização, resistência e expansão do agronegócio Angélica Kuhn	39-55
Estado Islâmico, imigração e o fenômeno das escravas sexuais Júlia Battistuzzi Penachioni	56-70
A questão imigratória na França: insurreição nos banlieues, controle, vigilância e violência. Fernanda Bizzo	71-91
Brasileiros que retornam, os desafios de recomeçar em São Paulo Maura Pardini Bicudo Vêras e Suzane Caroline Gil Frutuoso	92-107
Haitianos no Brasil: compreendendo o movimento migratório a partir da cidade de Cajamar/SP. Suélen Cristina de Miranda e Mário Jorge da Silveira Junqueira	108-125
O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios Lucia Maria M. Bógus e Maria Lucia Alves Fabiano	126-145
Sujeito, Estado e mobilidade na migração: cidadania, conquista e liminaridade no caso de Poços de Caldas (BR) e Mount Vernon (NY) Gabriela Acerbi Pereira	146-166
Resenha de Claude Lévi-Strauss: <i>A outra face da lua: escritos sobre o Japão</i> Profa. Dra. Alzira L. A. Campos e Profa. Dra. Marília G. G. Godoy	167-170
Entrevista com Saskia Sassen: “Não é imigração, é expulsão” Jorge Felix	171-179

..... Toni D'Agostinho



Nota dos editores

Ponto-e-Vírgula, revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, está de cara nova: novo projeto gráfico, nova equipe editorial e a colaboração do cartunista e cientista social Toni D'Agostinho. Permanece, contudo, com o objetivo de promover a divulgação de pesquisas acadêmicas e trazer ao debate temas importantes das Ciências Humanas em uma perspectiva interdisciplinar.

No número 18 apresentamos textos que discutem o fenômeno da imigração através de diferentes abordagens e estudos de caso. O artigo de Carolina Cotta de Mello Freitas olha para o fenômeno migratório de bolivianos e portugueses na cidade de São Paulo tratando “ethos laboral” e raça, lançando um olhar para o sistema racial que caracteriza a sociedade brasileira.

Angélica Kuhn trata da relação entre a juventude do campo, o agronegócio e a migração. Maura Vêras e Suzane Frutuoso analisam a realidade de 400 mil brasileiros que retornaram ao país após a crise de 2008. Sobre o mesmo tema, Lucia Bógus e Maria Lucia Alves Fabiano analisam o Brasil como destino das migrações internacionais recentes após a projeção do país no exterior e as dificuldades impostas pela Europa e EUA.

O artigo de Gabriela Acerbi Pereira analisa a relação entre agentes, Estado e mobilidade presente nos fluxos migratórios da cidade mineira de Poços de Caldas e Mount Vernon, distrito de Nova York. Suélen Cristina de Miranda e Mário Jorge da Silveira Junqueira avaliam o fenômeno migratório haitiano a partir de Cajamar, município que se propôs a receber um significativo número de imigrantes desse país.

Olhando para a Europa, o artigo de Fernanda Bizzo faz uma avaliação das políticas empregadas na criação dos banlieues, regiões específicas da cidade onde habitam os imigrantes advindos de ex-colônias francesas. O artigo faz uma vigorosa crítica sobre a utilização desses bairros como “prisões a céu aberto” segregando seus moradores do restante da população francesa.

Ainda com foco no velho continente, o artigo de Katucha Bento discute a experiência de imigração de mulheres negras no Reino Unido atentando-se para a necessidade de se considerar as opressões sociais através do prisma interseccional. Júlia Battistuzzi Penachioni, por sua vez, aborda o grupo denominado Estado Islâmico e suas consequências para o fenômeno imigratório na Europa, examinando o caso das mulheres que foram transformadas em escravas sexuais por combatentes.

A Revista traz ainda uma resenha escrita por Alzira Lobo Arruda Campos e Marília Gomes Ghizzi Godoy sobre uma obra ainda pouco conhecida de Lévi-Strauss, *A outra face da lua: escritos sobre o Japão*.

Por fim, este número de Ponto-e-Vírgula oferece aos leitores uma entrevista com Saskia Sassen, professora da Columbia University, considerada uma das mais importantes intelectuais da atualidade. A entrevista, feita pelo professor Jorge Felix, avalia o fenômeno migratório como “expulsão”. Questionando conceitos e sugerindo uma nova leitura da realidade, a partir da “desestabilização dos conceitos estáveis”, a autora aborda o caso da Síria, além de temas como a desigualdade social, o mercado imobiliário e a educação bem como da definição de cidade como uma mistura de complexidade e incompletude e o desenvolvimento da ideia de um “urbanismo open source”.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Imigração, “ethos laboral” e raça: Portugueses e bolivianos em São Paulo

Caroline Cotta de Mello Freitas¹

Resumo: Baseado em pesquisa etnográfica entre imigrantes portugueses (1997 a 2003) e imigrantes bolivianos (2015 a 2016) na cidade de São Paulo, este texto pretende promover uma reflexão sobre o fenômeno migratório “ethos laboral” e raça. A realização das pesquisas indicou a ênfase no trabalho como eixo de elaboração dos discursos dos imigrantes em ambos os grupos, entretanto, nossa hipótese é que em consequência do sistema racial que caracteriza a sociedade brasileira os esforços e dedicação dos imigrantes terão resultados diferentes no que tange à mobilidade social ascendente devido à sua “localização” no sistema racial brasileiro.

Palavras-chave: Imigração; Ethos laboral; Sistema racial brasileiro; Discurso; Etnografia.

Abstract: Based on ethnographic research among Portuguese immigrants (1997-2003) and Bolivian immigrants (2015-2016) in the city of São Paulo, this text intends to incite a reflection on the migration phenomenon, “labor ethos” and race. The realization of both researches indicated the emphasis on work as development axis of the speeches of immigrants in both groups, however, our hypothesis is that as a result of the racial system that characterizes the Brazilian society the efforts and dedication of immigrants will have different results in terms of the upward social mobility because of its “location” in the Brazilian racial system.

Keywords: Immigration ; Ethos ; Brazilian racial system; Speech; Ethnography.

¹ Mestre e Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Professora da Escola de Sociologia e Política de São Paulo/FESPSP. carolinefreitas@fespsp.org.br

Introdução

Este texto se baseia na experiência da autora com pesquisa etnográfica entre imigrantes portugueses² e bolivianos³ em São Paulo. Ao realizar a pesquisa com imigrantes bolivianos, após muitos anos de intervalo em relação à pesquisa com imigrantes portugueses, novamente nos deparamos com um enfático discurso de valorização do trabalho, a que chamaremos de “ethos laboral”. Neste texto nos dedicaremos a refletir acerca das especificidades do fenômeno migratório sobre “ethos laboral” e raça entre imigrantes radicados em São Paulo. Não inauguramos o debate sobre imigração e trabalho, largamente desenvolvido nas discussões sobre migrações, pretendemos propor uma reflexão com base em nossa experiência de pesquisa com grupos que imigraram para São Paulo no início e no final do século XX, e no início do século XXI, e que tem inserções peculiares na sociedade de destino; entre outras razões, em consequência do modo como opera o “sistema racial” no Brasil. Conforme dito “sistema”, portugueses são brancos e bolivianos são indígenas, ou não-brancos; o que tem implicações consideráveis.

Migrar

Migrar não é apenas uma mudança geográfica, mas também a transição de uma sociedade para outra, por mais que existam afinidades entre as culturas do país de origem e de destino, a migração sempre implica em momentos de esperança, de dificuldades, de rupturas, de troca de uma comunidade “original” por uma terra estranha, às vezes hostil, e que causa estranhamento. A migração é um fenômeno de duas faces: a emigração, realizada por aqueles que deixam seu lugar de origem; e a imigração, concretizada com a inserção em um lugar de destino. Bourdieu caracteriza o imigrante como “incômodo

² Iniciação científica, de agosto de 1997 a agosto de 1999, no Subprojeto 2 - *Famílias Portuguesas na Área Metropolitana de São Paulo (1930-1963)*, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, vinculado ao Projeto Integrado “*Portugueses em São Paulo, Africanos em Portugal: Representações e Vivências Familiares (Século XX)*”, no Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU/USP).

Freitas, Caroline C. de M. *A arquitetura de um projeto migratório: representação, memória e “cosmologia salazarista” entre imigrantes portugueses em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). MIMEO. São Paulo, 2004.

³ Pesquisa: *Um encontro de discursos latino-americanos sobre raça: elaborações sobre raça e mestiçagem entre imigrantes bolivianos em São Paulo/Brasil*, realizada com financiamento do PIPED - Programa de Incentivo de Pesquisa Docente (2015 – 2016) da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo/FESPSP.

em todo lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora...”. (1998, p. 11) O migrante se torna um “ausente” em seu lugar de origem, porque emigrado, e um “indesejado” na sociedade de destino. Não estando completamente em lugar algum, fazendo parte de lá e de cá e de nenhum lugar.

A condição do imigrante oscila entre o estado provisório que o define de direito e a situação duradoura que tende a caracterizá-lo de fato. Uma situação ambígua e contraditória que, a depender das circunstâncias, possui maior ou menor peso nas vivências e falas de imigrantes. A ideia de suposta transitoriedade da imigração é importante tanto para os migrantes em seu destino, na medida em que assim se tornam toleráveis, quanto em seu lugar de origem, pois deste modo os emigrantes, ausentes, são percebidos como aqueles que voltarão, idênticos ao que eram, e retomarão o lugar que não deveriam ter abandonado e que só o fizeram provisoriamente. Conforme Sayad (1998), em geral, os migrantes entendem a sua presença em outro país como algo provisório, pois têm sempre em mente o retorno à terra natal (é isso que, segundo o autor, possibilita a emigração), porém, se trata de uma “provisoriedade eterna”.

As migrações não acontecem em função exclusivamente da necessidade ou da oportunidade, mas, sim, da combinação, em diferentes situações concretas, da necessidade com a oportunidade. Todo imigrante, ao sair de seu lugar de origem, imagina que encontrará na sociedade de destino um lugar cheio de oportunidades. No entanto, as possibilidades de mobilidade social ascendente no país de destino nem sempre são animadoras. Uma primeira questão importante é saber se os migrantes já dispõem de trabalho ao chegar, e se a busca por trabalho está mais ou menos relacionada aos conhecimentos e aptidões que possuem. Assim como para a mobilidade social é fundamental o desenvolvimento do mundo do trabalho, em especial, quando a segunda geração ingressa nele. (VERMEULEN, 2001, p. 28)

Além disso, como observa Leite, “o fenômeno migratório tem, pela sua própria natureza, elementos de continuidade” (1999, p. 180). Ou seja, os emigrantes de uma geração utilizam frequentemente contatos e experiências de pessoas pertencentes a gerações anteriores, assim, “as consequências de uma época migratória não se esgotam no seu próprio tempo” (p. 181). Desta forma, podemos entender que, mesmo em momentos de queda nos fluxos migratórios, os migrantes já estabelecidos em outras terras mantêm uma rede de contatos com o país de origem, o que permite uma circulação de informações sobre o país de destino e de contatos entre os que desejam emigrar e os conterrâneos já emigrados.

Sayad define o imigrante como “essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (1998, p. 54). Como consequência, a estadia autorizada ao imigrante está intrinsecamente associada ao trabalho e sua existência na sociedade de destino só é reconhecida porque é um trabalhador. É o trabalho que faz “nascer” o imigrante, que o permite existir; em momentos de crise, quando o trabalho escasseia, a ausência de trabalho faz “morrer” o imigrante, pois este se torna desnecessário, e ainda mais indesejável. É importante destacar que o trabalho destinado ao imigrante não é qualquer trabalho, é aquele que o “mercado de trabalho” lhe destina, em geral desregulamentado, subalterno, pouco valorizado.

A representação na sociedade de acolhimento de que os imigrantes são trabalhadores “desesperados” e sua condição jurídica de “não-nacional”, de excluídos juridicamente do campo político, permite a percepção de que não é necessário garantir-lhes qualquer igualdade frente à lei e na prática. Assim, as discriminações ligadas ao direito, baseadas na distinção entre nacional (cidadão) e não-nacional (não cidadão), se associam às discriminações de fato (às desigualdades sociais, econômicas e culturais), estas, por sua vez, encontram justificativas e atribuem a si mesmas legitimidade com base nas discriminações de direito; uma lógica circular, na qual as situações de fato e de direito se sustentam mutuamente, e permitem a geração e manutenção de situações segregação, dominação, discriminação, garantindo a manutenção do racismo e da xenofobia, por exemplo.

Para pensarmos a imigração, desde finais do século XX, Sayad sugere que a tomemos como um sistema, posto que é dotada de uma lógica própria, tem efeitos e causas próprias, bem como condições quase autônomas de funcionamento e de perpetuação. (SAYAD, 1998, p. 105) O fenômeno migratório tem aspectos internacionalizados, que historicamente afetam o globo, e que desde finais do século XX tornaram o mundo da emigração e o da imigração de tal forma conexos ao modo como opera a economia global que não é mais possível separar, como no caso do Brasil, por exemplo, países expulsores de emigrantes e países receptores. Boa parte dos países se tornou ambos, expulsor e receptor. Uma transformação profunda em relação à clássica distinção, forjada no período das “grandes migrações”, identificado principalmente com finais do século XIX e inícios do século XX, que definia países pobres e/ou em crise como países expulsores e países ricos e/ou em desenvolvimento como países receptores. Os fluxos migratórios têm, contemporaneamente, complexidades e especificidades de outra ordem, que fazem com que países acumulem tanto fluxos de expulsão quanto de recepção de migrantes.

Imigrantes Portugueses em São Paulo

A presença de portugueses no Brasil, em consequência do fato de o país ter sido colônia portuguesa, é, como se pode imaginar, bastante antiga. Em 1822, os portugueses deixaram de ser colonizadores, para tornarem-se imigrantes, chegando mesmo a competir com os escravos africanos e homens livres pobres os trabalhos menos qualificados (ALENCASTRO, 1988, p. 41).

Entre outras motivações, a imigração portuguesa para o Brasil no século XX teve como motor a ideia de que o país é, de certa maneira, “parte” de Portugal, dados os laços históricos e culturais que unem os dois países. O mais forte indício destes laços, sem dúvida, seria a nossa língua. A noção de “mundo português” afirmada em meados do século XX prescinde de fronteiras políticas, e sublinha a existência de uma “comunidade lusófona” legitimada pela língua, história e cultura comuns, e dá sentido a esta percepção de laços profundos que uniriam Brasil e Portugal.

Nossa pesquisa com imigrantes portugueses em São Paulo foi delimitada com base em dados estatísticos sobre este fluxo migratório para o Brasil no século XX. Os anos de 1930 a 1960 são, como apontam as estatísticas, momentos de ruptura no fluxo migratório português para o Brasil. Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1994) discute a migração de portugueses para o Brasil levando em conta, além dos dados sobre a imigração, a situação política em Portugal e as políticas imigrantistas do governo brasileiro, e identifica três períodos da imigração portuguesa para o Brasil neste século. A saber: de 1888 a 1930 – período em que ocorreu uma intensificação do fluxo migratório; de 1930 a 1950 – período de redução da imigração portuguesa; e o último a partir de 1950 – período de recuperação relativa da imigração para o Brasil. Existem dados suficientes para dizer que a partir de 1960 a imigração portuguesa para o Brasil cai drasticamente e se redireciona para outros países da Europa, em especial a França (ALMEIDA e BARRETO, 1970).

O ano de 1930 foi um marco nas legislações imigrantistas brasileiras. Nesse ano, Getúlio Vargas fez drásticas mudanças na legislação migratória, impondo limites à imigração estrangeira e incentivos à migração interna. Apesar das Constituições de 1934 e 1937 estabelecerem cotas para entrada de imigrantes e restringirem os seus direitos, a legislação foi abrandada com relação a Portugal, e em 1939 a restrição numérica à entrada de imigrantes portugueses no Brasil foi revogada. Nesse momento também foram adotadas outras medidas que favoreciam a imigração portuguesa para o país. (FAUSTO, 1991; LOBO, 1994). Algo que indica que imigrantes portugueses não eram tratados com a mesma “desconfiança” que imigrantes de outros países.

O período de 1930 a 1960 não é um momento em que tenha ocorrido uma homogeneidade no fluxo migratório. Na verdade, podemos identificar momentos distintos dentro deste período, um que vai de 1930 a 1949, e em que o fluxo migratório diminui, e um segundo que vai de 1950 a 1960, em que ocorre um crescimento relativo da imigração portuguesa para o Brasil. No último período, a emigração portuguesa para o Brasil era entendida como um problema para o governo português, pois os migrantes preferiam vir para o Brasil a ir para as colônias portuguesas na África, onde o governo português pretendia tornar sua presença mais “efetiva” e para tal necessitava de colonos que ocupassem tais territórios “portugueses”. É crucial lembrar que, em 1952, o governo português criou a Junta Migratória do Ministério do Interior, que passou a exigir a apresentação de uma “Carta de Chamada”⁴. Graças a esta exigência os imigrantes chegavam à São Paulo e rapidamente começavam a trabalhar. Dentre os trinta relatos que colhemos, a pessoa que demorou mais tempo para conseguir trabalho em São Paulo tardou quinze dias; tempo bastante curto para alguém que chega a um país estranho.

Na cidade de São Paulo, de acordo com Robert Rowland, o imigrante português chegado nos primeiros anos do século XX vai “preencher o vazio deixado pelo refluxo da imigração italiana” (1998, p. 367). Na capital paulista, os portugueses recém-chegados tiveram dificuldades em se integrar, principalmente no mercado de trabalho, e o fizeram em uma posição subalterna. Ao contrário do ocorrido no Rio de Janeiro, em São Paulo os migrantes portugueses ocuparam um lugar de segunda ordem (ROWLAND, 1998, pp. 366 - 369). Em São Paulo a presença portuguesa é identificada principalmente com as padarias, uma vez que a maior parte dos proprietários de padarias em São Paulo é ou descendente ou imigrante português.

Os primeiros tempos em São Paulo sempre foram descritos pelos imigrantes com quem conversamos, com muita emoção, como tempos difíceis superados com muita luta e trabalho. Enfatizavam que tudo que construíram no Brasil foi conseguido à custa de muito trabalho e sacrifício. “Não foi fácil não... foi muita luta viu, muito sofrimento, muita saudade, muita...muita lágrima (emocionada) (...) na minha chegada, que eu morei quatro anos e meio num cômodo e cozinha, com os dois bercinhos, um de cada lado, sem nada. A gente chegou aqui sem nada, esta vida, não tem...tanto eu como o meu marido,

⁴ A “Carta de chamada” era um documento enviado por alguém no lugar de destino se responsabilizando por arranjar emprego e garantir abrigo para o emigrante em sua chegada. Este documento era necessário para que o emigrante pudesse deixar Portugal, esta exigência do governo português visava diminuir o índice de retornos, controlar o número de migrantes que se dirigiam para outros destinos que não as colônias e as fontes de remessas de dinheiro.

né. Foi tudo... nós começamos assim lá de baixinho mesmo, lá de baixo. Fomos subindo graças à Deus. Lentamente, por isso que a gente dá muito valor às coisas.” Esta fala de uma senhora portuguesa é exemplar, os imigrantes narravam o começo de suas vidas no Brasil de forma muito semelhante, alguns contavam ter obtido maior sucesso econômico, outros menor, mas todos, sem exceção, consideravam ter sido bem-sucedidos com a imigração para o Brasil. Os relatos combinavam a ascensão social com um tom épico, histórias de “luta e sofrimento”, termos carregados de emoção e usados como distintivos de sua trajetória.

É interessante ressaltar que os entrevistados tendiam a mencionar as conquistas materiais de passagem, e enfatizar o fato dos filhos estarem “todos formados”. A valorização da educação formal era algo muito significativo no interior do balanço feito pelos imigrantes com relação ao sucesso de seu projeto migratório. A educação formal dos filhos não só era um signo de sucesso, como também era apontada como uma preocupação constante. Nesse sentido, ao optarem pelo Brasil e pela permanência no país com o intuito de garantir a educação formal dos filhos, o que estes imigrantes fizeram foi “fugir” do imobilismo social que associavam a Portugal.

É interessante notar que, paralelamente ao fato de os filhos serem “formados”, apareciam nas narrativas, tanto de homens como de mulheres, referências ao fato de os filhos trabalharem, estarem “aí trabalhando”. O ethos laboral aparecia como eixo de seus discursos; todos, sem exceção, afirmavam que trabalharam muito, os cônjuges também, e tinham orgulho em dizer que hoje filhos e netos “...estão todos aí trabalhando, na luta...”.

A maioria dos imigrantes que entrevistamos não foi “empregada” por muito tempo, principalmente os homens, que assim que podiam abriam um negócio próprio. A maioria dos imigrantes trabalhou por conta própria, teve “botecos”, padarias, “secos e molhados”, trabalhou como feirante ou barbeiro. A explicação recorrente para isto é a de que em Portugal eles trabalhavam por conta própria, na lavoura, portanto não estavam acostumados a ser “empregados de alguém”.

A inserção de imigrantes no setor comercial não é algo específico aos imigrantes portugueses radicados em São Paulo. Este tende a ser um nicho de ocupação econômica cuja inserção depende mais da habilidade individual e não exige educação formal, e é tradicionalmente ocupada por imigrantes (GRUN, 1992). Já entre as mulheres foi muito comum, pelo menos nos primeiros tempos em São Paulo, trabalharem como empregadas domésticas. Quando relatavam suas experiências como domésticas comentavam que as famílias paulistanas abastadas preferiam moças portuguesas para trabalharem em suas

casas, principalmente como babás, pois falavam corretamente português e eram “muito sérias” e não seriam dadas a ausências ou namorados, como as brasileiras. Ao justificarem assim sua ocupação como domésticas as entrevistadas procuravam se distanciar do baixo estatuto atribuído às empregadas domésticas que, historicamente, em sua maioria são afrodescendentes, e se afirmar como, de algum modo, qualificadas.

Os relatos dos imigrantes portugueses com os quais tivemos contato permite afirmar que o fato de serem brancos e falarem português foi algo que tornou sua inserção no mundo do trabalho na capital paulista menos difícil e proporcionou acesso ao trabalho formal, pois não tinham problemas como a falta de documentos.

Imigrantes bolivianos em São Paulo

Para conhecer a realidade dos imigrantes bolivianos é preciso entender como o Brasil se insere no movimento migratório intrarregional que une a América Latina e o Caribe, e o fluxo migratório de bolivianos para o país, em especial para a cidade de São Paulo. A presença de imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo é cada vez mais visível, e os imigrantes, em geral, sofrem preconceito por serem identificados como tendo origem indígena e serem oriundos de um país pobre.

Desde 1970, o Brasil se inseriu no novo cenário dos movimentos internacionais de migração que envolve a América Latina e o Caribe, figurando como um destino regional importante e recebendo muitos imigrantes sul-americanos. Dados censitários (BAENINGER, 2012) indicam que, em 2000, o Brasil tinha 118.585 pessoas nascidas na América Latina e no Caribe, das quais 20.322 eram oriundas da Bolívia. Destas, 10% chegaram antes dos anos 1960, o que indica a importância desse movimento migratório a partir dos anos 1970. No entanto, o maior contingente de imigrantes chegou após 1990. Nos últimos trinta anos, o Brasil tem se configurado como área de expansão das migrações latino-americanas, e este fluxo de migrantes tende a dirigir-se para as áreas metropolitanas, como no caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. As pessoas que entrevistamos chegaram a São Paulo entre 1984 e 2008.

Dentre os imigrantes do subcontinente, o contingente mais expressivo na cidade de São Paulo é o boliviano. Apesar da imigração estrangeira em finais do século XX e início do século XXI ter como característica a falta de documentos (que é o caso de boa parte dos imigrantes sul-americanos na cidade de São Paulo, o que torna difícil a mensuração destes fluxos), a presença de imigrantes bolivianos na cidade é notável a

qualquer um. Algo que permite afirmar que se os dados oficiais não são exatos é porque eles minoram a presença de bolivianos.

A partir da década de 1980, ocorreu um aumento significativo no fluxo de migrantes bolivianos em direção a São Paulo. Pessoas que buscavam trabalho em decorrência da forte crise econômica enfrentada no país vizinho, agravada pelas reformas neoliberais que geraram altos níveis de desemprego graças à privatização do setor mineiro boliviano. Nos anos 1980, começou a se delinear um novo perfil do imigrante: em sua maioria, jovens de ambos os sexos, solteiros, com escolaridade média, muitos deles de origem rural, que se dirigem para São Paulo atraídos pelas promessas de bons salários na indústria de confecção. Predominam pessoas oriundas dos departamentos⁵ de La Paz e Cochabamba. Em alguns casos, outros membros da família acabaram também emigrando, inclusive os pais, o que permitiu o processo de reunificação familiar. A maioria centra suas atividades no setor de confecção, especificamente na atividade de costura.

A partir dos anos 1990, a presença boliviana passou a se concentrar predominantemente em alguns bairros centrais da cidade de São Paulo, como Bom Retiro, Brás e Pari, onde se encontra o núcleo de produção e comercialização da indústria de confecção. Com a crescente demanda por mão-de-obra para oficinas de costura, a chegada de imigrantes bolivianos se tornou incessante, algo que se mantém ainda hoje, e tem se tornado substantivamente mais feminina. Paralelamente a isso, com as transformações ocorridas no setor da indústria de confecção a partir dos anos 1980, os bolivianos passaram a ser incorporados como trabalhadores temporários, sem qualquer regulamentação trabalhista, se tornando vulneráveis, seja pelo fato de parte estar indocumentada no Brasil, seja por não terem contrato de trabalho regular. Esta situação permitiu, entre outras coisas, que outros bolivianos se tornassem intermediários entre patrões e empregados de oficinas terceirizadas espalhadas pela cidade. Assim, nesta situação de precariedade, a prática de abusos com trabalhadores bolivianos se tornou comum e tem sido sistematicamente denunciada pela mídia⁶ – como por exemplo situações em que bolivianos trabalham e vivem em condições análogas à escravidão.

⁵ O território da Bolívia, política e administrativamente se divide em departamentos, províncias, municípios e territórios “indígena originário campesinos”.

⁶ Por exemplo: <http://racismoambiental.net.br/2015/04/10/mpf-e-defensoria-del-pueblo-da-bolivia-promo-vem-audiencia-publica-para-debater-situacao-de-bolivianos-e-bolivianas-no-brasil/>, <http://www.brasildefato.com.br/node/8522>, http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=280 .

Os imigrantes bolivianos tendem a não se reconhecer na situação descrita pela mídia e a se sentir profundamente incomodados com a imagem negativa que a imprensa brasileira lhes atribui. Esta imagem negativa – de “escravos”, ou “aliciadores”, que enganam compatriotas e os trazem para trabalhar em condições desumanas, ou ainda, de “patrões inescrupulosos”, que exploram compatriotas e os fazem viver em condições deploráveis, algo que acontece em alguns casos e causa constrangimentos a muitos bolivianos em São Paulo – é negada pela maioria (VIDAL, 2012). Como reação e com o intuito de promover uma imagem positiva dos bolivianos na cidade, foram criadas organizações sociais e culturais pela comunidade boliviana, em especial pelos migrantes que estão radicados na cidade há muitos anos. Estas associações são esforços para divulgar que a comunidade boliviana em São Paulo é mais do que uma “massa de pessoas escravizadas”. O que os membros da comunidade querem é que a sociedade paulistana os veja em sua riqueza de expressões culturais, divulgando suas festas sagradas e profanas, abrindo à sociedade envolvente seus momentos de devoção e de lazer.

Os imigrantes bolivianos com os quais tivemos contato, ao contar sua história de vida e as dificuldades pelas quais passaram, explicavam que as dificuldades na Bolívia eram muitas e que decidiram vir para São Paulo em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias, mas com a intenção de “fazer um pé de meia” e retornar. Seus discursos, como entre os portugueses, são marcados pela valorização do trabalho, do esforço e a ideia de que com “trabalho duro” se consegue qualquer coisa. Um senhor descreveu deste modo a sua chegada a São Paulo: “O trabalho, quando cheguei, era pesado, mas se ganhava algum dinheiro. Tanto que, dois anos depois, mandei buscar minha esposa e minha filha mais velha, que tinha dois anos”. Este mesmo senhor, sobre a discriminação e exploração que seus compatriotas sofrem aqui, afirmou: “Vejo no jornal, bolivianos são explorados, fico pensando, será que é mentira do jornal? Porque eu nunca vivi isso! As pessoas trabalham, trabalham duro, mais de 12 horas até, mas não é isso a vida? Isso não é exploração, é como as coisas são.”

Chama a atenção na fala deste senhor sua ênfase na ideia de que não prospera quem “Não se esforça muito, sabe? Parece que não tenta melhorar as coisas para a família”. Este senhor, como a maioria dos imigrantes bolivianos com quem tivemos contato, não associa as dificuldades que seus patrícios passam em São Paulo ao fato de serem bolivianos e indígenas. Todo o tempo, os discursos dos imigrantes se desenrolaram no sentido de afirmar que as dificuldades que bolivianos eventualmente enfrentam aqui são de sua responsabilidade, pois “são pessoas do campo, sem cultura, que preferem viver

só entre elas, e isso é errado, porque aí não aprendem português, não sabem falar, e aí fica tudo difícil.”

A maioria dos migrantes bolivianos com quem conversamos trabalha em oficinas de costura, alguns possuem sua própria oficina e empregam compatriotas, outros trabalham como comerciantes no mercado informal. A maioria dos entrevistados que trabalha como comerciante é ambulante, possui barracas nas feiras bolivianas pela cidade. Diferentemente dos imigrantes portugueses, os bolivianos não têm problemas em trabalhar como empregados e quando são comerciantes trabalham na informalidade.

É digno de nota que também é comum entre imigrantes a valorização de uma ética do trabalho, é corriqueira a afirmação de seu valor pessoal por meio da menção à quantidade de horas que trabalham por dia e de dias por semana trabalhados, de seu esforço em conquistar uma vida melhor para si e os seus. Tal qual os imigrantes portugueses, todos os entrevistados mencionaram com orgulho o fato de seus filhos e filhas estudarem, alguns inclusive frequentarem a universidade, algo muito difícil no contexto boliviano.

À guisa de conclusão

A cidade de São Paulo é conhecida pelo *slogan*: “A cidade dos mil povos”, que se refere a uma característica da qual a cidade muito se orgulha. A maior cidade brasileira tem sua história, desde finais do século XIX, marcada por ciclos de imigração que a transformaram, tanto em termos populacionais quanto espaciais, e fizeram com que ela se tornasse uma das cidades de população mais diversificada da América do Sul. A variedade de fenótipos, de tradições, de religiões e de sotaques são características da cidade de São Paulo. Sua diversidade populacional e suposta vocação para receber estrangeiros são uma das características mais alardeadas por seus habitantes. E a cidade continua a atrair estrangeiros, que chegam, primordialmente, em busca de trabalho, mas nem todos os imigrantes são bem recebidos e/ou prosperam.

Apesar da forte identificação dos imigrantes de que tratamos aqui com um ethos laboral, que faz com que tanto o grupo de portugueses como o de bolivianos afirme seu “valor” por meio de seu trabalho, o que se nota é uma diferença substantiva em suas experiências de inserção na sociedade de acolhimento. É importante mencionar que diferentemente do que observamos entre os imigrantes portugueses, ao que tudo indica, a segunda geração de bolivianos não tem conseguido acesso à melhores oportunidades em termos de ocupação e salários. Isto é, se o esforço dos imigrantes portugueses em

garantir que seus filhos e filhas estudassem e chegassem à universidade resultou em clara mobilidade social ascendente, o que observamos é que os esforços dos imigrantes bolivianos no mesmo sentido não têm dado os mesmos resultados. Uma das hipóteses que levantamos é a de que o fato de os bolivianos serem identificados como indígenas, isto é, o fato de possuírem fenótipo não-branco, limita suas possibilidades de inserção e mobilidade social ascendente na sociedade brasileira.

Frases como “quem trabalha fica bem” se repetem nas falas de imigrantes de origem portuguesa e boliviana, sugerindo que o racismo sistêmico que caracteriza a sociedade brasileira não afeta aqueles que “tem um objetivo”, “que querem melhorar”, “não tem medo de trabalhar”. Também constatamos serem recorrentes, assim como a afirmação de que não existe racismo no Brasil, a afirmação de que existe racismo na Bolívia e em Portugal e a sugestão de que nestes países a população não-branca (negra e/ou indígena) “sofre mais”. O preconceito em relação à população negra entre os imigrantes, portugueses e bolivianos com quem dialogamos foi evidente, assim como um esforço para se diferenciarem desta população.

Interessa indicar que em que pese o ethos laboral, talvez as histórias dos imigrantes bolivianos em São Paulo não venham a ser tão bem-sucedidas quanto as dos portugueses. O sistema racial brasileiro é implacável. E se suas elaborações favorecem a inserção de descendentes de imigrantes portugueses, porque brancos, desfavorecem na mesma proporção a inserção e mobilidade social ascendente de descendentes de imigrantes bolivianos, porque indígenas, não-brancos.

Sabemos que o racismo brasileiro se manifesta de acordo com uma espécie de “escala cromática”, atingindo mais as pessoas com fenótipo mais próximo da ancestralidade africana e indígena, e suavizando as discriminações conforme a aparência se aproxime do fenótipo associado idealmente ao branco. Esse sistema de classificação se explica por uma série de fatores históricos, demográficos, sociais e políticos, que construíram o padrão de relações raciais no Brasil, constituindo o que Oracy Nogueira (1985) chamou de “preconceito racial de marca”. Um traço fundamental nesta elaboração é a miscigenação, que favoreceu uma percepção gradual da cor da pele e levou à consolidação da ideia de “harmonia racial”, propagada principalmente a partir obra de Gilberto Freyre (1996, 2001). Outro fato importante é que a miscigenação foi incentivada pelas ideias de branqueamento da população, que orientaram políticas governamentais de fomento à imigração europeia, como de portugueses, por exemplo, para o país no início do século XX e que tinham como objetivos superar o atraso da nação brasileira.

A intenção era que com a miscigenação se desse o “branqueamento” do povo brasileiro. Assim, com o tempo, deixariam de existir brasileiros de raça negra ou indígena, e se superaria o problema da inferioridade da nação, sendo possível que o Brasil se aproximasse das nações desenvolvidas e civilizadas, como as europeias. O ideal de harmonia racial é resultado dessa visão do branqueamento como solução para o “problema racial” do país. A ênfase na miscigenação entre a população brasileira, percebida como indicadora de tolerância racial, e a conseqüente apologia da mestiçagem, é uma das características da ideologia da harmonia racial. (HASENBALG, 1996). Outra consequência desta ideia é a *invisibilização* do racismo, pela proibição institucional e social velada de se falar publicamente sobre raça e preconceito racial. No entanto, temos que o racismo é uma estrutura, ou sistema, de dominação baseada no pressuposto ideológico da existência de uma suposta hierarquia entre as “raças humanas”. Podemos caracterizar o racismo como um conjunto de ideias que se concretiza nas relações entre pessoas e grupos, no modo como se desenham e desenvolvem as políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Consiste em um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa de todas as esferas da vida social, opera por meio de mecanismos capazes de garantir a continuidade de privilégios para uns e exclusão para outros. Isto é, o racismo se organiza e se desenvolve por meio de estruturas, ideias, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência, atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional. (WERNECK, 2013, p. 9) Neste sentido, o racismo institucional, também chamado racismo sistêmico, atua como mecanismo estrutural que permite a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados. Consiste na forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior.

Por mais que os imigrantes bolivianos trabalhem, estudem e prosperem, eles não deixarão de ser indígenas e, conseqüentemente, nunca terão a aparência desejável. Ao não possuírem o fenótipo “adequado” necessariamente possibilidades e oportunidades lhes serão vedadas. Não há ethos laboral que supere o racismo.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de 1988. *Proletários e Escravos - Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872* IN Revista Novos Estudos Cebrap, nº 21, São Paulo.

ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António 1970 *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Lisboa: Editora Prelo.

BAENINGER, Rosana (org.) 2012. *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa.

BOURDIEU, Pierre 1998. “Um Analista do Inconsciente” IN Sayad, Abdelmalek. *A Imigração*. São Paulo: EDUSP.

FAUSTO, Boris. 1991. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: IDESP/Ed. Sumaré.

FREITAS, Caroline C. de M. 2004. *A arquitetura de um projeto migratório: representação, memória e “cosmologia salazarista” entre imigrantes portugueses em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: MIMEO.

FREITAS, Caroline C. de M. 2013. *Entre wiphalas, polleras e ponchos: Embates entre os discursos de CONAMAQ, do Estado Plurinacional da Bolívia e do Direito Internacional*, Tese de doutorado defendida junto ao PPGAS – Departamento de Antropologia – FFLCH/USP, São Paulo: MIMEO.

FREYRE, Gilberto 1996 (1ª ed.1933) *Casa grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record.

_____ 2001. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. São.

LEITE, Joaquim da Costa 1999. “O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)” IN FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer 1994. *Portugueses em Brasil en el Siglo XX*. Madrid: Editorial Mapfre.

GRUN, Roberto 1992. *Negócios e famílias: armênios em São Paulo*. São Paulo: Série Imigração - Ed. Sumaré/FAPESP.

HASENBALG, Carlos. 1996. “Entre o mito e os fatos: Racismo e relações raciais no Brasil” IM CHOR MAIO, Marcos e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

NOGUEIRA, Oracy 1985 (1ª ed. 1954). “Preconceito racial de marca e preconceito racial

de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil” IN NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz.

ROWLAND, Robert 1998. “Velhos e novos Brasis” in Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (dirs.): *História da Expansão Portuguesa VI*. Lisboa: Círculo de Leitores.

SAYAD, Abdelmalek 1998. *A Imigração*. São Paulo: EDUSP.

VIDAL, Dominique. 2012. “Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo” IN BAENINGER, Rosana (org.) *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa.

VERMEULEN, Hans 2001. *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*. Lisboa: Edições Colibri.

WERNECK, Jurema 2013 *Racismo Institucional – Uma abordagem conceitual*. São Paulo: Geledés, CFEMEA. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiP0dHk5tjNAhXCjJAKHfhEB6sQFggiMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.observatoriodegenero.gov.br%2Fmenu%2Fpublicacoes%2Foutros-artigos-e-publicacoes%2Fracismo-institucional-uma-abordagem-conceitual%2Fat_download%2Ffile&usg=AFQjCNGSO9LEtpHsqrOZtwHD7z0qunq8Ow&bvm=bv.126130881,d.Y2I (consultado em 15/06/2016)

“Invasoras” do Reino Unido: reenquadrando discursos de colonialidade nas vozes de mulheres negras brasileiras imigrantes

Katucha Bento¹

Resumo: A análise de conversa inspirada em Bakhtin permite explorar as formas em que o discurso hegemônico colonial *afeta* as experiências de imigração expressadas através da narrativa. O artigo se debruçará em uma conversa sobre a experiência de imigração no Reino Unido, centralizando a voz da mulher negra brasileira imigrante para explorar as múltiplas vozes (heteroglossia) presentes em sua narrativa. O foco é questionar a noção de “invasora” remetida à condição de imigrante no Reino Unido através da dinâmica relação com outras dimensões de vozes narrando colonialidade, agência e resistência. A presente análise se inspira no pensamento decolonial e feminista negro para entender opressões, hegemonia e negociação de poder nas interações sociais enfrentadas por imigrantes. O artigo finalmente aponta para a necessidade de considerar novos paradigmas para conceber estudos de imigração a partir de um prisma interseccional em que a diversidade étnica e racial estejam relacionadas às questões de gênero, classe e religião, ampliando esse matrix de acordo com os contextos e saberes locais.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Imigração Brasileira, Discurso, Heteroglossia, Afeto.

¹ Doutoranda em Sociologia e Políticas Sociais pela Universidade de Leeds. Pesquisa emoções, imigração, feminismo negro e pensamento decolonial como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: k.bento@leeds.ac.uk.

Abstract: The conversation analysis inspired by Bakhtin allows to explore the ways in which the colonial hegemonic discourse affects immigration experiences expressed through the narrative. This article will look at one conversation about the immigrant experience in the United Kingdom, centralizing the voice of immigrant black Brazilian woman to explore the multiple voices (heteroglossia) present in his narrative. The focus is to question the concept of “invader” addressed to immigrant status in the United Kingdom through the dynamic relationship with other dimensions of voices narrating coloniality, agency and resistance. This analysis is based on decolonial thought and black feminist studies to understand oppressions, hegemony and negotiation of power in social interactions faced by immigrants. The article finally points to the need to consider new paradigms to consider immigration studies from an intersectional approach in which the ethnic and racial diversity are related to gender, class, and religion, extending this matrix according to the contexts and situated knowledges.

Keywords: Black Women, Brazilian Immigration, Discourse, Heteroglossia, Affect.

Imigração: Um problema entre o Ocidente e o Resto

A discussão acadêmica em estudos críticos de raça e pensamento decolonial situam o Ocidente para além de uma questão geográfica, mas de uma posicionalidade de poder. Stuart Hall (1992) sugere que existe uma construção dividindo o “Ocidente e o Resto” (*The West and the Rest*), simbolizando a relação com colonialidade, civilização, desenvolvimento, imperialismo e hegemonia branca, masculina, cristã e eurocêntrica ocidental. A posicionalidade do poder ocidental é hegemônica eurocêntrica-moderna-colonialista-capitalista-patriarcal² e assume um paradigma universalista, neutro e objetivo (GROSGOUEL, 2007). Esta perspectiva apresenta dois aspectos fundamentais deste artigo.

O primeiro é uma breve tentativa de localizar o *que é/quem é* o “resto”, visando localizar e considerar o conhecimento das participantes da pesquisa na presente produção acadêmica realizada. O oposto do Ocidente, do *self*, da norma seria o “resto”, a “outra” (*The Other* - aqui traduzido intencionalmente com o artigo feminino para generalizar a ideia de “*Othernes*” direcionada às pessoas imigrantes dando foco na condição de gênero que modifica e *afeta* suas experiências do dia a dia), justificando formas necessárias de dominação através de um discurso que nega a humanidade da “outra” não civilizado, colonizado, inferiorizado (MBEMBE, 2001). Sendo assim, o Ocidente representa o topo de uma hierarquia de poder normativo intimamente relacionado à construção da nação, modernidade e capitalismo. O segundo aspecto é expressar o local particular de onde a presente produção acadêmica fala (tanto da perspectiva da autora, quanto do conhecimento local compartilhado com participantes brasileiras, negras e imigrantes no Reino Unido). Centralizando a voz da mulher negra brasileira imigrante no Reino Unido³, procuramos explorar como os discursos afetam a experiência vivida de pessoas provenientes de países fora da Europa e do chamado *Commonwealth*⁴.

² Sobre poder hegemônico, ver Ramon Grosfoguel (2007) *The Epistemic Decolonial Turn: Beyond political-economy paradigms*. Sua conceitualização sobre o que é o poder hegemônico dá ênfase ao hífen nesta tradução, respeitando a indicação do autor em sugerir que não são adjetivos soltos, mas valores que formam um meio de estabelecer a norma e hierarquias. Grosfoguel prefere sempre explicar como entende o conceito de hegemonia, atribuindo as características que lhe torna peculiar: eurocêntrico-moderno-colonialista-capitalista-patriarcal. Sempre que a palavra “hegemonia” for utilizada neste artigo, respeita esta conceitualização/ classificação sobre o termo.

³ Apesar da pesquisa de campo ter sido realizada na Inglaterra, trabalharemos nesse artigo a noção mais ampla da identidade britânica como um todo dentro dos discursos de colonialidade. A tese desta pesquisa terá uma análise mais profunda sobre o significado nacional que constitui “*Britishness*” (identidade britânica) e “*Englishness*” (identidade inglesa).

⁴ Aqui consideramos a problemática referente aos países do leste Europeu e àqueles que estão esperando

Ao analisar os discursos situando conhecimentos locais, a referência de poder entre o “Ocidente e o Resto” se apresenta de forma mais complexa do que simples binarismos. Em primeiro lugar porque não se exime da questão geográfica tanto em relação à liberdade de movimento (imigração) quanto à problemática sobre a má distribuição de terras em países invadidos/colonizados acarretando até hoje em genocídios e injustiça social (sobretudo contra povos indígenas e negros, entre outras comunidades tradicionais vítimas do poder hegemônico colonial). Em segundo lugar, porque esse problema geográfico está alinhado com os valores hierárquicos coloniais que se reproduzem como parte “natural” (universal) nas instituições, práticas e discursos. Trata-se de uma naturalização de uma noção hierárquica do “Ocidente” reproduzida nas práticas, valores e discursos do “resto” do mundo, fazendo o tal “poder hegemônico” e a divisão entre “*O Ocidente e o Resto*” tomar dimensões dinâmicas em seus micro e macro contextos.

Nenhuma análise poderia se furtar de entender como a raça, gênero, sexualidade, origem (nacional ou local), religião e idioma se interseccionam para situar o conhecimento e impactar nas experiências vividas dos indivíduos. Se o poder hegemônico é interseccional por si, tornando norma o eurocêntrico-europeu (sobretudo do norte da Europa) *homem-branco/cristão-rico* (e preferencialmente bem sucedido, que são coisas diferentes na esfera da modernidade e capitalismo), este artigo fala a partir da “margem” e *sobre* a “margem” da mulher, negra, imigrante, que tem português como língua-mãe, latino-americana e brasileira (categorias que se encontram como referência geográfica, e se desencontram como referência de idioma e políticas de imigração em certos países europeus ora como privilégio, ora como desvantagem). Desta forma, procuramos entender a voz da mulher negra brasileira em seu projeto migratório no Reino Unido através de suas expressões e sentimentos sobre tal trajetória.

O tema das imigrações no Reino Unido tem uma maneira simbiótica entre os discursos do passado, os problemas atuais e predições futuras na forma em que se apresenta. O crescimento da imigração na Europa, a crise econômica que atinge países desenvolvidos e a nova onda dos que buscam asilos provenientes de países da Ásia,

a entrada na comunidade europeia. Assim como os países que fazem parte do chamado *Commonwealth* (comunidade formada, em sua maioria, de países que faziam parte da colônia britânica e hoje têm acordos comerciais, diplomáticos e legislativos). Os debates sobre imigração provenientes dessas diferentes localidades abririam um arcabouço para um debate mais amplo sobre imigração na Europa. Pretendemos chamar a atenção, neste caso, para o caso brasileiro como uma origem que é tanto fora da União Europeia quanto do *Commonwealth* como uma questão que coloca em evidência as categorias de raça, classe, nacionalidade como categorias que fundamentalmente fazem intersecção com acordos diplomáticos, processos de vistos e liberdade de ir e vir em evidência – em geral, dificultando esses processos e experiências.

África e Oriente Médio tem *afetado* o debate sobre imigração no Reino Unido. A chegada do imigrante (invasor) à nação representa “ameaça” à sua cultura, política e economia neoliberais, e reflete um debate atual sobre o fechamento das fronteiras com políticas mais rígidas para receber imigrantes e refugiados. Esse é o argumento central ao redor da recente chamada ao referendo que buscava decidir se a Grã Bretanha ficaria na União Europeia (UE) ou votaria pela saída, a chamada “*Brexit*” (*Britain exit*).

O contexto das preocupações sobre imigração no Reino Unido *afetam* as realidades, significados e percepções vividas de imigrantes. Isso levando em consideração que a interseccionalidade entre marcadores de diferença como raça, gênero, nacionalidade, classe, geração e idioma estabelece a forma em que se constitui a construção do significado local. Esses significados afetam e são afetados por discursos e práticas hegemônicas-britânicas. Este artigo pretende se debruçar nas narrativas de mulheres negras brasileiras no Reino Unido, levando em conta dois conceitos-chave para a presente análise: afeto e heteroglossia. Sendo assim, o artigo estará dividido em três partes: na primeira parte, a apresentação epistemológica referente ao afeto nas vozes sociais sobre imigração, focando a narrativa de mulheres negras brasileiras imigrantes; a segunda parte se dedica a apresentar o caso de narrativa de uma das participantes da pesquisa gerando uma análise da conversa sobre a situação da imigração e condição de ser imigrante e a terceira parte tenta esboçar considerações finais sobre a possível descolonização dos discursos e práticas na percepção e ação de (i)migrar.

Discursos Afetam: Centralizando a Narrativa Marginal

A noção sobre o que é o “Ocidente” inspira o presente artigo a se debruçar nos discursos de imigração no Reino Unido tendo como ponto de partida o entendimento de que o “ser” *mulher-negra-imigrante* é formado por multiplicidades de performatividades e interações que reconhecem o poder dessas mulheres (HOOKS, 1984). Isso não apenas se afasta de possíveis generalizações sobre percepções de imigrantes brasileiras negras, absolutismos e essencialismos “raciais”, como também nega a possibilidade de uma ciência positivista que, neste caso, não oferece ferramentas para a abordagem do presente artigo. Para tal, a pesquisa engajou-se em um debate sociológico fazendo uso de perspectivas decoloniais do feminismo negro para entender as narrativas sobre a vida cotidiana de imigrantes negras brasileiras. Tal pesquisa chega ao ponto deste artigo devido a uma etnografia feminista negra em ambientes culturais e de recreação brasileiras (centros de

capoeira, festas, cursos de samba e restaurantes típicos foram cenários fundamentais durante a pesquisa de campo) e conversas com participantes voluntárias (ainda em andamento), cujos dados foram anonimizados durante o processo de tratamento de dados para preservar suas identidades.

A análise de conversa é utilizada buscando explorar as emoções presentes nas experiências de imigração dessas mulheres. As emoções são evocadas na pesquisa como dimensões da realidade social. Emoções, neste caso, são uma questão de práticas sociais e culturais relacionadas às relações de poder (AHMED, 2004). Por este motivo, as emoções de mulheres negras brasileiras imigrantes no Reino Unido são relevantes no que tange à produção do significado. Ao mesmo tempo em que produzir significado é um processo particular – emocional – também está alinhado com os discursos coletivos que constroem, marcam, hierarquizam as diferenças, apontando *quem são* os “subalternos” (SPIVAK, 1988). Os discursos construídos revelam regimes de expressividade que possibilitam o entendimento do “resto” e das “outras”. Tratam-se de práticas de *afeto*. O discurso afeta a maneira de vivenciar, perceber e expressar as emoções. Ser a “outra” – esta sujeita não branca, originária do “resto” do mundo – no contexto “Ocidental” é parte da vida cotidiana com interseccionalidades que marcam o local das emoções como algo socialmente inferior.

De acordo com Sarah Ahmed (2004), as emoções ficam cristalizadas no campo do feminino, do “não branco”, da inferioridade na condição de humanidade. O afeto é percebido nessas narrativas como algo que circula, *afeta*; ou seja, interage com elementos externos (discursos nacionais/ nacionalistas, midiáticos, de outras imigrantes) e internos (suas experiências, emoções, percepções). Com isso, a intenção não é criar uma análise binária sobre afeto, mas entender múltiplas dimensões de como se manifesta, *afeta* e é reproduzido. Aqui, as mulheres imigrantes são sujeitos e objetos, significante e significado, mensageiras e receptoras das práticas e discursos hegemônicos de formas dinâmicas, sem cristalizações tanto na maneira como se percebem (em relação a si e às suas vivências) quanto nos discursos que *afetam* tais performances e identidades.

Afeto tem a habilidade inconsciente de afetar e sentir-se afetada dentro, com e através dos corpos, interagindo e ressoando uma com a outra. O afeto não pára nas limitações da pele (AHMED, 2004). É essa dinâmica que promove o intrínseco movimento inconsciente nas relações de poder (RODRIGUES, 2010). Sob esse entendimento afetivo, os discursos britânicos produzem significados, são incorporados (*embodiment*) nas formas de navegar pela experiência da imigração no Reino Unido e também se alimentam dos

discursos locais dos imigrantes – nem sempre com a intencionalidade de respeitar tais vozes, mas como uma nova roupagem de discursos hegemônicos. Afeto, então, permeia os discursos e as experiências vividas através do tempo e espaço, e na presente análise servem de ferramenta para recuperar argumentos nacionalistas britânicos referentes à imigração, à construção da “outra” e do “resto”.

Os discursos, então, tomam importância crucial na pesquisa, porque se expressam em diferentes tons, articulações, movimentos e práticas que vão além do dito e do idioma. Bakhtin (1981, 1986) sugere que existam no discurso múltiplas vozes engendradas nos diálogos. Tais vozes podem estar presentes na forma mais direta, na fala – uma maneira mais conservadora de perceber o discurso (BAKHTIN, 1981). O diálogo também conta com elementos dinâmicos presentes nas vozes sociais como os gestos, linguagem corporal, respiração, olhares, enfim, um universo de possibilidades incorporadas na diversidade de vozes discursivas. Tal plurivocidade é chamada de *heteroglossia* (Bakhtin, 1981). A pluralidade presente em uma única narrativa pode ser identificada em heteroglossia, ou seja, em sua relação com outras vozes sociais (discursos), afetando e sendo afetada através do tempo e do espaço. A referência dialógica *bakhtiniana* incorpora a noção de continuidade, ou seja, não se cristaliza apenas na palavra dita no momento de sua criação; continua a crescer e se desenvolver em diferentes tempos, espaços e formas. Dentro da análise de conversa inspirada em Mikhail Bakhtin, o afeto circula através dos discursos ganhando forma de acordo com os contextos e conhecimentos locais (HARAWAY, 1988).

Retomando vozes sociais sobre imigração do passado até os dias de hoje, a análise procura identificar aspectos afetivos de discursos eurocêntricos na narrativa de uma das participantes da pesquisa sobre suas experiências enquanto imigrante. A narrativa será entendida em relação a outras vozes, contornando e dando forma a novas possibilidades discursivas através do diálogo. É importante chamar a atenção para a diversidade de vozes sociais, individuais, línguas e linguagens que fundamentalmente compõe a heteroglossia presente nos diálogos.

A Voz e a Voz sobre Ser Imigrante

Utilizando a noção de que possam existir muitas vozes em um diálogo, para além das pessoas presentes na conversa, queremos aqui expressar que a heteroglossia nos discursos das mulheres negras imigrantes brasileiras tem em si sua agência, poder

e resistência, e ao mesmo tempo pode vir a refletir a imagem da hegemonia colonial eurocêntrica. A breve análise não pretende representar a percepção de todas as mulheres negras brasileiras imigrantes no Reino Unido, mas problematizar as possibilidades de reproduzir discursos dentro da própria ideia de agência e construção de si dessas mulheres. O primeiro exemplo disso pode ser visto através da fala da *Aline*, uma mulher de 30 anos, moradora de uma cidade localizada na região central da Inglaterra há 14 meses, originária de uma família de classe média do sudeste brasileiro. Como parte da conversa, perguntamos algum aspecto positivo sobre viver no Reino Unido, especialmente na cidade onde vive naquele momento da pesquisa. Aline tem dificuldades em lembrar ou expressar o que acredita ser positivo, tentando justificar isso através da sua posição enquanto imigrante no país. O trecho dessa conversa é o seguinte:

Katucha (K): Bom, vamos deixar essa parte do que é positivo de morar aqui?

Aline (A): é... eu ainda acho que eu tô descobrindo.

K: é... descobrindo... se adaptando...

A: é! Tem coisas que... É que nem eu tô te falando. Eu tô dentro de um parâmetro de que eu não tinha uma vida pra falar assim que eu achava tudo complicado no Brasil.

K: Uhum

A: Não. Meu pensamento não era assim.

K: Uhum, entendi. Entendi.

A: Outra coisa que eu também acho importante é aprender um idioma. Que eu acho super importante aprender um idioma. E isso eu acho válido, sabe? E também que eu acho eles assim, umas pessoas neutras assim, menos... Não mostram preconceito, acho assim. Mesmo a gente vê que eles SOFREM por alguns aspectos assim, sabe? De ver o país tão invadido pela imigração. Eu acho.

K: Hum

A: Porque eu não me sentiria confortável no Brasil... Olha que eu tô falando e eu sou a imigrante em outro país!

K: Aham. (sorrindo)

A: Mas eu não me sentiria tão confortável no Brasil sendo tão invadido por culturas tão diferentes da minha, sabe? Tomando conta às vezes. Modificando às vezes... A essência daquele lugar que eu nasci.

K: Entendi.

A: Então eles não esboçam nenhum sentimento contrário a isso eu acho...

K: Positivo...?

A: Positivo! Que eu não enfrentei nenhum tipo de preconceito aqui. Pelo contrário. Toda vez que eu falo que sou brasileira, enfim, eu sou muito bem sabe? Aceita... Muitos nem sabe que eu falo português, acham que eu falo espanhol.

K: ÉÉÉÉ... Verdade.

A: Isso eu acho uma ignorância.

K: É verdade. É ignorância mesmo.

A: Já vem com “hola”, “gracias”! Não... não é assim que eu falo no Brasil

K: Uhummm

A: Mas ok... Estão tentando ser agradáveis.

Aline constrói sua identificação como imigrante e a imagem dos imigrantes em geral presentes no território britânico. Iniciamos o trecho procurando saber se ela gostaria de deixar de lado o aparente desafio de encontrar coisas positivas em viver no Reino Unido. Entretanto, Aline se posiciona primeiro justificando sua dificuldade por se considerar recém chegada no país (linhas 2 a 6). Em seguida, Aline se reposiciona a respeito do que significaria “aprender um novo idioma” em seu projeto migratório (linha 10). Produzindo uma sequência reflexiva sobre sua condição de imigrante, em um primeiro momento, Aline sugere a intencionalidade em apontar algo positivo em sua experiência. O idioma pode criar muitas barreiras no que tange às experiências de imigrantes, por outro lado, Aline reposiciona a questão de tal barreira não como uma problemática do imigrante, mas do britânico: “a gente vê que eles sofrem” (linha 13).

Deslocando o foco de como ela se sente enquanto imigrante, Aline passa a focar em como o britânico reage com “neutralidade” ao ver o país ser “invadido pela imigração” (linha 14) – “invasores”, aprendendo um novo idioma. Aline negocia esse posicionamento frente à nossa silenciosa tentativa em entendê-la (“hum”, linha 16), focando novamente o discurso para si enquanto brasileira. O que chamamos de negociação é a forma em que ela procura traduzir para nós a sua reflexividade acerca do que ela acredita estar envolvido em uma questão positiva de ser imigrante no Reino Unido. A “neutralidade” e a ausência de preconceito por parte dos britânicos percebidos por Aline são significativos para construir os argumentos que seguem apontando para o que é positivo de viver no Reino Unido.

Sua narrativa logo volta para si enquanto brasileira, buscando uma certa empatia para reforçar seu posicionamento sobre como a imigração representa a “invasão” cultural que toma conta e modifica a “essência” daquele país (linhas 20-22). Em meio

a esta narrativa, ela se posiciona enquanto “a imigrante em outro país”, indicando sua autopercepção, reflexividade e intencionalidade em endereçar inclusive a ela, a categoria de ‘invasora’. Aline, mesmo achando positiva a tal “neutralidade” por nunca ter enfrentado nenhum tipo de preconceito por ser brasileira, tem uma visão crítica sobre como é recebida pelos britânicos. Apesar de dizer “ser bem aceita” (linhas 27-28), satiriza em tom de rechaço a ignorância cultural sobre o idioma falado no Brasil, mas volta a renegociar esse posicionamento, afinal, “estão tentando ser agradáveis” (linha 35).

Utilizamos o método de Shirley Tate (2005) para entender as contra-narrativas presentes no reposicionamento de Aline apresentados através da fala. Tate lança mão das teorias de Foucault e Bakhtin para trabalhar como a identidade está localizada no momento da narrativa. Trata-se de considerar o posicionamento situado, nesse caso, na interseccionalidade que forma as identidades das participantes imigrantes no Reino Unido e engajado em uma negociação de poder na esfera dos discursos sobre imigração. “Vejo declarações como falas que permitem a ações performáticas de posicionamentos de identidade. Assim, a declaração concebida em nível local da conversa simultaneamente fala e fala através discursos de identificação” (TATE, 2005, p. 40). No caso de Aline, sua fala ocupa sua posição enquanto imigrante, a posição do britânico, a posição da brasileira em seu país, formando enunciados de múltiplas vozes produzidas através de relações de poder. A forma da qual as falantes se articulam e aplicam os discursos de identificação para elas mesmas, ou para pessoas concretas, pessoas imaginadas e eventos (TATE, 2005) nos levam a explorar discursos de colonialidade e hegemonia incorporados no exemplo acima.

Aline começa falando sobre a questão positiva de aprender um novo idioma enquanto vivencia seu projeto migratório, mesmo que isso represente a “invasão” cultural no Reino Unido através de presenças como a sua (de imigrante). Sua fala se desenvolve de forma afetiva sobre como os sujeitos naturais daquele país poderiam perceber o sentido da invasão, terminando novamente com a problemática do idioma como a confusão que britânicos fazem na tentativa de saudar os brasileiros em espanhol. Aline absolve os britânicos pela ignorância e necessariamente coloca a aprendizagem do idioma como a condição de viver em um outro país. A ideia associada entre aprender o idioma e perceber-se invasora se alinha a discursos presentes atualmente no Reino Unido.

Um dos discursos que podem ser associados a essa noção de invasão parte do então Primeiro Ministro, David Cameron, direcionando ameaça às esposas dos imigrantes que, se não aprenderem inglês em cinco anos terão que voltar à sua terra natal

(MASON e SHERWOOD, 2016). Como noticiado nos meios de comunicação britânicos, o pronunciamento era direcionado sobretudo às mulheres muçulmanas como um plano de encorajar uma maior “integração” de tais indivíduos à sociedade britânica. Cameron não só aplasta a identidade de tais mulheres como “esposas dos imigrantes” (como se isso não as fizessem imigrantes ou se suas identidades estivessem acopladas às de seus maridos), como também reduz a categoria ‘religião muçulmana’ como necessariamente imigrante fora de um contexto nacional de onde poderiam ser provenientes, sugerindo que todos os muçulmanos, cuja nacionalidade desconhecida não importa, são imigrantes. Não trataremos neste artigo esses dois pontos, entretanto se faz necessário apontar que o posicionamento dos discursos hegemônicos britânicos constroem a “outra” como uma ameaça constante ao que seria a cultura, economia e política britânicas.

A heteroglossia aqui presente aponta que, através da voz de Aline, há uma segunda dimensão de vozes representando o peso dos valores britânicos. No que tange a questão do idioma como forma que vai além da aprendizagem de coisas novas, o idioma está incorporado no processo de “pertencimento” e “integração”, ora como ferramenta normativa, ora como ferramenta de validar experiências (linha 11), propiciar autonomia. Essa voz anuncia uma hierarquia linguística que propicia privilégios de comunicação, conhecimento que subalterniza a “outra” em um padrão de poder colonial (MINGOLO, 2000; QUIJUANO, 2000; GROSGOUEL, 2007). As medidas para ‘enviar os imigrantes de volta a seus países’ continuam a gerar debate no Reino Unido sobre o controle das fronteiras para evitar a entrada de imigrantes e refugiados: as “outras”. Políticos, instituições e burocratas tornam-se representantes – muitas vezes eleitos baixo o argumento hegemônico da identidade nacional – dos instrumentos que criam uma “aparência de controle” (MASSEY et al. 1998). Nessa mesma linha de voz onde que ecoam os valores britânicos, o controle e o poder hierárquico são representados simbolicamente nos discursos de tais representantes políticos.

O discurso vem como uma poderosa ferramenta de afeto na produção de identidade, neste caso britânica. Vron Ware, em seu livro “*Military Migrants*” (2014) fala sobre a habilidade do poder colonial representado pelo império britânico em comandar lealdade de seus inúmeros militares provenientes do mundo todo⁵. Ao longo da história,

⁵ Sobre a participação dos países do *Commonwealth* nas guerras das quais o Reino Unido tomou parte, ler Vron Ware (2014). A autora explica a fundo o caso das nações Caribenhas formando parte de um batalhão negro desde 1793 –conhecidos como “*slaves in red coats*” (escravos em casacos vermelhos) – que, mesmo sob a falsa promessa da abolição até tempos recentes, em troca dos serviços militares, era prometido desde a abolição na época da escravatura (fato que nem sempre ocorria) e em outros momentos da história, a na-

o Reino Unido forneceu à nacionalidade britânica (para alguns d’) àqueles que prestavam serviços militares. Além disso, no período pós guerra na metade do século XX, o Reino Unido recrutou imigrantes provenientes dos países do *Commonwealth* para cobrir vagas de trabalho, dando passaportes britânicos aos novos imigrantes. Estes, ao chegarem de barco em 1948, escutam no rádio a seguinte declaração do Secretário Colonial (*colonial secretary*), Arthur Creech Jones: “*Essas pessoas têm passaportes britânicos e deve ser autorizados a desembarcar*”. Mas adicionou: “*Não se preocupem, eles não vão durar um verão na Inglaterra*” (PALMER, 2012, p.50). Tal discurso hegemônico colonial faz parte do que delinea a noção de “invasão” dada pela Aline. Há uma rede de afetividade sobre a construção da identidade e dos valores nacionais que circulam junto com os discursos, impactando narrativas seculares, enraizadas na colonialidade.

As narrativas apresentadas estão selecionadas de forma que também são subjetivas, mas relacionadas com formas de opressões que circulam no imaginário do que significa a identidade britânica. Em uma mais recente discussão acerca do referendo que decidiu dia 23 de junho de 2016 pela saída do Reino Unido da União Europeia, imigração foi (e ainda é) um dos temas-chaves do debate. A campanha que justifica o referendo revela diversas facetas sobre a xenofobia e racismo através de discursos de ódio. Dia 16 de junho, um semana antes do referendo, Jo Cox, deputada do Parlamento (*Member of Parliament – MP*) pelo Partido Trabalhista, foi assassinada em Leeds, na região de Yorkshire, a facadas e tiros por um homem branco, britânico, morador da redondeza onde cometeu o crime. O assassino de Cox defende a “liberdade britânica”, com seu posicionamento evidente de sair da União Europeia, apontando a deputada como “traidora” (*BBC News*, 2016). Jo Cox defendia publicamente a imigração e asilo de refugiados sírios no Reino Unido. Dias antes do assassinato, Cox publicou um artigo defendendo a permanência do Reino Unido na União Europeia apoiando-se em argumentos sobre saúde, economia, mas sobretudo imigração (COX, 2016). Este evento se costura nas históricas dimensões das plurivocidades hegemônicas e posicionamentos tidos como “ocidentais”. Como dito anteriormente, é um discurso naturalizado nos valores e, portanto, *afeta* a vivência de imigrantes e se incorpora na noção de ser a “outra”, nas experiências e narrativas sobre o próprio projeto migratório.

Dentro desta dimensão de vozes coloniais há outras esferas e interconexões

cionalidade britânica. Na década de 40 a imigração Caribenha, por conta destes fatores, se tornou bastante comum em direção ao Reino Unido, trazendo à tona mais uma vez a relação de raça, classe e nacionalidade para o contexto da imigração.

históricas, políticas, sociais e culturais apontada por Quijano (2000) como o ‘padrão de poder colonial’ que significa o resultado de um processo estrutural de conquista, violência e exploração iniciado dentro da Europa (DUSSEL 1995, 2008a, 2008b). Seria ingênuo afirmar que tais discursos hegemônicos sobre imigração não estão relacionados à opressão do povo trabalhador europeu. Isso não significa que se trata da mesma forma de oprimir, mas colocar em perspectivas que os vultos que o discurso de dominação, conquista e escravidão tomaram durante a colonização partiram de “dentro de casa”⁶. Por este motivo, é importante considerar que os grupos subalternos dentro do Reino Unido também foram sistematicamente explorados, violentados, invisibilizados. A classe trabalhadora foi alvo de retaliação política, de direitos e invisibilidade históricas.

As dinâmicas sociais que encurralam os trabalhadores em um sistema colonial tomam proporções maiores quando reproduzidas contra ao “Resto” do mundo, mas como um ciclo, tenta justificar a falsa sensação desta classe subalterna em apoiar discursos e práticas da direita conservadora com campanhas xenófobas, como “*eles [imigrantes] chegam aqui para roubar os nossos trabalhos*”, ou no mais recente debate sobre *Brexit* visando “tomar de volta o país” (*taking our country back*). Esses discursos *afetam* a experiência e o sentimento de pertencimento de um estado-nação com sinais que se materializam em vivências, e conseqüentemente, na construção da “outra” (AHMED, 2004). Isso coloca em uma nova perspectiva a divisão entre “Ocidente e o Resto”, indicando a posicionalidade de poder em esferas dinâmicas e múltiplas onde dentro do próprio Ocidente, existem “Restos”, que farão de “outras” um novo “resto” (uma metáfora às bonecas russas, matrioscas, que dentro de si existem esferas menores de uma mesma forma, cujo núcleo seria a noção de colonialidade que é utilizada neste artigo).

Ser invasora é, então, parte do imaginário social daquilo que não é britânico, como um objeto ameaçador que toma conta da essência do lugar onde se nasceu (linhas 21 e 22). Sarah Ahmed (2004) se utiliza de análise de discursos para entender a dinâmica política das emoções no que tange a definição do que está dentro e fora do estado-nação. Segundo a autora, a negociação de limites entre “*self*” e a “outra”, e entre comunidades, indicam que a “outra” entra na esfera do estado-nação como uma ameaça (AHMED, 2004). A qualidade de invasora representa uma ameaça contra os valores e princípios

⁶ Sobre o processo histórico de construção da ideologia colonial a partir da conquista de Andalucia, na Espanha contra judeus e muçulmanos, queimadas de mulheres vivas acusadas de bruxaria e divisão entre ciência e religião como mecanismos de controle são entendidos como parte do momento histórico prévio ao modelo de colonização portuguesa e espanhola iniciadas em 1492. Ver mais em Grosfoguel (2007), Dussel (1995).

hegemônicos do que hoje se entende por Reino Unido. A afetividade ao redor do “padrão de poder colonial” (QUIJUANO, 2000) aponta essa dimensão de voz que representa o controle e o “Ocidente”, inferioriza e reprime a “outra”, subalterna.

Nesta parte da heteroglossia, ou seja, da multiplicidade de vozes presentes na narrativa de Aline, está incorporada a interseccionalidade vista como “natural” e “normal” enunciada através das vozes de homens europeus, eurocêntricos, brancos, cristãos, com a língua inglesa como primeiro idioma. Entretanto, esta é apenas uma dimensão da heteroglossia que pretendemos desdobrar apontando as duas subdimensões do discurso colonial: uma subdimensão seria o discurso institucional colonial e as práticas coloniais que afetam a classe subalterna local interligadas com uma maior proporção de violência contra o subalterno classificado como “outra”, originária do “Resto” do mundo. Existe uma dimensão crítica sobre esse discurso que se move um passo à frente sobre as declarações de posicionalidade no processo da conversa e fornece um entendimento mais amplo sobre a formação do discurso que permite à falante fazer uma declaração (TATE, 2005).

A segunda dimensão de vozes no discurso de Aline contribui para entender a complexidade da heteroglossia, dando forma às performances de posicionamento expressados na narrativa da participante. A formação do discurso que permite que Aline faça declarações são múltiplas e contínuas, entretanto, neste artigo pretendemos explorar uma dimensão a mais, que está vinculada à agência e produção de conhecimento marginal. A forma em que a participante reflete criticamente sobre a sua construção de si faz emergir uma versão discursiva que desestabiliza a relação de poder hegemônica. Nesta conversa em particular, Aline fala sobre si engajada na negociação sobre sua identidade enquanto mulher, negra, brasileira, imigrante, aprendendo o idioma e cultura inglesas e britânicas.

A declaração de Aline faz emergir o que Audre Lorde (1984) considera como posicionalidade: nós não falamos a partir da nossa diferença humana, mas do desvio humano. Falar a partir do desvio implica reconhecer as diferenças de sermos mulheres negras brasileiras imigrantes como uma continuação do modelo de dominante-subordinado presente nas relações humanas. Por um lado, como já apontado, essa diferença é um desvio, uma ameaça, uma invasão. Por outro lado, a forma em que tal diferença *afeta* a vivência da mulher negra brasileira imigrante, a Aline, faz parte do universo que ela se apropria, percebe e negocia tal opressão endereçada a ela. Desta vez, não enquanto a “outra”, mas enquanto Aline, agente de seu plano imigratório no que tange como experiência, interpreta e vive o que a *afeta*.

Dentro da reprodução de um discurso dominante, também emerge o que se poderia

chamar ‘agência’⁷. Ou seja, a negociação de poder que ela estabelece para tomar decisões em seu projeto migratório, os elementos que rechaça/nega da cultura britânica, a forma da qual qualifica o conhecimento dos britânicos como inferior, ignorante em relação ao que sabem sobre a língua/cultura brasileira. Nessa esfera de ‘agência’ também está presente a forma da qual Aline tem domínio sobre o seu sentimento de ser “invasora”, pois apesar da fala ter incorporado elementos da colonialidade, a forma que isso a afeta é só dela, experienciado e negociado por ela. Em relação a outros momentos da conversa, Aline aponta negativamente a qualidade e o preço da comida no Reino Unido, sugerindo que o que é barato ela não quer e não gosta de comer. A forma pela qual aponta as limitações da qualidade de vida oferecida no país e faz alusão à ignorância do povo britânico mostra que Aline não está interessada em ‘acolher’ tudo o que o país tem a oferecer como resposta e resistência à sensação de seu ‘acolhimento’, que a faz sentir-se invasora.

A dinâmica de como os outros imprimem em nós o imaginário da “outra” e de como negociamos nossas próprias identidades faz com que comecemos a tecer a noção de quem faz parte do coletivo. A incorporação de poder através das vozes de mulheres negras brasileiras imigrantes permite explorar, através da margem, novos prismas de entendimento sobre representação, noções de injustiças sociais e processos de como a vida cotidiana se estabelece. Parafraseando Patricia Hill Collins (1991), sem a carga afetiva e emotiva de Aline sobre a sua condição como imigrante no Reino Unido, sua noção de “imigrantes invasores” não teria sentido. O afeto importa, enquadrando as opressões e resistências dessas mulheres, moldando os contornos de suas vidas, múltiplas percepções, consciências e construções de suas vozes em novas heteroglossias.

Considerações Finais

Este artigo procura abrir vias para novas análises sobre as experiências de imigração. Primeiro, providencia uma abordagem sobre estudos de imigração que considera o afeto como parte dos discursos e práticas que refletem em ideias e experiências de imigrantes. Segundo, centraliza principalmente em como o poder hegemônico é articulado através da perspectiva colonial do “Ocidente” e negociado a partir da agência e resistência de mulheres negras brasileiras imigrantes. Desta forma, o artigo também

⁷ Agência aqui utilizamos em aspas duvidando da possibilidade de agência dentro da política de afetos coloniais que reproduzem formas de oprimir, hierarquizar. Ao mesmo tempo, as aspas estão indicando um desconforto em relação a tais políticas, com negociação de poder vindos de grupos invisibilizados e marginalizados, como as participantes desta pesquisa.

desafia em diferentes formas as noções fixas binárias embarcando em noções do que constitui a interseccionalidade para entender múltiplas vozes na análise sobre opressões nas interações sociais enfrentadas por imigrantes.

O artigo aponta para três considerações: (1) a necessidade de entender a dinâmica de poder sobre o “Ocidente e o Resto” de forma dinâmica e múltipla que permite explorar as possíveis interseccionalidades das identidades e localizar experiências centrais e marginais dentro de tais contextos. (2) Compreender a narrativa marginal como parte de uma plurivocidade (heteroglossia) que afeta e é afetada por diferentes dimensões de vozes que podem apontar tanto para discursos hegemônicos, quanto para discursos de resistência. Afastando-se de binarismos é possível notar a relação que a narrativa marginal estabelece com os padrões de poder colonial, dando vazão a uma posicionalidade complexa e permitindo novas construções de saberes locais. (3) Entender que a “invasora”, a “outra” é também detentora de poder e agência, evitando reconstruir percepções sobre o imigrante a partir do legado da colonialidade que cria fronteiras de pertencimento de um estado-nação, questionando os limites do poder hegemônico colonial na construção de suas multi-facetadas identidades interseccionais. O ato de “invadir” espaços hegemônicos do discursos aos países, da margem ao centro, permite arejar as formas de negociar as relações de poder e, quem sabe deixar de nos considerar “invasoras”, mas resistentes ocupando nossos e novos lugares. Afinal, a mais significativa forma de poder que a subalterna tem é a recusa de aceitar as definições sobre si mesma dada por aqueles que detém o poder hegemônico (HOOKS, 1984).

Para concluir por ora, já que a pesquisa continua em andamento, evocamos as demandas de Stephen Castles, Hein De Hass e Mark J. Miller (2014) na última edição do livro *“The Age of Migration”* sobre os aspectos fundamentais que desafiam a imigração global. Os autores apontam como um dos cinco debates centrais de imigração o “papel da diversidade étnica na mudança social e cultural, e as consequências para o estado-nação” (CASTLES, MILLER, DE HASS, 2014, p. 318). Utilizando essa demanda de abordagem é possível que o futuro da pesquisa sobre imigração precise considerar novos paradigmas para conceber estados-nação a partir de um prisma interseccional em que a diversidade étnica esteja relacionada às questões de gênero, classe, religião, ampliando esse *matrix* de acordo com os contextos e saberes locais. A urgência desta abordagem de pesquisa se mostra nas novas dinâmicas do contexto europeu após o referendo do *Brexit*, provando que a noção de Estado-nação pode estar ameaçada pela própria insistência em se manter hegemônica. Desta forma, essa demanda se alinha à perspectiva de Ramon Grosfoguel,

Laura Oso e Anastasia Christou (2014), pois não se trata de uma chamada para uma noção ingênua de celebração das vozes dos grupos oprimidos, mas para um estudo crítico de conhecimento produzido da margem, das “outras”.

Bibliografia:

AHMED, Sarah (2004). *The cultural politics of emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich (1981). *The dialogic imagination: four essays*. Texas: University of Texas Press.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich (1986). *Speech Genres and Other Late Essays*. Texas: University of Texas Press.

BBC News (2016). *Jo Cox MP death: Thomas Mair in court on murder charge*. <http://www.bbc.co.uk/news/uk-36567005> (consultado em 18/06/2016).

CASTLES Stephen, MILLER, Mark J. & DE HAAS, Hein (2014). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World* (5th ed.). Basingstoke: Palgrave MacMillan.

COLLINS, Patricia Hill (1991). *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York; London: Routledge.

COX, Jo (2016). Brexit is not the answer to UK immigration concerns. In: *PoliticsHome*. <https://www.politicshome.com/news/uk/home-affairs/immigration/opinion/house-commons/76053/jo-cox-mp-brexit-not-answer-uk> (consultado em 13/06/2016).

DUSSEL, Enrique (1995). *The Invention of the Americas*. New York: Continuum.

DUSSEL, Enrique (2008a) Anti-meditaciones cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. In: *Tabula Rasa*, 9.

DUSSEL, Enrique (2008b). A New Age in the History of Philosophy: The World Dialogue Between Philosophical Traditions. In: *Prajñā Vihāra: Journal of Philosophy and Religion*, 9(1).

GROSGUÉL, Ramón (2007). The Epistemic Decolonial Turn: Beyond political-economy paradigms. In: *Cultural Studies*, 21(23).

GROSGUÉL, Ramón, OSO, Laura & CHRISTOU, Anastasia (2014). ‘Racism’, intersectionality and migration studies: framing some theoretical reflections, Identities. In: *Global Studies in Culture and Power*. <http://dx.doi.org/10.1080/1070289X.2014.950974> (consultado em 10/06/2016).

GUTIERREZ RODRIGUEZ, Encarnación (2008). Lost in Translation: Transcultural Translation and Decolonization of Knowledge. In: *Translate: On-line Journal for Cultural Theory and Cultural Studies* [online]. <http://eipcp.net/transversal/0608/gutierrez-rodriguez/en> (consultado em 20/04/2015).

HALL, Stuart (1992). The West and the Rest. In: HALL, S. & Gieben, B. (eds.). *Formations of Modernity*. London: Polity Press.

HALL, Stuart (1996). Who needs Identity? In: DU GAY, P. & HALL, S. (eds.). *Questions of cultural identity*. London: Sage.

HARAWAY, Donna (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*. 14(3), pp. 575-599.

hooks, bell (1984). *Feminist theory from margin to center*. Boston, MA: South End Press.

LORDE, Audre (1984). *Sister Outsider*. Freedom, California: Crossing Press.

MASON, Rowena & SHERWOOD, Harriet (2016). Migrant spouses who fail English test may have to leave UK, says Cameron. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/uk-news/2016/jan/18/pm-migrant-spouses-who-fail-english-test-may-have-to-leave-uk> (consultado em 15/06/2016).

MASSEY, D. S., ARANGO, J., HUGO, F., KOUAOUCI, A., PELEGRINO, A. & TAYLOR, J. E. (1998). *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press.

MBEMBE, Achille (2001). *On the Postcolony*. Berkeley: University of California.

MIGNOLO, Walter (2000). *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press.

PALMER, David (2012). Minding Histories: Exploring Early Experiences of Migration, Settlement and Wellbeing through Life Histories of Migrants Residing in the London Borough of Bexley. In: *Family & Community History*, 15(1).

QUIJANO, Aníbal (2000). Coloniality of Power, Ethnocentrism, and Latin America. In: *NEPANTLA*, vol. 1 (3).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1988). Can the Subaltern Speak? In: Nelson, C. and Grossberg, L (Ed). *Marxism and the Interpretation of Culture*. London: Macmillan.

TATE, Shirley Anne (2005). *Black skins Black masks: Hybridity, dialogism, performativity*. Aldershot: Ashgate.

WARE, Vron (2014). *Military Migrants: Fighting for your country*. New York: Palgrave MacMillan.

<https://www.theguardian.com/uk/2008/apr/07/britishidentity.immigration>. (consultado em 13/06/2016).

Juventude do campo e migração: escolarização, resistência e expansão do agronegócio

Angélica Kuhn¹

Resumo: Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado que analisou trajetórias de jovens filhos de assentados rurais egressos do Curso de Ensino Médio Técnico em Agroecologia da Escola 25 de Maio, localizada no Assentamento Vitória da Conquista, Fraiburgo (SC). Para o levantamento dos dados foram analisados documentos da escola, questionário aplicado aos egressos de uma das turmas e entrevistas semiestruturadas com quatro egressos. O objetivo da pesquisa foi analisar as trajetórias de jovens que vivenciam uma experiência de educação inserida em processo de resistência organizada no campo e luta pela democratização do conhecimento e as contradições enfrentadas para permanecer no campo, atuar como técnico em agroecologia e dar continuidade aos estudos diante do contexto adverso de expansão do agronegócio. Nos ajudaram na análise os autores: Linhares e Silva (1999) para a contextualização da questão agrária no Brasil e Castro (2009) para a interpretação dos processos migratórios da juventude do campo. A análise dos dados nos permite inferir que a falta de um conjunto de políticas públicas que caracterizam processos de Reforma Agrária contribui para que os jovens enfrentem barreiras para construir seus projetos de vida no campo mesmo desejando fazê-lo.

Palavras-chave: Juventude; Educação do Campo; migração campo-cidade; agronegócio

¹ Doutoranda da Faculdade de Educação da USP. Mestre em Educação: História, Política, Sociedade (2013), pela PUC/SP. Possui Especialização em Economia Política pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008) e graduação em Pedagogia pela PUC/SP (2004). E-mail: angelicakuhn@gmail.com

Summary: This article is the result of a master degree research that examined trajectories of young graduates from the High School course integrated with technical professional educational in Agroecology, of the School 25 de Maio, located in the rural community of Vitória da Conquista, Fraiburgo / SC. The procedures included in this research included the analysis of school documentation, application of a semi-structured questionnaire to the graduates and semi-structured interviews with four graduates. The objective of the research was to analyze the trajectories of young people who have an education experience inserted in a context of organized resistance, struggle for the knowledge democratization and the contradictions faced by those who want to live in the countryside working as an agroecology technician and continuing studying facing the adverse conditions of the agribusiness expansion. The research was based in some authors analysis such as Linhares and Silva (1999) in order to understand the agrarian question context in Brazil and Castro (2009) for the interpretation of the youth migration processes from the countryside. The data analysis allows us to infer that the lack of policies that characterize land reform processes contributes to the youth facing barriers in order to build their life projects to live in the countryside even when willing to do it.

Keywords: Youth; Rural Education; migration rural-urban; agribusiness

Introdução

O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado² que analisou o perfil e as trajetórias de 22 jovens filhos de assentados rurais egressos do Curso de Ensino Médio Técnico em Agroecologia da Escola 25 de Maio, localizada no Assentamento Vitória da Conquista, Fraiburgo (SC), em relação à permanência no campo, continuidade dos estudos e trabalho. Para a coleta de dados foram aplicados um questionário semiestruturado aos 22 alunos formados na turma de 2009 e entrevista semiestruturada com quatro destes egressos a fim de aprofundar os aspectos mencionados em relação às suas trajetórias. Buscamos dessa forma responder algumas indagações sobre os processos de resistência dos movimentos sociais do campo frente a expansão do modelo de produção agropecuário conhecido como agronegócio e seus impactos nos processos migratórios da juventude do campo.

O próprio contexto da Escola 25 de Maio é marcado pelo agronegócio. O município de Fraiburgo (SC) é conhecido pela monocultura da maçã, fruta facilmente adaptada ao clima temperado da região, que devido à sua altitude, apresenta baixas temperaturas durante a maior parte do ano, chegando a -5°C no inverno. Com uma população de 34.555 habitantes, esse número aumenta consideravelmente durante o período de safra da maçã (de janeiro a abril), quando cerca de 10.000 trabalhadores vão a Fraiburgo para trabalhar na colheita da fruta, a maioria proveniente da periferia de Curitiba. Além da produção de maçãs, predomina a monocultura de *pinus*, eucalipto e soja, transformando a paisagem originalmente coberta por bosques de *Araucária Angustifolia*, popularmente conhecida como Pinheiro-do-Paraná.

Neste contexto, a Escola do Campo 25 de Maio guarda identidade com a luta pela terra empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir do final da década de 1970, inclusive seu nome faz referência ao dia 25 de maio de 1985, quando ocorreu a primeira grande ocupação de terras em Santa Catarina, no município de Abelardo Luz, com a participação de 2.000 famílias. Uma das primeiras reivindicações dos assentados foi o acesso à escola pública para seus filhos, direito conquistado com a concretização de uma Escola de Ensino Fundamental já em 1986.

O Ensino Médio se concretizaria somente em 2004 com a construção de um Curso integrado entre formação técnica em agroecologia e formação geral em regime

² KUHN, A (2013). Educação do Campo e Ensino Médio em Agroecologia: estudo de caso da Escola 25 de Maio, Fraiburgo/SC. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

de alternância. Assim nasce a proposta permeada por conflitos e construção coletiva, a denotar o fato do curso iniciar antes mesmo da aprovação dos órgãos oficiais, com a colaboração da comunidade local e Cooperativas do MST, com trabalho voluntário de professores do próprio MST e suprimento de infraestrutura para os jovens que não tinham acesso ao Ensino Médio em seus assentamentos ou interessados na proposta de formação em agroecologia que estava surgindo. Com o passar do tempo, a viabilização da escola passa para o âmbito do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera), um programa nacional voltado para as áreas de Reforma Agrária que envolve o Estado e os movimentos sociais na elaboração e execução de projetos voltados para os assentamentos (FREITAS, 2011).

Após a aprovação da primeira turma de Ensino Médio, a formação geral passou a ser certificada pela Rede Estadual de Educação de Santa Catarina e a formação técnica em agroecologia ficou a cargo da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul. A Escola contava também com a colaboração da equipe técnica do Setor de Produção do MST e de professores convidados das Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina e dois contratados pelo Pronera.

Somente em 2009, a Secretaria Estadual de Educação assume inteiramente a responsabilidade pelo curso, com a denominação de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnico em Agroecologia, autorizado a funcionar pelo Parecer 455/08. Se, por um lado, os assentados viam a política pública atendida, por outro, a rede de ensino não supre totalmente as dificuldades enfrentadas para o pleno desenvolvimento da proposta, como suporte para alimentação, para as visitas dos professores às famílias dos alunos no Tempo Comunidade, um dos pilares do projeto, o que demonstra os desafios a serem enfrentados para a consolidação de propostas que guardam especificidades em relação aos tempos, espaços e currículo voltados para as distintas realidades do país.

Para darmos sentido ao conjunto de questões e indagações faremos uma breve contextualização histórica da questão agrária no Brasil a fim de situarmos as disputas atuais no campo que influenciam os processos migratórios campo-cidade para, posteriormente, analisarmos as trajetórias dos jovens egressos da Escola 25 de Maio e tecermos os comentários finais.

Breve contextualização histórica da Questão Agrária no Brasil

Historicamente o Brasil é marcado pela concentração fundiária e por processos de migração campo-cidade desordenados, sem um projeto de desenvolvimento que englobe a relação entre estes dois contextos. A Reforma Agrária nunca realizada e sempre reivindicada por movimentos sociais marcam a questão agrária brasileira permeada por resistências e injustiças.

As raízes da estrutura fundiária brasileira remontam ao período colonial, no qual predominou o modelo de organização da agricultura denominado *plantation*, que associava grandes extensões de terra, produção para exportação e trabalho escravo. Contudo, é possível encontrarmos outras experiências convivendo com a *plantation* como a pequena agricultura, o cultivo alternado de diferentes espécies em equilíbrio com a floresta, até então despercebidas, passam a fazer parte da história a partir do século XX. É quando a história do cotidiano ganha força nas preocupações dos historiadores. “A história da gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas, custou a entrar nas preocupações do historiador como objeto de estudo” (LINHARES, 1997: 165).

Em 1822, ocorre a independência formal no Brasil. Tal fato aprofunda as estruturas agrárias concentradoras, com as plantações de café, principalmente no Sudeste, ampliadas pela escravidão dos negros. Em meados do século XIX, por quase toda a América Latina, chegavam ideias liberais, sobretudo com os grupos que haviam estudado na Europa, os quais afirmavam ser necessário superar o atraso, se modernizar, se adequar ao consumo que caracterizava a expansão do capitalismo em curso. Com isso as estruturas coloniais que persistiam (neocolonialismo), com grandes latifúndios, pouco aproveitamento das riquezas naturais, vasta população indígena, peões e escravos à margem do consumo, eram criticadas internamente pelos reformistas liberais (LINHARES, 1997).

Inclusive as legislações passam a ter um caráter modernizante. No Brasil, destaca-se a Lei de Terras de 1.850, a partir da qual o acesso à terra se daria somente através de compra. Assim, o processo em curso, legitimado por meios legais, excluía milhões de indígenas e camponeses. O título de propriedade não caracterizava as inúmeras e diversificadas formas de ocupação do território. “Os donos das fazendas conseguiam registrar enormes extensões de terra em cartórios locais, significando um desastre, pois as ocupações comunitárias não eram reconhecidas. Com isso os fazendeiros tinham legitimidade para expropriar de forma violenta camponeses e índios de suas terras” (LINHARES & SILVA, 1999: 62).

Assim, o preceito do liberalismo era preservado através da manutenção da propriedade privada da terra. Com a entrada da economia na etapa do capitalismo industrial a partir da década de 1930, e durante todo o século XX, a agricultura brasileira se modernizou, desenvolvendo as forças produtivas do capital na produção agrícola (STEDILE, 2012).

Os movimentos revolucionários e os experimentos autoritário-reformistas, que, nas décadas de 1.920 e 1.930, explodem por toda a América Latina são, largamente, fruto de tal processo perverso de modernização. No Brasil com Vargas e na Argentina com Peron, por exemplo, surgiram tentativas de desmontar a hegemonia da plantação (*plantation*) consolidada ao longo do século XIX e início do século XX. A Revolução de 1930, organizada pelo Estado, é marcada pelo trabalho e pela pouca participação política. Havia uma tentativa de romper com a história agrária e conservadora no novo modelo gerado pela política de Vargas (LINHARES & SILVA, 1999).

Nesse período a agricultura tendia a se reorganizar para atender o mercado interno, pela demanda por matérias-primas e necessidade de alimentar os operários no meio urbano, valorizando a produção de alimentos e a policultura.

Tais mudanças em curso incidiam pesadamente sobre o domínio tradicional das oligarquias agrárias e sobre sua expressão econômica básica. A preeminência das exportações, em especial de produtos agrícolas *in natura*, passa a ser vista, então, como a causa principal da fragilidade da economia nacional, de sua dependência externa e mesmo como risco para a soberania do país (LINHARES & SILVA, 1999: 105).

Até mesmo o campo entrará no ritmo fabril, pois tudo tendia a entrar na lógica da indústria. O novo projeto modernizante de Vargas era baseado na criação de um operário consumidor de bens não duráveis, principalmente de alimentos. Linhares e Silva (1999) define o período 1930-1945 como o período do surgimento da questão agrária. De acordo com a autora, os efeitos da II Guerra Mundial impõem ao Brasil a alteração da economia vigente desde o Império. Era preciso romper com a dependência em relação aos produtos primários e à exportação de um único produto (o café) e de superar a condição de feitoria colonial, enfim, era preciso superar a *plantation* através de projetos de colonização interna, visando a auto-suficiência, principalmente no que diz respeito ao abastecimento de alimentos, como suporte da relação urbano-industrial.

O período seguinte, 1945-1964/66, é definido por Linhares e Silva (1999: 146) como “a questão agrária como óbice do desenvolvimento”. É o período marcado pelo aumento da produção interna e diminuição das importações, com focos de desenvolvimento (em

especial no eixo Rio/São Paulo), de relativo bem-estar social, com concessão de benefícios sociais a grupos específicos, inicialmente, para os trabalhadores industriais urbanos. É marcado pela aceleração de um modelo fordista keynesiano periférico, caracterizado pelo populismo e pela substituição de importações.

São considerados como sendo óbices ao desenvolvimento nacional a manutenção dos baixos índices de produtividade agrícola, a recorrência das crises de abastecimento e a estreiteza do mercado de insumos, fatos recorrentes nas décadas de 1950 e 1960. “Ao mesmo tempo, a questão agrária é identificada com a questão nacional, com a luta contra o atraso e pela soberania; o binômio minifúndio/latifúndio, com os vínculos de dependência e prestígio, distanciados do novo *ethos* da produtividade industrial, identifica raízes históricas na nossa questão agrária” (LINHARES & SILVA, 1999: 147).

A maior mudança ocorrida no período, sobretudo a partir da década de 1950, é a inversão da relação campo-cidade, com a população rural passando de 64% da população total do país, em 1950, para 33%, em 1980, enquanto a população urbana passava, em igual período, de 36% para 67% do total. De 1.980 até 1.991 a população rural foi ainda mais reduzida, caindo para 24% do total da população (LINHARES & SILVA, 1999).

A partir de 1.966, há uma completa industrialização do campo, através dos chamados complexos agroindustriais. No período, há uma ampliação do processo de modernização técnica, restringindo a pequena produção familiar rural ao máximo e lançando milhares de camponeses para a fronteira agrícola. No mesmo período, com incentivos governamentais, avançam em direção às fronteiras agrícolas os projetos pecuaristas e de madeiras, tornando o movimento interno dos trabalhadores rurais eterno. O problema fundamental da questão agrária é o desemprego no campo, inclusive em regiões onde a pequena produção já estava consolidada, como no Sul e Sudeste. “O quadro de desemprego no campo inviabiliza o exercício da cidadania, aumentando a miséria e politizando de forma inédita, pela sua intensidade e extensão, a questão agrária” (LINHARES & SILVA, 1999: 147).

No final da década de 1970 surgem novos movimentos sociais no campo, uma das maiores novidades políticas e sociais no Brasil. Justamente em momento de refluxo dos movimentos sociais e sindicatos, o MST surge como um concentrador de esperanças dos segmentos progressistas e de esquerda. Repudia o neoliberalismo, passa a exigir maior intervenção do Estado na economia, questiona a propriedade privada e faz a crítica a tática sindicalista da CUT e da Força Sindical. Além disso, passa a organizar-se em todo o território nacional e de forma muito articulada, “(...)conseguindo juntar, em um só dia

de protesto, trabalhadores, desde uma pequena vila no Pará até as ruas de Porto Alegre, sempre dispostos a acatar a orientação central do movimento” (LINHARES & SILVA, 1999: 207).

O MST passa a chamar a atenção para os graves problemas que englobam o conjunto da sociedade, relacionados a forma como o Brasil organiza o uso, a posse e a propriedade da terra, que resulta nos graves problemas de natureza econômica, social, política e ambiental.

O surgimento do agronegócio

De acordo com dados do último Censo Agropecuário realizado no Brasil, em 2006, a permanência dos graves problemas no campo aparecem no elevado índice de concentração da propriedade da terra – apenas 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras; na distorção do uso do nosso patrimônio agrícola, pois 80% de todas as terras são utilizadas apenas para produzir soja, milho e cana-de-açúcar, e na pecuária extensiva; no elevado índice de concentração da produção agrícola, em que apenas 8% dos estabelecimentos produzem mais de 80% das *commodities* agrícolas exportadas; na dependência econômica externa à qual a agricultura brasileira está submetida, por causa do controle do mercado, dos insumos e dos preços praticados pelas empresas agrícolas transnacionais; e na subordinação ao capital financeiro, pois a produção agrícola depende cada vez mais das inversões deste capital, que adianta recursos, cobra juros e divide a renda gerada na agricultura entre si.

Cunhado pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950 o termo agronegócio, relativamente recente, surgiu da noção de *agrobusiness*, no âmbito da área de administração e marketing, refere-se a um modo de organizar a agricultura no qual estão imbricados os capitais financeiro, comercial e industrial. “O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto ao processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços” (MEDEIROS, 2012: 79).

O domínio do capital na agricultura faz parte de um processo de desnacionalização do campo, que se dá pelo domínio de grandes grupos transnacionais, onde estão imbricados a indústria, o comércio e o capital financeiro, além da crescente compra de terras e controle sobre a água dos estados nacionais. Estes são fatores que afetam a soberania alimentar, o que David Harvey chama de acumulação pela espoliação.

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão das populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual) (HARVEY, 2009, p.120).

Esse processo vem ocorrendo também no Brasil. Para ilustrar, de acordo com Umbelino (2011), 4,3 milhões de hectares de terras localizadas no território brasileiro estavam, em 2009, nas mãos do capital estrangeiro. Nesse contexto, a Reforma Agrária e o campesinato são tidos como empecilhos para o processo de acumulação. Na disputa pelo território, reproduz-se um desprezo sociocultural pelos povos do campo e originários. Os investidores internacionais passam a possuir o controle mundial dos alimentos e da água, herança do nosso passado colonial, resultando na superexploração da natureza. Os estabelecimentos familiares que produzem a agricultura estão passando por um processo de subalternização, pela forte pressão exercida pelos grupos de investidores sobre a terra e a água. O controle também se dá na comercialização. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), juntas, as redes de supermercados Carrefour, Walmart e Pão de Açúcar controlam 50% dos alimentos comercializados no Brasil (AMÉRICO, 2011).

Agroecologia como contraponto ao agronegócio

Diante deste cenário, os movimentos sociais passam a propor a agroecologia como contraponto ao agronegócio, pautada nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes. Este modo de produzir a agricultura é uma forma de resistência da [agricultura familiar](#), perante o processo de exclusão no meio rural e de homogeneização das paisagens de cultivo provocadas pela capitalização e tecnificação da agricultura. Por basearem-se na pequena propriedade, na força de trabalho familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e ligados a redes regionais de produção e distribuição de alimentos passam a expandir a crítica à concentração fundiária, a denunciar a matriz

tecnológica do agronegócio como o uso de sementes transgênicas, o uso abusivo de agrotóxicos e a monocultura (MEDEIROS, 2012; GUBUR & TONÁ, 2012).

Entre as iniciativas dos movimentos sociais em articulação com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, universidade pública e outras entidades ligadas ao movimento da agroecologia, no MST, foram criados vários cursos de Ensino Médio em Agroecologia, como o da Escola 25 de Maio, que em seu Projeto Político Pedagógico, ítem 3.2.13 *Educação voltada à Agroecologia*, traz como um dos seus princípios educativos a educação voltada para a agroecologia.

A Escola 25 de Maio entende que a agroecologia não se reduz a uma técnica de produção, mas a um conjunto de elementos integradores que possibilitam a compreensão dos vários aspectos da realidade: socioeconômicos, funcionamento dos processos biológicos e respeito à natureza. Trata-se de uma matriz tecnológica que se distancia do modelo hegemônico de agricultura adotado pelo Brasil.

Juventude do campo: entre permanecer e migrar

Neste tópico analisamos os resultados da pesquisa realizada com 22 dos 23 alunos formados na turma de 2009 da Escola 25 de Maio, aos quais denominamos egressos. Quanto ao perfil dos participantes, 16 são do sexo masculino e seis do sexo feminino, e a média de idade entre 22 e 21 anos respectivamente, com duas exceções, um egresso de 24 e um de 28. Os pais dos egressos possuem em média o Ensino Fundamental I completo e os avós maternos e paternos variam entre o Ensino Fundamental I incompleto e não alfabetizados. Os dados corroboram com o estudo de Castro (2009) que evidenciou uma maior valorização da escolarização no campo nas últimas décadas, um processo que teve início há três gerações e que se consolida através de estratégias familiares e dos próprios movimentos sociais, muitas vezes associada à formação técnica e política, o que pode estar se consolidando como uma escolarização acima da média dos jovens do meio rural como um todo. A valorização da escolarização no campo é vista como parte das lutas dos movimentos sociais.

O acesso à educação pública é reivindicado amplamente pelas famílias assentadas. A Pesquisa Nacional da Educação da Reforma Agrária - Pnera (BRASIL, 2005), mostrou que de um total de 5.500 assentamentos pesquisados em todo o país, em 87,8% deles o acesso é feito por estradas de terra. O principal meio de transporte utilizado para ir à escola é percorrer o trajeto a pé para 57%, seguido de apenas 27% com acesso a transporte

escolar. Apesar do quadro desastroso, a escolarização aparece como muito valorizada. O Ensino Médio na Escola 25 de Maio é uma das concretizações da luta pela ampliação dos níveis de escolarização no campo. Para os egressos esta escola se diferencia de outras escolas públicas por contribuir para a ampliação da leitura de mundo, para a compreensão das contradições presentes no campo e na sociedade, pelas relações humanas que são estabelecidas, pela presença constante dos professores na escola e pela estreita relação entre professores, alunos e direção, através da auto-organização dos alunos e da gestão democrática efetiva.

Os egressos demonstram que a experiência vivenciada no Ensino Médio teve relevância no que diz respeito à formação humana. À pergunta sobre as lembranças que os egressos têm da Escola 25 de Maio, destacam:

Egresso 1: Na Escola temos o olhar mais amplo para as contradições que vivemos no dia-a-dia, é o colocar as pessoas a pensar, a resolver problemas, não simplesmente mandando recado para os pais ou coisas dessa natureza, mas fazendo com que as pessoas cresçam e evoluam seus pensamentos;

Egresso 3: A escola 25 de Maio te proporciona aprender teoricamente, levar a prática para dentro da escola e observar seus resultados. Isso as escolas tradicionais não proporcionam;

Egresso 4: As escolas tradicionais formam mão de obra, já a 25 de Maio forma pessoas;

Egresso 6: Na nossa escola 25 de Maio o educando cria uma relação com a escola;

Egresso 7: Pena que não volta o tempo, mas se ele voltasse era lá que eu estaria de novo;

Egresso 8: A convivência e a harmonia, ou melhor, a família, pois é isso que nós éramos;

Egresso 9: A diferença é que lá eles ajudam o meio social do cara. Não tem professor e aluno. A gente tá lá tanto para aprender quanto para passar a experiência da gente. Na escola normal você só abaixa a cabeça e aprende. Você convive com as pessoas. Tem que aprender a conversar;

Egresso 17: Tudo, metodologia, forma de ensino dentro da nossa

realidade, porque ainda encontramos discriminação em algumas escolas convencionais;

Egresso 19: Se pudesse eu faria tudo de novo. Lá os alunos têm liberdade e contribuem no processo educativo do início ao fim da formação;

Egresso 21: Toda a diferença, a escola 25 de Maio trabalha a igualdade social sem diferenças; leva você a ter uma opinião própria, trabalha junto com o aluno dando o apoio devido.

A partir das falas dos egressos evidencia-se um conjunto de fatores favoráveis que contribuem para que a Escola 25 de Maio ofereça um Ensino Médio com qualidade social, para além da formação para o mercado de trabalho aos seus alunos, com uma proposta avançada de ensino médio que integra formação geral e técnica, mas a realidade econômica, manifesta através do modelo hegemônico no campo, o agronegócio, impõe-se sobre a perspectiva dos egressos de exercerem suas atividades profissionais relacionadas à agroecologia, bem como na permanência no campo, embora muitos permaneçam ligados às atividades dos movimentos sociais mesmo vivendo no meio urbano.

Dos 22 egressos, 18 vivem na cidade e quatro no campo. Dos 22, 21 responderam que gostariam de permanecer ou retornar ao campo, se as condições fossem favoráveis para produzir e viver da renda gerada no lote da família ou no próprio lote, apontando as seguintes motivações: a liberdade; poder viver sem patrão; apego à terra; sossego; consumir alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos; ter maior tranquilidade com relação à segurança; viver com um custo de vida (luz, água) menor; autonomia no próprio trabalho; ter os recursos naturais disponíveis, sem custo; possuir moradia própria; viver de forma agradável, sem a correria da cidade; gerar renda da lavoura, do gado, do pescado dentre outras formas de sobrevivência no campo.

Quanto aos principais fatores que influenciam a saída das pessoas do campo para a cidade de acordo com os egressos são: ilusão de que as coisas são mais fáceis; facilidade para estudar; frustrações com safras (secas ou preço baixo dos produtos); dificuldade de acessar recursos para investir na agricultura; a busca por trabalho ou disponibilidade de serviços (bicos); possibilidade de ter uma renda mensal fixa com menor esforço físico; facilidade e proximidade de acesso à tecnologia; influência dos meios de comunicação; preconceito com quem é do campo; desvalorização dos produtos alimentícios; mudanças climáticas; baixa renda familiar; falta de acesso a pontos comerciais; falta de infraestrutura como estradas, saúde, educação, cultura e lazer.

É ilustrativo deste cenário a fala do pai de uma das egressas que interrompeu a entrevista para opinar sobre os motivos que afastam os jovens do campo: *Para segurar a juventude no campo deveria ter empresas no campo (cooperativas, indústrias etc). Deveria ter renda extra para os funcionários. Já existem experiências desse modo. O grande negócio está afastado do interior e as pequenas agroindústrias quebram.*

Além da falta de possibilidades de geração de renda, as questões subjetivas que envolvem valores como a solidariedade, os quais se constroem nos processos de organização popular, também são motivações para querer permanecer no campo. *Pela escola e pelo que aprendi eu queria morar no campo e colocar em prática tudo aquilo, mas os 15 hectares lá do pai estão parados. Daria para fazer muita coisa. Lá nem o caminhão do leite passa, porque a estrada é muito ruim. Se eu ganhasse R\$1.000,00 no assentamento estava bom, porque lá não paga água, luz. Aqui em São Paulo se você coloca o pé fora de casa tá gastando. Lá se falta um pacote de arroz não precisa ir no mercado, é só ir no vizinho* (Egresso que vive em São Paulo, trabalha com garçom, estuda Educação Física e pretende retornar à Escola 25 de Maio como professor).

As respostas dos entrevistados confirmam a análise de Castro (2009), que desmistifica a ideia de que a migração dos jovens do campo para cidade se daria pelo fato desta ser mais atrativa, o que para a autora é uma distorção ideológica que fortalece a invisibilidade dos jovens do campo. O que os jovens da pesquisa estão dizendo é que os fatores determinantes para a saída do assentamento são as condições objetivas como falta de renda, acesso a políticas públicas.

Marx e Engels (1984: 78), afirmam que “a oposição entre campo e cidade só pode existir nos quadros da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho [...] que converte uns em limitados animais urbanos e outros em limitados animais rurais, reproduzindo diariamente a oposição entre interesses de ambos”.

Diante da dificuldade de construir os projetos de vida no campo, as trajetórias profissionais dos jovens egressos são bastante distintas. Aqueles que conseguem conciliar trabalho e continuidade dos estudos no próprio assentamento ou movimento social permanecem no campo. Há aqueles que vivem na cidade, mas atuam nas cooperativas e assistência técnica dos assentamentos. Os demais se veem obrigados a migrar e a trabalhar em profissões nem sempre de suas escolhas. Contudo, chama a atenção o forte vínculo que demonstram com o campo e com a escola. Muitos desejam voltar e atuar como profissionais nestes espaços, inclusive na Escola 25 de Maio.

Assim temos as seguintes profissões, as quais, cabe ressaltar, não são definitivas dada a fase da vida que se encontram e a configuração do trabalho moderno: quatro trabalham no lote da família (sendo que uma estuda Medicina Veterinária através da Pedagogia da Alternância, então trabalha no lote apenas no Tempo Comunidade); caixa de restaurante e doceira; atendimento e compras em restaurante; auxiliar na Cooperativa de Crédito com Interação Social (Cresol); auxiliar em creche, 20 horas e, 20 horas, na Escola 25 de Maio, na Educação Infantil; quatro trabalham como técnicos agrícolas; um como garçom em restaurante em São Paulo; lavador e higienizador em frigorífico; auxiliar administrativa na Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado (Coopercontestado); um como vendedor em uma agropecuária no meio urbano.

Mesmo os egressos que estão vivendo na cidade mantém algum vínculo com o assentamento de origem. Dos 22 egressos, 17 atuam de alguma forma em suas comunidades, contribuindo na organização de jogos de futebol e eventos socioculturais e participando de discussões das cooperativas. Quatro deles não atuam e, para um dos casos, a família mudou-se para a cidade. Partir para a cidade não significa deixar de ser camponês para estes jovens do campo que vivenciam processos de organização coletiva. Em relação ao acesso à universidade, dos 22 egressos, 15 continuam estudando e sete não estudam no momento. Os cursos de nível superior escolhidos pelos que estão estudando são: Agronomia, Educação Física, Administração, Medicina Veterinária e Direito. Dos 15 alunos que estão estudando, apenas uma egressa faz o Curso de Medicina Veterinária em Universidade Pública, através de uma parceria entre o MST, Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera). Os demais estudam em Universidades Privadas.

A Pesquisa Nacional da Educação da Reforma Agrária (BRASIL, 2005) mostrou que entre os entrevistados, 97% discordam que os filhos que trabalham na roça não precisam de estudo (p. 126) e 70% “esperam que a maioria dos jovens entre na universidade” (p. 124).

O que se evidencia é que os sujeitos do campo estão buscando alternativas de resistência no campo e estabelecem uma relação identitária com este lugar que vai além do espaço geográfico, está relacionada com a forma de ver e pensar o mundo e as relações sociais. O assentamento rural é um dos elementos importantes neste sentido, pois com ele se destacam os seus sujeitos diretos, os assentados, e indiretos, os movimentos sociais e organizações. Através de assentamentos, trabalhadores passam a ter a terra para produzir e dela viver. A origem desses trabalhadores é diversa, há os que tiveram sua última moradia

e/ou local de trabalho no meio rural, que se engajam em algum movimento social que luta pela terra, outros oriundos do meio urbano (metropolitano ou não), muitas vezes com uma trajetória anterior no meio rural, que buscam a (re)conversão para este meio (LEITE, 2012).

A aposta atual dos movimentos sociais na agroecologia como forma de desenvolvimento do campo, encontra dificuldades para se fortalecer e consolidar. Para os egressos participantes da pesquisa as condições de financiamento e comercialização avançam timidamente, além dos empecilhos legais para a certificação da produção orgânica. Contudo, há passos importantes sendo dados nesta direção. No Assentamento Contestado, localizado em Fraiburgo (SC), os assentados conquistaram certificação e estão vendendo a produção orgânica em uma feira agroecológica por eles organizada na cidade.

Considerações finais

A Escola 25 de Maio se opõe ao modelo hegemônico, o agronegócio. Contudo, a viabilidade econômica na perspectiva agroecológica depende de um conjunto de políticas públicas, de pesquisas, experimentações, que somente a política de distribuição de terras na garante.

Do ponto de vista da formação profissional técnica, diante dos desequilíbrios causados pelo capitalismo, os alunos egressos encontram dificuldades para colocar em prática o que aprenderam sobre a agroecologia. Diante de tal realidade, há técnicos formados que estão limitados na atuação profissional consequência da ausência de políticas públicas voltadas para a produção de alimentos saudáveis no país e organização da comercialização direta com os consumidores.

A pouca literatura a respeito do tema juventude rural dificulta o aprofundamento de tais questões. Embora a partir dos anos 2000 essa categoria passe a fazer parte de algumas pesquisas acadêmicas e programas de governo, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) Campo, de esfera federal, não há muita visibilidade desses jovens, consequência também da pouca visibilidade econômica dos assentamentos rurais. Contudo, a relação desses jovens na participação dos movimentos sociais se configura como processo de construção de um ator político. Daí a importância de não reforçar a imagem do jovem desinteressado pelo meio rural, mas analisar as múltiplas e complexas questões mediante as quais a categoria jovem é construída (CASTRO, 2009: 23).

Os resultados da nossa pesquisa corroboram com Castro (2009), ao evidenciar que os jovens apontam como fatores que os distinguem dos jovens urbanos os elementos identitários, que reforçam laços com o espaço rural como lugar de vida, de trabalho, de relação com a natureza.

É no interior destas contradições que o MST busca, através de suas lutas, construir “processos pedagógicos escolares centrados no projeto da Educação do Campo, projeto que se traduz na ação prática da relação entre ciência, cultura e trabalho como princípio educativo, dimensões básicas da educação omnilateral” (FRIGOTTO, 2012: 271).

Articular as bandeiras de luta pela educação e pelo acesso e permanência com dignidade no campo significa que “a escola deve ser o lugar de transmissão de uma cultura que leve em conta as injustiças e privilégios do passado e que ao mesmo tempo proponha algumas outras inclusões que não venham da cultura de mercado. A escola deve ajudar aliviar o peso do individualismo” (DUSSEL, 2009: 356).

Referências bibliográficas

AMÉRICO, Jorge (2011). Três redes de supermercados controlam metade dos alimentos no Brasil. In: Radioagência NP. <http://www.radioagencianp.com.br/9490-tres-redes-de-supermercados-controlam-metade-dos-alimentos-no-brasil> (Acessado em 18 de junho de 2016)

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2005). *Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária* (PNERA). Brasília: MEC/Inep/MDA/Incrá/Pronera. Disponível em: <http://www.lepel.ufba.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2016

CASTRO, Elisa Guaraná. *et al* (2009). Os jovens estão indo embora? *Juventude rural e a construção de um ator político*. V. 1. Rio de Janeiro: Edur/Mauad.

DUSSEL, Inês (2009). A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum na escola. *Cadernos de Pesquisa*. v. 39, n. 137, p. 351-365, maio-ago/2009. São Paulo: FCC

Escola de Educação Básica 25 de Maio (EEB 25 de Maio) (2010). Projeto Político Pedagógico. Fraiburgo, Santa Catarina.

GUBUR, Dominique Michele Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia (2012). In: CALDART, Roseli. *et. al.*(org). *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular

HARVEY, David (2009). *O novo imperialismo*. 3a. ed. Traduzido por Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola

LEITE, Sergio Celani (2002). *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. 2ª. Edição, São Paulo: Cortez

LEITE, Sérgio Pereira (2012). Assentamento rural. In: CALDART, Roseli. *et. al.*(org). *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular

LINHARES, Yedda Maria (1997). História Agrária. In: Cardoso, Flamarion e Vainfas, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus

_____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (1999). *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus

MOHR, Naira Estela Roesler, MOHR; Matheus Fernando. *Criação do curso técnico em agroecologia na Escola 25 de Maio: uma história coletiva de subversão à ordem*. In: Lenzi, Lucia Helena Correa. *et. al.*(org). *Formação de educadores em EJA no campo*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007.

STAHEL, Werner Andri (1999). *Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis*. In: CAVALCANTI, C. (org.), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez

UMBELINO, Ariovaldo (2011). Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros. In: Le Monde Diplomatique. <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1004> (Acessado em 18 de junho de 2016)

Estado Islâmico, imigração e o fenômeno das escravas sexuais

Júlia Battistuzzi Penachioni¹

Resumo: O presente artigo busca fazer uma breve análise acerca do autodenominado grupo “Estado Islâmico”, suas origens, práticas e as consequências de seus atos para o mundo, com destaque para o aumento do fluxo de imigração na Europa. Além disso, almeja retratar o fenômeno das escravas sexuais, mulheres que foram raptadas de seus lares e transformadas em objetos que são comercializados entre os combatentes. No entanto, existem ainda grupos de resistência como o grupo *Force of the Sun Ladies* que lutam para proteger seu povo e trazer as mulheres raptadas para casa. Por fim, é feito um debate acerca da jurisdição internacional sobre o grupo, principalmente por parte do TPI, tendo em vista que foram cometidos crimes de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, sobretudo contra a minoria *yazidi* no Iraque.

Palavras-chave: Estado Islâmico; imigração; escravas sexuais; TPI.

Abstract: This article seeks to make a brief analysis about the self-called group “Islamic State”, its origins, practices and the consequences of their actions to the world, especially the increase in the flow of immigration in Europe. Also, it aims to portray the phenomenon of sex slaves, women who were abducted from their homes and turned into objects that are traded between the combatants. However, there is still resistance groups such as the “Force of the Sun Ladies” fighting to protect their people and bring the abducted women home. Finally, a discussion is made about the international jurisdiction over the group, mainly by the ICC, given that crimes such as genocide, war crimes and crimes against humanity were committed, especially against the Yazidi minority in Iraq.

Keywords: Islamic State; immigration; sex slaves; ICC.

¹ Internacionalista, mestranda em Ciências Sociais (Política) pela PUC SP, bolsista CAPES.
E-mail: julia.penachioni@gmail.com

Introdução

O grupo terrorista autodenominado Estado Islâmico (EI) vem chamando a atenção do mundo pelas diversas atrocidades que tem cometido. O islamismo radical, no entanto, não é um fenômeno novo, mas foi a partir do século XX que uma nova geração de jihadistas surgiu, com destaque para a Al-Qaeda. Esse “novo jihadismo” deve-se também à “Guerra ao Terror” promovida pelos EUA, que resultou no cenário perfeito para a ascensão desses grupos. O Estado Islâmico começa como uma ramificação da Al-Qaeda no Iraque, e vai ganhar destaque a partir de 2014, quando começou a transformar a política do Oriente Médio.

Ataques às comunidades religiosas na Síria e no Iraque, a imposição do Islã segundo seu entendimento, tortura, assassinato, intolerância, são apenas algumas das atividades do grupo. O terror que o EI gera tem causado consequências diversas para o mundo, como o aumento no fluxo migratório: apenas em 2015, cerca de 1.2 milhões de pessoas pediram asilo na Europa, a maioria nacionais da Síria. Pessoas se arriscam pelo mar, nas mãos de traficantes de pessoas, para fugir, mas nem todos têm essa possibilidade. Centenas de mulheres, principalmente da minoria yazidi, foram raptadas pelo EI e transformadas em escravas sexuais. Essas mulheres são vendidas, abusadas e aprisionadas, gerando um comércio que atinge até a internet entre os combatentes e “simpatizantes” do Estado Islâmico.

Mesmo com tanta intimidação, existe resistência e não é exclusiva de combatentes homens. Guerrilhas formadas por mulheres, como as curdas *YPJ* (Unidade de Proteção às Mulheres) e a *Force of the Sun Ladies* (composta por mulheres yazidis que fugiram do EI) lutam bravamente para proteger seu povo e trazer de volta as mulheres e meninas raptadas que são usadas como escravas sexuais. Tendo em vista esse cenário, há uma jurisdição internacional para julgar os crimes de genocídio, de guerra e contra a humanidade perpetrados pelo Estado Islâmico?

Existe um debate acerca do Tribunal Penal Internacional (TPI, Tribunal) exercer jurisdição sobre os combatentes do EI, mas que devido a diversas razões que são discutidas nesse artigo, ainda não tomou nenhuma providência. Finalmente, contudo, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que o Estado Islâmico cometeu e tem cometido genocídio contra a minoria yazidi. Esse reconhecimento representa um primeiro passo para que o Conselho de Segurança da ONU encaminhe o caso ao TPI, mas isso depende sobretudo da concordância de Estados que nem fazem parte do Estatuto de Roma.

As origens do Estado Islâmico

Ao entrar em colapso, tendo em vista sua derrota na Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano foi dividido pelo Ocidente por esferas de influência, ficando sob o controle da França e da Inglaterra. Segundo Feldman (2008), o novo governo turco aboliu o califado e “de forma simbólica e em termos práticos, o Estado Islâmico morreu em 1924” (FELDMAN, 2008, p.2, tradução nossa). No entanto, ressurgiu anos depois, tendo um alcance surpreendente:

Its reach is not limited to fascinating anomalies like Saudi Arabia, which claims to adhere to the ancient Islamic constitution in its purest form. By revolution, as in Iran, or by constitutional referendum, as in Iraq and Afghanistan, governments in majority Muslim countries are increasingly declaring themselves Islamic. Their new constitutional regimes replace secular arrangements adopted over the last century with government based in some way on the shari‘a². The trend is with them. In Muslim countries running the geographical span from Morocco to Indonesia, substantial majorities say that the shari‘a should be a source of law for their states; and in important and populous countries like Egypt and Pakistan, large majorities say that Islamic law should be the *only* source of legislation. Wherever democratic elections are held in Muslim countries, large numbers of citizens vote for shari‘a-oriented political parties that are best characterized as Islamist. The programs of these parties differ little from place to place. They embrace democratic elections and basic rights. They promise economic reform, an end to corruption, and above all, the adoption of the shari‘a as a source or the source of law (Ibidem, p. 2-3).

O islamismo radical não é um fenômeno novo, ele vem se desenvolvendo desde 1928 quando a “Irmandade Muçulmana” (Al Ikhwan al-Muslimun) foi criada no Cairo como uma reação ao estabelecimento do novo governo turco e ao extermínio do califado. A “Irmandade” foi o berço de diversos grupos terroristas, tendo por objetivo inicial construir uma reforma moral e espiritual, tornando-se “a mais importante organização político-integrista do mundo” (MILMAN, 2004, p.1). Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, a Irmandade já era um grupo expressivo no Egito e lutara contra o colonialismo britânico e francês, com o objetivo de “libertar a pátria islâmica do controle dos estrangeiros e infiéis (*kafir*) e estabelecer um estado islâmico unificado” (Ibidem).

Pode-se resumir sua doutrina pelos seguintes pontos:

[...] rejeição ao colonialismo e aos valores ocidentais, retorno à pureza do Islã, sacrifício extremo pela causa, assistencialismo islâmico, tomada do

² Shari‘a diz respeito a um conjunto de leis da fé islâmica, que engloba o Alcorão, a Suna e os costumes e tradições antigos.

poder político por meios revolucionários, refundação do califado unificado no mundo muçulmano, sob a autoridade exclusiva do Corão e abolição de todas as instituições implantadas no mundo islâmico pelo Ocidente, com a consequente extinção dos estados árabes tais como existem, além da eliminação de Israel (MILMAN, 2004, p.1).

É importante frisar que existe uma diferença constitucional entre o islamismo moderno e o clássico. Feldman (2008) classifica o islamismo clássico como uma ordem que surgiu a partir do desenvolvimento e da relação entre as instituições de base familiar, tradicional e dos costumes; “sua estrutura era orgânica, e sua relação com o Estado, simbiótica” (Ibidem, p. 106, tradução nossa). Por outro lado, o islamismo moderno é um produto do século XX, em seu sentido mais distinto:

Like communism, socialism, and nationalism, Islamism as a movement seeks to capture the reins of the existing state and then to transform society through a program of principles and laws capable of being implemented by decree. As an ideological movement, Islamism boasts of its capacity to create something new and pure—the fulfillment of an abstract ideal whose content may be found in written books, not in the collective wisdom and knowledge of a particular social class. And like the other prominent ideologies of the twentieth century, Islamism is fiercely egalitarian (FELDMAN, 2008, p. 106).

Dentro dessa linha do islamismo moderno, não se pode deixar de citar Sayyid Qutb, pensador egípcio considerado responsável por trazer o Salafismo para o século XX, o que resultou numa nova geração de militantes jihadistas, inclusive a ascensão do grupo al-Qaeda. Osama Bin Laden, íntimo de Qutb, considerava-o “o filósofo da revolução islâmica” e “a fonte de todo o pensamento jihadista” (MUIR, 2016).

Foi no Afeganistão que as maiores figuras no “novo jihadismo” apareceram; após a queda na União Soviética em 1989, que ocupava o país há dez anos - período em que a Al-Qaeda emergiu – puderam expandir a jibab, já que o Afeganistão forneceu a base perfeita para isso. Quando o Talibã assumiu, consolidou-se uma parceria com Osama Bin Laden e foi a partir daí que a Al-Qaeda atacou os EUA no atentado de 11 de setembro de 2001 (Ibidem).

A “Guerra ao Terror” do governo dos EUA no Iraque foi fundamental para a criação de um ambiente de selvageria e de um Estado imerso em caos, exatamente o que os salafistas jihadistas precisavam. O movimento do Estado Islâmico começou como uma ramificação da Al-Qaeda no Iraque, que se desenvolveu como “Estado Islâmico no Iraque” (ISI), um movimento que uniu aquela ramificação da Al-Qaeda com outras facções insurgentes. Em 2010, o exército EUA-Iraque matou os líderes tanto da Al-Qaeda

quando do ISI, que foram substituídos por um único homem: Abu Bakr al-Baghdadi, que seis anos depois seria proclamado Califa Ibrahim, comandante e líder do recém declarado “Estado Islâmico” (MUIR, 2016).

Foi em 2014, por fim, que o Estado Islâmico transformou a política do Oriente Médio:

Jihadi fighters combined religious fanaticism and military expertise to win spectacular and unexpected victories against Iraqi, Syrian, and Kurdish forces. ISIS came to dominate the Sunni opposition to the governments in Iraq and Syria as it spread everywhere from Iraq’s border with Iran to Iraqi Kurdistan and the outskirts of Aleppo, the largest city in Syria. During this rapid rise ISIS acted as though intoxicated by its own triumphs. It did not care about the lengthening list of its enemies, bringing together longtime rivals like the US and Iran by a common fear of the fundamentalists. Saudi Arabia and the Sunni monarchies of the Gulf joined in US air attacks on ISIS in Syria because they felt this group posed a greater threat to their own survival and the political status quo in the Middle East than anything they had seen since Saddam Hussein invaded Kuwait in 1990 (COCKBURN, 2015, p. 1).

As diversas comunidades presentes no Iraque e na Síria (xiitas, sunitas, curdos, alawitas e cristãos) foram basicamente desintegradas pelo ataque do Estado Islâmico na região. Sua ação consiste em forçar sua interpretação do islã sobre as pessoas, e aqueles considerados apóstatas, politeístas ou que de qualquer forma são contra suas regras, são mortos ou obrigados a deixar seu país (Ibidem). De acordo com Cockburn (2015), os líderes do EI são um produto da guerra de uma década no Iraque e na Síria, com táticas militares de atentado suicida e de violência pública para causar horror e medo.

Quando o grupo se auto intitulou “Estado Islâmico” e estabeleceu um califado, seu líder, Ibrahim, convocou o mundo islâmico a apoiá-lo. E ainda, “by declaring a caliphate and adopting the generic “Islamic State” title, the organisation was clearly setting its sights far beyond Syria and Iraq. It was going global” (MUIR, 2016, p.1).

Imigração

Como previsto, o Estado Islâmico começou a ter um alcance global e a interferir no mundo das mais diversas formas, e o fomento do processo de imigração é uma delas. Segundo a Comissão Europeia Eurostat de Estatísticas, houve um recorde de pedidos de asilo para países europeus em 2015. Mais de 1.2 milhões de pedidos foram registrados, e não é surpresa que nacionais de três países são os que mais requereram asilo: Síria, Afeganistão e Iraque.

Tabela 1: Requerentes de asilo por país de cidadania em 2015

	Applicants	Three main citizenships of first time asylum applicants								
	#	First citizenship	#	%	Second citizenship	#	%	Third citizenship	#	%
EU	1 255 640	Syria	362 775	29	Afghanistan	178 230	14	Iraq	121 535	10
Belgium	38 990	Syria	10 295	26	Iraq	9 215	24	Afghanistan	7 730	20
Bulgaria	20 165	Iraq	6 910	34	Afghanistan	6 165	31	Syria	5 955	30
Czech Republic	1 235	Ukraine	565	46	Syria	130	11	Cuba	125	10
Denmark	20 825	Syria	8 580	41	Iran	2 745	13	Afghanistan	2 215	11
Germany	441 800	Syria	158 655	36	Albania	53 805	12	Kosovo*	33 425	8
Estonia	225	Ukraine	95	42	Iraq	15	7	Syria	15	7
Ireland	3 270	Pakistan	1 350	41	Bangladesh	285	9	Albania	215	7
Greece	11 370	Syria	3 325	29	Afghanistan	1 545	14	Pakistan	1 505	13
Spain	14 600	Syria	5 720	39	Ukraine	3 340	23	Palestine	765	5
France	70 570	Sudan	5 315	8	Syria	4 625	7	Kosovo*	3 825	5
Croatia	140	Syria	25	18	Kosovo*	10	7	Afghanistan	10	7
Italy	83 245	Nigeria	17 780	21	Pakistan	10 285	12	Gambia	8 015	10
Cyprus	2 105	Syria	910	43	Palestine	175	8	Vietnam	125	6
Latvia	330	Iraq	85	26	Vietnam	80	24	Ukraine	45	14
Lithuania	275	Ukraine	60	22	Georgia	45	16	Russia	35	13
Luxembourg	2 360	Syria	635	27	Iraq	545	23	Afghanistan	220	9
Hungary	174 435	Syria	64 080	37	Afghanistan	45 560	26	Kosovo*	23 690	14
Malta	1 695	Libya	895	53	Syria	395	23	Ukraine	70	4
Netherlands	43 035	Syria	18 640	43	Eritrea	7 390	17	Iraq	3 010	7
Austria	85 505	Afghanistan	24 840	29	Syria	24 720	29	Iraq	13 225	15
Poland	10 255	Russia	6 985	68	Ukraine	1 575	15	Tajikistan	525	5
Portugal	830	Ukraine	370	45	Mali	80	10	Pakistan	65	8
Romania	1 225	Syria	550	45	Iraq	190	16	Afghanistan	90	7
Slovenia	260	Afghanistan	45	17	Iraq	45	17	Iran	30	12
Slovakia	270	Iraq	170	63	Afghanistan	25	9	Ukraine	15	6
Finland	32 150	Iraq	20 400	63	Afghanistan	5 190	16	Somalia	1 975	6
Sweden	156 110	Syria	50 890	33	Afghanistan	41 190	26	Iraq	20 190	13
United Kingdom	38 370	Eritrea	3 735	10	Iran	3 680	10	Pakistan	3 245	8
Norway	30 470	Syria	10 535	35	Afghanistan	6 910	23	Iraq	2 935	10
Switzerland	38 060	Eritrea	9 860	26	Afghanistan	7 800	20	Syria	4 650	12

Number of first time applicants is rounded to the nearest 5. Calculations are based on exact data.

* Kosovo under UN Security Council Resolution 1244/99.

Fonte: EUROSTAT, 2016, p. 2.

Como mostra a tabela 1, requerentes de asilo provenientes da Síria representam 29% do número total, colocando a Síria em 2015, assim como em 2014, como o país com o maior número de cidadãos buscando asilo em Estados membros da União Europeia. Quase a metade desses cidadãos sírios (158.700) foram registrados na Alemanha, que é o país que atualmente mais recebe refugiados na Europa. O segundo país com maior número de requerentes de asilo é o Afeganistão, cujos cidadãos representam 14% do total, no entanto, seus pedidos de asilo foram registrados em sua grande maioria na Hungria e Suécia. O terceiro lugar fica com o Iraque, que representa 10% do total de requerimentos,

dos quais a maioria foi registrada na Alemanha (29.800), Finlândia (20.400) e Suécia (20.200) (EUROSTAT, 2016, p. 1).

Além disso, quase um milhão de requerimentos de asilo se encontram ainda com o status de pendente, ou seja, que ainda estão sob consideração das autoridades nacionais. Ao final de 2015, os requerimentos pendentes de pessoas buscando proteção internacional da União Europeia praticamente dobraram, indo de 489.300 em 2014 para 922.800. Desse total, 424.880, ou 46%, estão na Alemanha, seguida pela Suécia (17%) e pela Itália (7%) (Ibidem, p.5).

Todos esses números indicam que um fenômeno muito sério está ocorrendo e afetando não somente o Oriente Médio, mas o mundo. O terror que o Estado Islâmico tem gerado atravessa fronteiras, seja em forma de atentados, execuções, migração forçada ou na escravidão sexual de mulheres. O alto número de cidadãos sírios que buscam asilo não são, contudo, resultado exclusivo das atrocidades do Estado Islâmico, mas o fruto de um conflito sangrento que vem sendo travado na Síria envolvendo o presidente Bashar al-Assad, forças antigoverno e militantes do EI.

Civilians have always been the primary victims of violence in Syria. Women and children, men and boys, the elderly, persons with disabilities, are treated as legitimate targets by Government forces, anti-Government armed groups, extremists and terrorist organizations. Children have been indoctrinated and instrumentalised on a massive scale. The men and women who aid those wounded or in need of humanitarian assistance are systematically arrested, detained, tortured and killed. The symbol of the Red Crescent has ceased to be a shield of protection (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2015, p.1).

No Iraque, os combatentes do Estado Islâmico marcaram como alvo membros de comunidades muçulmanas que não são sunitas ou árabes, ou que são opositores ao regime que o EI impõe. De acordo com a Anistia Internacional, embora haja essa perseguição às minorias, a comunidade yazidi é a que se destaca por sofrer tratamento cruel, principalmente as crianças e mulheres (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014).

A forma de imigração que vem ocorrendo, porém, não é um caminho de salvação, mas uma decisão extremamente perigosa que envolve arriscar a própria vida, na maioria das vezes, encarando o mar num bote comandado por traficantes de pessoas, que cobram um preço altíssimo pela travessia. A Organização Internacional para Migração estima que 204.311 pessoas chegaram à Europa pelo mar mediterrâneo apenas em 2016, sendo que 2.443 morreram tentando. Quanto aos resgates, “cerca de 13.000 imigrantes

foram resgatados no Canal da Sicília entre segunda 23 de maio e domingo 29 de maio, levando ao total de resgatados até maio de 2016 a 47.600 homens, mulheres e crianças” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2016, p.1, tradução nossa).

Violência sexual

Conseguir escapar para tentar deixar seu país de origem nem sempre é possível. Como no caso da comunidade perseguida yazidi, centenas ou possivelmente milhares de pessoas foram sequestradas pelo Estado Islâmico em 2014 enquanto tentavam fugir da região de Sinjar, ao norte do Iraque, que estava sendo tomada pelo grupo. Os homens que não foram assassinados foram forçados a se converter ao islã, enquanto as mulheres mais jovens e as meninas foram separadas e vendidas:

Younger women and girls, some as young as 12, were separated from their parents and older relatives and sold, given as gifts or forced to marry IS fighters and supporters. Many have been subjected to torture and ill-treatment, including rape and other forms of sexual violence, and have likewise been pressured into converting to Islam (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014, p.4).

Essas meninas e mulheres foram dadas ou vendidas a combatentes ou apoiadores do EI, objetificadas e transformadas em moeda de troca. Os abusos que elas sofreram como estupro, tortura, escravidão sexual e outras formas de violência, abdução de sua comunidade e a imposição de outra religião constituem crimes de guerra e alguns até crimes contra a humanidade (Ibidem). Elas foram levadas à força do Iraque para a Síria e são mantidas como escravas sexuais, como conta Paulo Sérgio Pinheiro, presidente da “Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic”.

An alarming number of cases of sexual violence are still being committed inside Syria. Yazidi women and girls, abducted by ISIS in Iraq, are being sold and re-sold inside Syria, where they are held in sexual slavery. This terrorist group has brutally executed men accused of homosexuality by throwing them off tall buildings. Both ISIS and Jabhat al-Nusra have stoned women to death on charges of “adultery”. Men, boys, women and girls have been subjected to rape and sexual assault in Government detention facilities, in particular in the investigation branches of the Military Intelligence Directorate and prisons administered by the General Security Directorate in Damascus (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2015, p.1).

Uma das mulheres escravizadas que conseguiu fugir do EI, Nadia Murad, deu seu depoimento acerca do ataque em Sinjar e do tempo que passou como uma escrava sexual. Ela conta que seu vilarejo era um lugar tranquilo, onde os yazidis viviam em paz

com seus vizinhos, até o massacre promovido pelo EI. Primeiro, separaram cerca de 700 homens que foram baleados na hora, dentre eles, os irmãos de Nádia. Depois, levaram as crianças, que foram encaminhadas a um campo de treinamento, e as mulheres mais velhas, cujos corpos foram encontrados mais tarde numa vala comum. As mulheres mais jovens e meninas foram levadas de ônibus para Mossul, onde encontraram muitas outras meninas sequestradas, todas yazidi (BBC, 2016).

Nádia foi selecionada e levada por um homem, que a violentou e a manteve por três meses - maioria das mulheres era mantida por um dia ou até mesmo uma hora até ser trocada por outra. Quando questionou seu sequestrador do porquê faziam aquilo com seu povo, a resposta foi que “os yazidis são infiéis, não são um povo das Escrituras, são um espólio de guerra e merecem ser destruídos” (Ibidem, p.1). As esposas e famílias desses violadores aceitavam o que era feito com essas mulheres, transformadas em escravas sexuais; muitas não aguentaram o sofrimento e se suicidaram.

Ao tentar fugir pela primeira vez, Nádia foi capturada e castigada – foi colocada em uma cela e estuprada por todos os homens do complexo: “Fui estuprada em grupo. Chamam isso de jihad sexual” (Ibidem). Por sorte, sua segunda tentativa de escapar funcionou e ela conseguiu a ajuda de uma família muçulmana que não apoiava o EI para fugir e atravessar a fronteira usando um véu preto e um passaporte falso, com identidade islâmica. Tornou-se uma ativista que luta pelos yazidi, levando sua história para diferentes países, inclusive na ONU. Mas mesmo com tanta informação, nada aconteceu e milhares de meninas e mulheres continuam sob o poder do Estado Islâmico (Ibidem).

O Conselho de Segurança da ONU identifica a violência sexual como uma tática de terrorismo, que vem sendo usada não somente pelo EI, mas por outros grupos terroristas como o Boko Haram, como forma de atrair combatentes e de gerar rendimentos. É, ainda, uma “estratégia deliberada usada para destruir a estrutura social, para controlar e intimidar comunidades e forçar as pessoas a deixar suas casas”, assim como “uma ameaça à paz e segurança internacionais, uma séria violação do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos, e um grande impedimento para a reconciliação pós conflito e para o desenvolvimento econômico” (UN NEWS CENTRE, 2016, p.1, tradução nossa).

O fenômeno de escravidão sexual perpetrado pelo Estado Islâmico vai ainda mais além, ao que tudo indica seus combatentes então fazendo um comércio virtual de mulheres escravizadas a partir das redes sociais, principalmente do *Facebook*; o uso dessas redes é um meio de atrair recrutas pelo mundo e espalhar a propaganda do grupo terrorista. Em uma foto de uma mulher postada no perfil de um combatente consta a seguinte legenda:

“A todos os irmãos tentando comprar uma escrava, essa custa \$8.000” (WARRICK, 2016, p.1, tradução nossa). O mesmo homem postou outra imagem horas depois, de uma outra mulher: “Outra escrava, também por \$8.000. Sim ou não?” (Ibidem). O Facebook deletou as fotos e não ficou claro se o homem estava vendendo tais mulheres ou se estava comentando sobre a venda de outros combatentes, mas fica evidente que existe uma grande rede de tráfico de mulheres que vai desde a captura em sua terra, a emigração forçada e depois o comércio pelos mais diversos meios, inclusive pela internet.

Resistência

Existe uma tendência a enxergar as mulheres, em um contexto de conflito, como meras vítimas: viúvas, abusadas, mães desesperadas, mas muitas mulheres exercem um papel ativo durante conflitos armados, sejam como negociadoras pela paz, ou até combatentes: esse é o caso das combatentes curdas que lutam contra o Estado Islâmico. As mulheres curdas são um símbolo de resistência, elas participam do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) desde que foi fundado, assim como das guerrilhas.

To be Kurdish was banned, and for women social inequalities and discriminatory politics have severe impacts. In a patriarchal society with very strict gender roles, joining the PKK meant much more than liberating Kurdish people; it seemed a possibility for changing a reality where women had very limited rights, and were always treated as inferior to men. The educative element of the PKK, which specifically target patriarchal structures and ideologies, was an important element of attraction for women (MIRANDA, 2015, p. 26).

Os curdos têm lutado uma guerra incessante contra o Estado Islâmico ao mesmo tempo em que tenta resistir aos ataques da Turquia contra as bases do PKK. A Turquia tem assumido um papel de violência principalmente contra as mulheres militantes:

On August 10, Kurdish women and women’s rights groups in Turkey were shocked and enraged at an act of sexualized torture committed by Turkish police as photos of the corpse of a female Kurdish militant were leaked online. According to those who prepared her body for burial, it is likely that after she was shot, she was stripped of her uniform, dragged by the neck with a rope through town, and abandoned in the town square. Afterwards, she was photographed and the photos of her naked and bloodied corpse were purposely exposed online at an attempt to humiliate the Kurds - and especially Kurdish women (MIRANDA, 2015, p. 34).

De qualquer maneira, a YPJ (Unidade de Proteção às Mulheres), milícia formada por mulheres curdas dentro do movimento de resistência do Curdistão, tem lutado ao lado

dos companheiros masculinos, os YPG (Unidades de Proteção Popular) e dos Peshmerga ou “aqueles que enfrentam a morte”. Elas lutaram contra o Estado Islâmico e ajudaram no resgate de centenas de yazidis que estavam encurralados no Monte Sinjar em 2014, além de batalharem para resgatar Kobani do EI. Sabem que se forem capturadas serão violentadas e assassinadas, então lutam bravamente para não terem que se suicidar em caso de uma potencial captura. Mas elas não são as únicas a temer, os combatentes do EI acreditam que se forem mortos por uma mulher em batalha será uma desonra e serão proibidos de entrar no paraíso (THE KURDISH PROJECT, s/d).

Mas a resistência vai além: uma brigada de aproximadamente 123 mulheres, sendo que mais 500 estão aguardando treinamento, estão lutando ao lado dos combatentes curdos. Não se trata de mulheres quaisquer, mas de ex- escravas sexuais yazidi que fugiram do Estado Islâmico e que agora possuem três objetivos: vingança, recuperar Mossul e levar suas mulheres de volta para casa (WITHNALL, 2016). O grupo ficou conhecido como “Force of the Sun Ladies” (Força das Senhoras do Sol, em tradução livre) e mostrou sua força ao ajudar na recuperação de Sinjar, além de proteger a montanha. Essas mulheres são apenas algumas das yazidi capturadas pelo EI em 2014 no Monte Sinjar e que foram transformadas em escravas sexuais. Tragicamente a ONU acredita que ainda há cerca de 3.500 mulheres no poder do EI, sendo a maioria yazidi (Ibidem).

Freed from slavery and daily rape, trained by the Kurds and now fighting to defend their homelands, the Force of the Sun Ladies has become “an elite force and a model for other women in the region”, Captain Khider said. “Now we are defending ourselves from the evil; we are defending all the minorities in the region,” she said. “We will do whatever is asked of us” (WITHNALL, 2016, p.1).

Jurisdição internacional

Os crimes cometidos pelo Estado Islâmico vão além do ataque a um povo, de acordo com AMBOS (2015, p.1), “[d]ue to their quantitative and qualitative dimensions and their utter disregard for fundamental values, such crimes are directed not only against individual persons, but against humanity as a whole”. Desde que os tribunais ad hoc para a antiga Iugoslávia e para Ruanda foram formados, perdeu-se a necessidade da ligação com um Estado ao se tratar de crimes contra a humanidade, fazendo com que a culpabilidade pudesse assumir caráter individual. Essa nova forma de jurisdição se consagrou a partir da formação do Tribunal Penal Internacional em 1998, permitindo que os crimes contra a humanidade pudessem ser cometidos por atores não estatais.

Their traditional State-based rationale – punishing the representatives of the morally perverted State that uses its power against its own citizens without restraint – can be transferred to non-state actors. When these actors, like the so-called Islamic State (IS), send suicide assassins into a concert hall to execute innocent civilians, this reveals a level of moral perversion that is typical of crimes against humanity. That the perpetrators invoke God when doing so makes the matter even worse. Religiously motivated perpetrators of crimes against humanity not only deny their victims’ right to exist, but in doing so place themselves above us “unbelievers” as part of a supposedly divine mission; in fact, they act in the same manner as the crusaders they claim to be fighting against (AMBOS, 2015, p.1).

Os ataques ocorridos em Paris em 2015 constituem crime contra a humanidade pois representam um ataque sistemático direcionado a uma determinada população civil, a morte de mais de 100 pessoas constitui “assassinato”, o ataque foi premeditado e contra um grupo alvo, mas a jurisdição do Tribunal Penal Internacional sobre o grupo terrorista Estado Islâmico é um assunto controverso. O TPI recusou-se em abrir uma investigação preliminar sobre o EI alegando falta de jurisdição em abril de 2015, além do Conselho de Segurança da ONU não ter conseguido chegar a uma conclusão sobre o caso (Ibidem).

Primeiramente, foi indagado se seria possível usar a jurisdição sobre os membros do EI, considerando que alguns são nacionais de Estados Partes do TPI³, como da França e Alemanha, no entanto, os líderes são nacionais de outros Estados, como Síria e Iraque, que não fazem parte do Estatuto de Roma. Disso seguiu-se a questão da jurisdição territorial, considerando que o atentado ocorreu da França, o que gerou outro debate devido ao EI ser uma rede transnacional, sem território fixo, estando em sua maioria em um território que não faz parte do Estatuto. É claro que para alguns bastava que o ataque tenha ocorrido em território de um Estado Parte para estar na jurisdição do TPI. Além disso, o Conselho de Segurança da ONU poderia levar o caso ao TPI, que é uma outra maneira da Corte poder exercer sua jurisdição, porém precisaria do apoio de Estados que não fazem parte do TPI, mas que compõem o Conselho de Segurança, como os EUA, Rússia e China. (AMBOS, 2015).

Finalmente e recentemente, a ONU deu um grande passo ao reconhecer que o Estado Islâmico cometeu e tem cometido genocídio contra a minoria yazidi, além de crimes de guerra e crimes contra a humanidade ao emitir um relatório intitulado ““They came to destroy”: ISIS Crimes Against the Yazidis”, de autoria da Independent International Commission of Inquiry on Syria. Segundo consta,

³ Cf. Artigo 12 (2) (b) do Estatuto de Roma.

The genocide committed against the Yazidis has not primarily been accomplished through killings, though mass killings of men and women have occurred. Rather ISIS seeks to destroy the Yazidis in multiple ways, as envisaged by the drafters of the 1948 Genocide Convention. ISIS has sought, and continues to seek, to destroy the Yazidis through killings; sexual slavery, enslavement, torture and inhuman and degrading treatment, and forcible transfer causing serious bodily and mental harm; the infliction of conditions of life that bring about a slow death; the imposition of measures to prevent Yazidi children from being born, including forced conversion of adults, the separation of Yazidi men and women, and mental trauma; and the transfer of Yazidi children from their own families and placing them with ISIS fighters, thereby cutting them off from beliefs and practices of their own religious community, and erasing their identity as Yazidis. The public statements and conduct of ISIS and its fighters clearly demonstrate that ISIS intended to destroy the Yazidis of Sinjar, in whole or in part. (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2016, p. 36).

Quanto à escravidão sexual de mulheres e meninas yazidi, o relatório também afirma:

ISIS commits the crime of genocide against individual Yazidis, as na incremental step in their overall objective of destroying this religious community. This is the genocide accomplished through the destruction of a nine-year-old girl in a slave market, surrounded by men waving their bids; of a woman and children locked in a room, beaten and starved; of a little boy trained to kill his father. It is a genocide perpetrated by male fighters so ideologically enslaved that they believe that by committing some of the most horrific crimes imaginable, they are bettering the society in which they live.

Over 3,200 women and children are still held by ISIS. Most are held in Syria where Yazidi women and girls continue to be sexually enslaved and otherwise abused, and Yazidi boys, indoctrinated and trained. Thousands of Yazidi men and boys are missing. ISIS's trade in women and girls and its recruitment and use of boys have never ceased. The genocide of the Yazidis is on-going (Ibidem, p. 36-37).

A Comissão considera ainda que o TPI é o único que pode ter jurisdição sobre os crimes cometidos pelo Estado Islâmico contra os yazidis, no entanto, nem a Síria nem o Iraque fazem parte do Estatuto de Roma. Sendo assim, é preciso, como discutido anteriormente, que o Conselho de Segurança da ONU – frisando que todos os seus membros contraíram a Convenção para o Genocídio - encaminhe o caso ao Tribunal, considerando que houve uma tentativa em 2014 de formular uma Resolução que levasse o caso ao TPI, e a mesma foi vetada pela China e pela Rússia, não havendo outras tentativas desde então (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2016).

Além disso, segundo o relatório, não houve nenhuma iniciativa de se criar um tribunal ad hoc para julgar os crimes do EI contra os yazidis, levando à conclusão de que não há, ao menos no momento, um caminho na justiça criminal internacional que esteja livre para levar os crimes do EI para julgamento. O que resta são os procedimentos domésticos na tentativa de *accountability* pelos crimes cometidos, sendo essencial, porém, que os Estados envolvidos integrem as leis contra genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra em suas jurisdições domésticas.

Referências bibliográficas

AMBOS, Kai (2015). “The new enemy of mankind: The Jurisdiction of the ICC over members of “Islamic State””. In *Blog of the European Journal of International Law*. Disponível em: <<http://www.ejiltalk.org/the-new-enemy-of-mankind-the-jurisdiction-of-the-icc-over-members-of-islamic-state/>>. Acesso em 16/06/2016.

ANISTIA INTERNACIONAL (2014). “Escape from hell: torture and sexual slavery in Islamic State captivity in Iraq”. Disponível em: <https://www.amnesty.org.uk/sites/default/files/escape_from_hell_-_torture_and_sexual_slavery_in_islamic_state_captivity_in_iraq_-_english_2.pdf>. Acesso em 03/06/2016.

COCKBURN, Patrick (2015). *The rise of Islamic State: ISIS and the new Sunni revolution*. New York: Verso Books. Arquivo digital, disponível em: <<http://kropfpolisci.com/isis.cockburn.pdf>>. Acesso em 01/06/2016.

EUROSTAT (2016). “Asylum in the EU Member States. Record number of over 1.2 million first time asylum seekers registered in 2015. Syrians, Afghans and Iraqis: top citizenships”. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7203832/3-04032016-AP-EN.pdf/790eba01-381c-4163-bcd2-a54959b99ed6>>. Acesso em 01/06/2016.

FELDMAN, Noah (2008). *The fall and rise of the Islamic State*. Princeton: Princeton University Press.

HUMAN RIGHTS COUNCIL (2016). ““They came to destroy”: ISIS Crimes Against the Yazidis”. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/CoISyria/A_HRC_32_CRP.2_en.pdf>. Acesso em 17/06/2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (2016). “Mediterranean Migrant Arrivals in 2016: 204,311; Deaths 2,443”. Disponível em: <<http://www.iom.int/news/mediterranean-migrant-arrivals-2016-204311-deaths-2443>>. Acesso em 02/06/2016.

MILMAN, Luis (2004). “Origem dos movimentos islâmicos revolucionários”. In *Revista Espaço Acadêmico*, n. 35.

MUIR, Jim (2016). “Islamic State group: The full story”. In *BBC News*. Disponível em:

<<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35695648>>. Acesso em 24/05/2016.

THE KURDISH PROJECT. “YPJ: Women’s Protection Units”. Disponível em: <<http://thekurdishproject.org/history-and-culture/kurdish-women/ypj/>>. Acesso em 16/06/2016.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL (2015). “Statement by Mr. Paulo Sérgio Pinheiro Chair of the Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic”. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=15843&LangID=E#sthash.PErV6j1Y.dpuf>>. Acesso em 02/06/2016.

UN NEWS CENTRE (2016). “‘Justice may be delayed, but not denied’ Security Council told at debate on sexual violence in conflict”. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=54117#.V1b5wJErK01>>. Acesso em 07/06/2016.

WARRICK, Joby (2016). “ISIS fighters seem to be trying to sell sex slaves online”. In *The Washington Post*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/national-security/isis-fighters-appear-to-be-trying-to-sell-their-sex-slaves-on-the-internet/2016/05/28/b3d1eade-24fe-11e6-9e7f-57890b612299_story.html>. Acesso em 09/06/2016.

WITHNALL, Adam (2016). “Former Isis Yazidi sex slaves take up arms for revenge, to win back Mosul and ‘bring our women home’”. In *Independent*. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/isis-yazidi-sex-slaves-take-up-arms-for-mosul-fight-to-bring-our-women-home-a6865056.html>>. Acesso em 09/06/2016.

A questão migratória na França: insurreição nos *banlieues*, controle, vigilância e violência

Fernanda Bizzo¹

Resumo: O artigo tem por objetivo problematizar as políticas empregadas na criação dos *banlieues* e as especificidades em torno do seu uso, a partir dos motins de 2005, que demonstraram a resistência de imigrantes perante o controle estatal. Além disso, o trabalho traça uma crítica acerca da utilização desses bairros como forma de “prisões a céu-aberto”, utilizadas juntamente com técnicas de vigilância e controle com o objetivo de excluir uma população considerada indesejável do restante da população francesa.

Palavras-chave: *Banlieue*; Imigrantes; Motins; França; Vigilância.

Abstract: This article aims to discuss the policies used in the formation of the *banlieues* and the specificities surrounding their usage, from the 2005 riots, that demonstrated immigrant resistance against state control. In addition, a critical analysis is outlined due to the use of these neighborhoods as “open-air prisons”, that together with control and monitoring techniques have the objective to exclude certain individuals considered undesired by the rest of the French population.

Keywords: *Banlieue*, Immigrants, Riots, France, Monitoring.

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade Santa Marcelina, Mestranda em Ciências Sociais na PUC-SP. E-mail: fernandacarmobizzo@gmail.com

Introdução

Há alguns anos a França tem presenciado muitos atos de violência em seus subúrbios, com destaque para os protestos da população que habita os locais da cidade conhecidos como *banlieues*², majoritariamente composta por imigrantes advindos de ex-colônias francesas. É possível citar também acontecimentos mais recentes, como o ataque ao *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015, e os ataques do dia 13 de novembro em diversos pontos da cidade de Paris, como a casa de shows *Bataclan*, que colocaram novamente em questão a situação vivida pelos imigrantes na França e sua luta no passado recente em busca de um espaço na sociedade francesa. Essa é uma conjuntura na qual está inserida a Europa em geral, que vive um grande embate em relação ao acolhimento de imigrantes, sobretudo com a grande massa de imigração dos países do Oriente Médio e África.

Esses protestos tiveram seu ápice com o estouro dos motins em 2005, como forma de reivindicação da população imigrante a direitos que o Estado francês deveria fornecer. Além disso, com a crise econômica na Europa, iniciada em 2008, as dificuldades sociais se agravaram, surgindo mais motivos para manifestações. No entanto, os elementos que permeiam essas manifestações não vêm de hoje. As problemáticas encontradas nos *banlieues* surgiram com sua criação, que tinha como objetivo acolher imigrantes advindos de ex-colônias francesas. Atualmente, com alguns dos recentes acontecimentos, pode-se verificar a continuação desses protestos e da insatisfação generalizada, atrelada, sobretudo, ao problema de má integração dos imigrantes na sociedade francesa.

Não é de hoje que o país vive um grande embate relativo à xenofobia, presente nas leis de imigração, assim como na cultura local, que tende a rejeitar os imigrantes (aqueles que habitam maciçamente os *banlieues*). O governo anterior de Nicolas Sarkozy (2007-2012) aprovou diversas normativas que limitaram a entrada de imigrantes, e criou uma lei que baniou o uso do véu pelas mulheres muçulmanas, por sua vez também originárias, majoritariamente, de ex-colônias francesas. Além disso, ao se deparar com o surgimento dos émeutes (manifestações) nos *banlieues*, o governo decidiu que a melhor medida a adotar seria a repressão policial e, assim, reforçou a presença do sistema de segurança nessas zonas. É em face a estes conflitos que surge a problemática deste artigo, que

² *Banlieue* é o nome dado ao subúrbio francês caracterizado pela concentração de parques habitacionais de baixo custo (Habitações de Aluguel Moderado) dedicado a uma população majoritariamente pobre e imigrante, em regiões periféricas.

pretende analisar não somente as especificidades em torno da criação dos *banlieues*, mas também traçar uma crítica quanto ao aparato de violência e as formas de vigilância instauradas para o combate das manifestações que estouraram em 2005, bem como o redimensionamento delas em uma série de acontecimentos posteriores.

A Política da Cidade e formulação dos *banlieues*

Para compreender a mudança que ocorreu na formulação das políticas dos *banlieues* e como estas caracterizam a atual conjuntura francesa, recorreremos, para esta análise, às discussões propostas por Jacques Donzelot (2006). A tese central de Donzelot, em sua análise sobre a crise nos *banlieues*, defende a necessidade de mudar a política da cidade para uma política *para* a cidade. Para o autor, a questão dos *banlieues* depende da relação entre o conteúdo urbano e o conteúdo social. O conteúdo urbano está relacionado à parte da infraestrutura da cidade e aos recursos disponíveis ao cidadão, ou seja, diz respeito à dimensão da *urbe*. Por outro lado, o conteúdo social trata da inserção e do papel que o indivíduo desempenha na sociedade, ou seja, diz respeito à dimensão da *polis*. Uma política *para* a cidade deve levar em consideração essas duas dimensões, humana e infraestrutura, a primeira herança da *polis* grega e, a segunda, da *urbe* romana, como traços constitutivos e combinados na formação da cidade moderna.

Ao desenvolver seu argumento, o autor faz uma análise da questão urbana desde o século XIX, quando as problemáticas da sociedade começam a emergir nos termos de uma questão social. As cidades sofreram uma transformação do que eram na época medieval, ou seja, passaram de um lugar protegido de toda insegurança que poderia ser ocasionada na periferia para um:

[...] espaço central da sociedade, aquele onde se concentra o sofrimento social, aquele onde ela se exprime de todas as maneiras possíveis, individualmente através do crime, coletivamente pelo protesto, a revolta, o distúrbio e depois a insurreição. (DONZELOT, 2006, p. 36, tradução nossa).

Neste sentido, a cidade se torna o oposto do que era. De um espaço seguro protegido por muros, ela passa a ser uma gigantesca cena de confrontos e conflitos entre cidadãos, e destes com as autoridades. Na realidade, a cidade acaba sofrendo com aquilo que ela mesma criou, pois ela faz parte de um complexo de elementos que proporcionaram o crescimento da riqueza da burguesia e o aumento da pobreza na periferia. Ela sofre, portanto, as consequências deste processo de desenvolvimento econômico e acirramento

das assimetrias sociais.

Como afirma Michel Foucault (2008), as cidades no século XVIII e XIX tinham certas características que não permitiam a livre circulação de pessoas e bens e a expansão da economia. Ela era:

[...] essencialmente caracterizada por uma especificidade jurídica e administrativa que a isolava ou a marcava de uma maneira bastante singular em relação às outras extensões e espaços do território. Em segundo lugar, a cidade se caracterizava por um encerramento dentro de um espaço murado e denso, no qual a função militar nem de longe era a única. E, por fim, ela se caracterizava por uma heterogeneidade econômica e social muito acentuada em relação ao campo. (FOUCAULT, 2008, p. 17).

No entanto, com a expansão do processo capitalista torna-se necessária a derrubada dos muros para permitir uma circulação maior de pessoas, mercadorias e capitais. Essa formatação da cidade irá causar novas ameaças, pois já não se pode mais controlar tudo que entra e sai daquele espaço, inclusive as circulações indesejáveis. Essas ameaças fazem com que o Estado crie novos dispositivos de controle que permitirão assegurar que as pessoas, por exemplo, só circulem onde elas não causarão inseguranças ao restante da população. O caso da Habitação de Aluguel Moderado, tipo de moradia dedicada a indivíduos de baixa renda, construídos exclusivamente nos *banlieues*, podem ser inseridos como um exemplo desse dispositivo que tem por objetivo disciplinar. Ou seja:

[...] nesse esquema simples, encontramos exatamente o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, isto é, [a] constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio, assegurar a moradia, etc. (FOUCAULT, 2008, p. 23).

De acordo com Donzelot (2006), com a transformação das cidades surgem duas vertentes da questão social: a proteção social do indivíduo e a defesa da sociedade contra o indivíduo. A primeira trata dos problemas que os trabalhadores podem enfrentar, como a doença e a velhice, que poderiam impedi-los de trabalhar e que dizem respeito aos cuidados com a vida, a saúde e as garantias previdenciárias do cidadão. Assim, é preciso achar uma remuneração substituta para que essas dificuldades não gerem motivações para protestos e para, assim, garantir o suposto bem-estar do cidadão, sua proteção.

A segunda vertente trata da identificação do indivíduo considerado perigoso antes que ele pratique algum crime, visando proteger a sociedade contra ele, o que diz respeito

aos cuidados com o Estado, com a segurança da sociedade e atos que possam atacar a ordem pública. Essa prática baseia-se, segundo Donzelot, na teoria de Enrico Ferri, que estabeleceu formas de identificar comportamentos e traços que possam indicar que um indivíduo possa vir a praticar atos criminosos. Isso acontecerá também com o combate às doenças contagiosas, fazendo com que os jovens sejam testados nas escolas através de exames.

Estes dois eixos representam duas faces inversas do social: a proteção estatutária e o controle normalizador. As habitações sociais são ilustrações disso, já que representam uma forma de moradia “digna” ao indivíduo e ao mesmo tempo permitem ao Estado controlá-lo. No entanto, para o autor, a construção dessas habitações constitui não apenas uma forma de modernizar a sociedade pelo urbano, como também a formação de uma “antacidade”. Isso se deve ao fato das Habitações de Aluguel Moderado não serem construídas para os pobres, mas para todos os assalariados. É por isso que não se trata mais de uma questão apenas social, mas urbana, pois existe uma tentativa de inclusão do indivíduo através da modernização da cidade. Essa questão urbana transforma, a partir dos anos 1970, as Habitações de Aluguel Moderado em uma rejeição dos pobres e das minorias.

A esse conceito de “antacidade” podemos trazer uma discussão feita por Acácio Augusto (2011), a partir das análises de Murray Bookchin, no qual o autor discorrerá acerca da transformação da *polis* (cidade) em *urbe*. No modelo industrial ocorre essa mudança e a população passa a não mais deter o poder da organização da sua *polis*. Surge, então, nos anos 1960, uma necessidade da participação popular na cidade, lutas que buscam retomar o sentido da cidade como comunidade política dos homens, ao estilo da *polis* grega. Os indivíduos sentem uma necessidade de poder governar a si próprios. É preciso que esses adquiram autonomia sobre a administração da cidade.

Essa proposta de Bookchin, analisada por Augusto, traz uma ideia de comunalismo, ou seja, uma nova organização onde os indivíduos têm mais liberdade e não estão sujeitos às ordens do Estado. Existe, de fato, uma necessidade de que os cidadãos retomem sua atividade política e que não a deixem nas mãos dos governantes. A criação dos *banlieues* e, dentro destes, das Habitações de Aluguel Moderado, é a personificação da *urbe* e vai em sentido oposto a *polis*.

As classes médias que residiam nessas Habitações de Aluguel Moderado contraem um poder aquisitivo maior e acabam partindo para outros locais de moradias mais sofisticadas. Isso fez com que as Habitações de Aluguel Moderado se tornassem

uma relegação aos pobres, onde apenas eles habitavam, de forma a excluí-los do restante da sociedade.

Após esse processo de relegação, fruto da fuga das classes médias das Habitações de Aluguel Moderado, uma parte da população passou por um processo de rurbanização³ e de gentrificação. O primeiro se refere àqueles que saem das Habitações de Aluguel Moderado à procura de moradias individuais próximas à natureza. Já o segundo é o nome dado a uma transformação de antigos bairros para atrair uma população com maior poder aquisitivo, que através da gentrificação criará uma área seletiva e eletiva. É por isso que o autor defende a ideia de é necessário tratar de um problema urbano ao invés de social, pois as transformações nas cidades geram um conflito entre ricos e pobres conforme os pobres começam a se aproximar dos centros.

A crise nos *banlieues* ilustra, portanto, a raiva de uma juventude que se sente privada do seu futuro e que quer mostrar, à sua maneira, que ela não está sendo enganada e que não aceita um tratamento de menosprezo, como, por exemplo, ser tratada pelo termo “*racaille*”⁴. Em uma tentativa de consertar esses problemas aqui expostos, o relatório Dubedout⁵ instaura uma política da cidade. Ao mesmo tempo, ao associar a questão urbana ao problema da imigração, relaciona uma questão local com políticas internacionais.

A política da cidade se constitui em três esferas diferentes: desenvolvimento social dos bairros, diversificação social da sua população e contratualização. Além disso, a política da cidade contou com um programa que abordava três pontos diferentes: os agentes, as pessoas e o lugar.

O primeiro ponto objetiva trazer para os bairros investimento financeiro e de tecnologias para que a vida social possa florescer. É uma tentativa de incentivar uma vida associativa dos habitantes para que eles passem a cuidar e investir no bairro onde moram. As políticas inclinadas aos agentes, o segundo ponto, são uma forma de incentivo às empresas para que essas venham se instalar nas periferias, através da diminuição dos impostos, dentre outros benefícios. Esse tratamento é o princípio da discriminação

³ Rurbanização é o processo de transformação das atividades desenvolvidas nas áreas rurais. Integração entre rurais e urbanos.

⁴ *Racaille* em português quer dizer escória. Nicolas Sarkozy, enquanto Ministro do Interior teria chamado os jovens habitantes dos *banlieues* por esse nome em seu discurso na cidade de Argenteuil, no dia 25 de Outubro de 2005, dois dias antes do estouro dos motins. Disponível em: <http://www.saphirnews.com/Sarkozy-en-banlieue_a6538.html> Acesso em: 01 out. 2014.

⁵ O relatório Dubedout (1982) foi um dos documentos redigidos nos anos 1980 durante a formulação da política da cidade. Este tinha como lema “juntos, refazer a cidade”.

positiva, ou seja, tratar distintamente aqueles que têm uma situação diferente da maior parte da sociedade. No caso francês, isso não se faz diretamente ao indivíduo, mas através de medidas como a mencionada acima. O último aspecto diz respeito aos *banlieues* em seu estado físico. Sendo assim, houve uma tentativa de demolição ou de renovação desses prédios para tirar a imagem de uma habitação direcionada aos pobres.

Como se pode ver, todo tipo de projeto pensado para a melhoria dos *banlieues* tem por objetivo mudar a imagem que as pessoas têm destas periferias e qualificar seus habitantes para que não se sintam desiguais perante o resto da sociedade. Também é preciso ressaltar a implementação da ideia da mistura social, a qual ainda permanece atualmente. Instaurada através do relatório Dubedout, tinha por objetivo diversificar, progressivamente, a composição social dos bairros. A ideia parte do seguinte pressuposto:

[...] se os habitantes desses bairros ficam estagnados, é precisamente porque eles permanecem entre si, isolados, relegados, vítimas da “cultura da pobreza” que ocorre entre as pessoas submetidas às mesmas desvantagens. Essa cultura os desencoraja de lutar para melhorar sua situação, ela os leva na verdade a obter os melhores recursos desta situação, e faz dessa dependência uma forma de viver, deixando de existir. (DONZELOT, 2006, p. 80, tradução nossa).

A mistura social acontece, portanto, apoiada por uma lei que exige das cidades com mais de duzentos mil habitantes programas de Habitações de Aluguel Moderado. É preciso entender, no entanto, que essa política para a cidade não procura uma coesão social, mas sim uma organização em prol da indústria. Nesse sentido,

Ela separa as tarefas na cidade como separamos na organização da produção. [...] ela constituiria uma outra face do que a atual e consensual filosofia da cidade, organizada ao redor da ideia da mistura social, que fora predefinida. (DONZELOT, 2006, p. 85, tradução nossa)

Após esta análise o autor nos propõe outra perspectiva, o que ele chama de uma *política para a cidade*. Para ele, é preciso facilitar a mobilidade dos habitantes, ao invés de impor uma mistura social, aumentar o poder aquisitivo destes e reunificar a cidade através da democratização. O primeiro viés trata, mais especificamente, de proporcionar aos indivíduos um maior poder sobre suas próprias vidas nas cidades e nos bairros. Ou seja, os cidadãos precisam ter mais poder de decisão sobre os diferentes temas de suas vidas, relativos, também, à moradia. A última esfera trata da forma como os governantes abordam cada caso específico, que, de forma geral, há uma imposição pelo governo federal, os quais não estão preocupados em analisar o caso específico dessas “cités”. É de fato um governo que se efetiva de longe. A proposta de Donzelot pretende:

[...] formular tudo de outra forma a lei relativa à intermunicipalidade. Essa não mobiliza só um único dos dois eixos de uma lógica de recompensa

e de sanção. Numa boa inteligência do governo a distância não deveria se privar da possibilidade de sancionar a lógica dos grupos intermunicipais ricos, estipulando assim que as transferências financeiras, assim como as prerrogativas que se encontram atualmente nas mãos dos conselhos gerais ou regionais, mas que é de interesse dos eleitos urbanos, não lhes será acordada, a não ser de forma primeiramente proporcional à natureza socialmente mista das alianças comunais e da sua decisão de eleger os conselhos de aglomeração ao sufrágio universal em seguida. Se for para fazer na lógica utilitarista, melhor que seja feita de forma coerente. (DONZELOT, 2006, p. 169, tradução nossa).

Através da análise da formulação da sociedade e de sua transformação, proposta pelos atores acima, pode-se verificar como a interferência do Estado na estrutura dela a torna um lócus de desigualdades perante seus habitantes. Ou seja, as repartições estruturais e físicas realizadas pelo Estado, assim como seus mecanismos de separação, como é o caso da gentrificação, fazem com que os indivíduos sejam separados de acordo com suas classes sociais e com que suas diferenças se tornem ainda mais evidentes. Tudo isso em prol da segurança dessa mesma sociedade que está sofrendo os impactos da intervenção do Estado, que quer, acima de tudo, garantir sua soberania. Por meio da compreensão desses mecanismos que tornaram as cidades no que as conhecemos hoje em dia, é possível entender e problematizar as dificuldades encontradas nos *banlieues*, que serviram de estopim para os motins em 2005.

Os motins e o aparato de segurança estatal

A França conheceu, em 27 de Outubro de 2005, um agudo enfrentamento urbano que repercutiu para além de suas fronteiras nacionais: os *émeutes*⁶. Uma palavra que carece de traduções, mas que denomina os motins que se sucederam após a morte de dois jovens que fugiam da polícia, na cidade de *Clichy-sous-bois*. Após este evento, jovens cansados da repressão policial e da carência de serviços estatais, requeridos e não fornecidos a eles pelo Estado francês, decidiram mostrar sua insatisfação queimando carros, prédios e enfrentando a polícia. A grande maioria desses jovens são imigrantes oriundos de países colonizados pela França, que saíram de seus países em busca de uma vida melhor⁷.

⁶ De acordo com o dicionário dos *banlieues*, *émeutes* é a nomenclatura dada a violências urbanas, mais ou menos espaçadas, que duram alguns dias, com a exceção dos *émeutes* de 2005 que tiveram uma duração maior. (GIBLIN, 2009, p. 8).

⁷ CESARI, Joselyne. Ethnicity, Islam, and les banlieues: Confusing the Issues. *Riots in France*, Nov. 2005. Disponível em: < <http://riotsfrance.ssrc.org/Cesari/> >. Acesso em: 04 abr. 2014.

De acordo com Alain Bertho, professor de antropologia da Universidade Paris 8 e especialista no caso dos *émeutes* franceses, esses motins são um produto das desigualdades crescentes nessas periferias e da forma como esses jovens foram todos enquadrados em um espaço físico e político, no qual o discurso da classe política volta-se apenas a disciplinar e estigmatizar. De forma a conter estes acontecimentos, existe, pois, uma tendência da polícia de militarizar sua atuação e reprimir toda estratégia e tipo de ferramentas usados nesses *émeutes*.⁸

Esta análise de Bertho é confirmada pelo discurso proferido por Nicolas Sarkozy, ainda como Ministro do Interior, um mês após o estouro dos motins. O ex-presidente e ex-ministro francês deixou claro que face a todos os tipos de violência conhecidos em mais de 274 comunas francesas durante estas manifestações, sua orientação era de dar prioridade absoluta ao reestabelecimento da ordem através da interpelação daqueles vistos como culpados pelos ocorridos, com a finalidade de estabelecer justiça. Para isso, foram enviados 11.700 policiais para esses bairros. Ele concluiu que a política para a cidade se concentrou muito sobre o território e deixou de lado as expectativas dos indivíduos, bem como a necessidade de integração de muitos dos imigrantes residentes dos *banlieues*.

Os motins ocorreram no período em que a presidência da república era ocupada por Jacques Chirac (1995-2007), membro da União por um Movimento Popular⁹, candidato de centro-direita que já exercia seu segundo mandato. O estopim: a morte de dois jovens, Zied Benna (17) e Bouna Traoré (15), filhos de imigrantes africanos eletrocutados na central de energia da EDF (Energia da França) por supostamente – pois não se tem a confirmação até hoje deste fato – estarem fugindo de um controle policial¹⁰. Na ocasião, Nicolas Sarkozy teria afirmado à *TF1* (rede de televisão nacional aberta) que não seria possível ter acontecido um controle ou perseguição policial, pois os mesmos encontravam-se na delegacia vinte minutos antes do ocorrido junto com outros adolescentes que teriam sido detidos. No entanto, o jornal *Libération* desmentiu o fato, afirmando que neste mesmo dia, três controles policiais ocorriam ao mesmo tempo em lugares diferentes, e

⁸ BERTHO, Alain. Les Émeutes En Banlieue, Selon Alain Bertho: depoiment. Fev. 2012. Local de publicação: Vice. Entrevista concecida a Julien Morel. disponível em: <<http://www.vice.com/fr/read/les-emeutes-en-banlieue-selon-alain-bertho-0000068-v6n1>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

⁹ Partido francês de centro-direita fundado em 2002. (Union pour un mouvement populaire. Disponível em: <<http://www.u-m-p.org/notre-parti/nos-valeurs>> Acesso em: 01 Set. 2014.)

¹⁰ GRACIEUX, Christophe. Les émeutes dans les banlieues françaises en 2005. *Jalons*, Paris, Nov. 2005. Disponível em: <<http://fresques.ina.fr/jalons/fiche-media/InaEdu04575/les-emeutes-dans-les-banlieues-francaises-en-2005.html>> Acesso em: 25 ago. 2014.

o último teria se dado a cinquenta metros da central da EDF onde os jovens morreram eletrocutados¹¹.

Deu-se então a largada a um período de 21 dias de confrontos entre policiais e civis nos *banlieues* franceses, já que este se alastrou para outras cidades como *Toulouse, Rennes, Nantes, Lille, Le Havre, Soissons, Dijon, Pau e Estrasburgo*. No entanto, os motins não se caracterizam apenas pelo enfrentamento entre a polícia e os jovens, mas também com a queima de mais de 9.000 veículos de civis, escolas, hospitais, ambulâncias, prédios, dentre outros. Esta foi a forma que esses jovens encontraram para mostrar seu descontentamento com o Estado francês.¹² Mas, a partir do dia 8 de novembro:

[...]o primeiro-ministro Villepin decide, aplicando a lei do dia 03 de Abril de 1955, adotada durante a guerra da Argélia, decretar estado de emergência em todo território metropolitano, estado de emergência este que é depois prorrogado por um período de três meses. Os prefeitos recebem assim a autorização de estabelecer um toque de recolher se preciso. (GRACIEUX, 2005, tradução nossa).

O jornal *Libération*¹³, de orientação centro-esquerda, anunciou três dias depois que três jovens teriam sido condenados imediatamente após os acontecimentos do dia 27 de outubro de 2005. Mohammed (20), Ibrahim (27) e Nassene (27), de origem árabe, teriam sido acusados de jogar pedras, garrafas de vidro e coquetéis *molotov* nos policiais. Os jovens alegam ter defendido a mesquita do ataque de policiais, mas o que se sabe é que essa versão não foi levada em conta, e que mesmo os trinta jovens que ali estavam protestando em frente ao tribunal contra a condenação de seus colegas também não foram ouvidos¹⁴.

Alguns dias depois, responsáveis da associação mulçumana apelaram para uma marcha silenciosa, alegando que não era momento para tumultos e queima de carros em respeito aos colegas mortos.¹⁵ Durante a marcha, Hicham, habitante de *Clichy-sous-*

¹¹ Clichy-sous-bois. A savoir. *Libération*, Nov. 2005. Disponível em: <http://www.liberation.fr/evenerement/2005/11/01/clichy-sous-bois-a-savoir_537553> Acesso em: 25 ago. 2014.

¹² GRACIEUX, Christophe. Les émeutes dans les banlieues françaises en 2005. *Jalons*, Paris, Nov. 2005. Disponível em: <<http://fresques.ina.fr/jalons/fiche-media/InaEdu04575/les-emeutes-dans-les-banlieues-francaises-en-2005.html>> Acesso em: 25 ago. 2014.

¹³ O jornal *Libération* foi fundado em 1973, como um jornal socialista. Hoje, é visto pelos críticos como pertencente a centro-esquerda. (MULLEN, John, 1996)

¹⁴ WALLON, Gilles. Condamnations immédiates pour trois jeunes. *Libération*, Nov. 2005. Disponível em: <http://www.liberation.fr/evenerement/2005/11/01/condamnations-immediates-pour-trois-jeunes_537552> Acesso em: 25 ago. 2014.

¹⁵ LASKE, Karl. “Pourquoi ils les ont coursés comme ça?!”: Marche silencieuse, samedi matin à Clichy-

bois, faz um pronunciamento inflamado. Ele afirma que a Companhia Republicana de Segurança, CRS, e a Brigada anticriminalidade, BAC, passaram todo o dia anterior os provocando.

A CRS foi criada pelo ex-presidente Charles de Gaulle, em 1944, para contribuir ao reestabelecimento da legalidade republicana. Ela faz parte da Polícia Nacional e são unidades móveis especializadas na manutenção da ordem.¹⁶ Já a BAC foi criada nos anos 1990 e é um serviço de polícia pertencente à direção central da segurança pública. Sua principal missão é de manter a ordem em todo território francês, especialmente nas zonas sensíveis, como as zonas das Habitações de Aluguel moderado¹⁷. Ambas fazem parte da Polícia Nacional e estão sob tutela do Ministério do Interior. As provocações dessas unidades de segurança fizeram com que os habitantes ficassem mais furiosos e prontos a continuar com os motins. Além disso, Hicham relata que com Sarkozy à frente do Ministério do Interior a polícia tem plenos poderes nos subúrbios e, assim, utilizam-se da violência e interpelam os habitantes, extrapolando limites, já que contam com o aval de seus superiores. Para Hicham, os habitantes dos *banlieues* estão em um filme americano do velho oeste, onde os policiais atiram para todo lado, mesmo por uma simples formação de multidão embaixo de seu edifício. Para os moradores de Clichy, o motivo da morte dos adolescente é claro: eles estavam fugindo de um controle de polícia e, portanto, a polícia os matou. Sarkozy afirma o contrário, no entanto, não aparece em Clichy para falar, porque não tem o que dizer¹⁸.

Não são apenas os moradores dos *banlieues* que se assustam e recriminam as atitudes e pronunciamentos do Ministro do Interior. O Ministro delegado à promoção da igualdade de oportunidades, também sociólogo, Azouz Begag, contestou publicamente para o jornal *Libération* as atitudes e as decisões de Sarkozy. Para ele, não é enviando a

sous-bois, en hommage aux deux victimes. *Libération*, Out. 2005. Disponível em: <http://www.liberation.fr/evenerment/2005/10/31/pourquoi-ils-les-ont-courses-comme-ca_537429>

16 Direction Centrale des Compagnies Républicaines de Sécurité. Disponível em : < <http://www.police-nationale.interieur.gouv.fr/Organisation/Direction-Centrale-des-Compagnies-Republicaines-de-Securite>> Acesso em: 28 ago. 2014.

17 Brigade Anti-Criminalité. Disponível em: < <http://www.police-nationale.net/bac/>> Acesso em: 28 Ago. 2014.

18 LASKE, Karl. “Pourquoi ils les ont coursés comme ça?!”: Marche silencieuse, samedi matin à Clichy-sous-bois, en hommage aux deux victimes. *Libération*, Out. 2005. Disponível em: <http://www.liberation.fr/evenerment/2005/10/31/pourquoi-ils-les-ont-courses-comme-ca_537429>

CRS aos subúrbios (mais de 400 policiais foram enviados para Clichy pela quinta noite consecutiva) que diminuirá a violência ou reestabelecerá a ordem, mas sim diminuindo a desigualdade. A análise desse especialista mostra que existe uma grande diferença entre aquilo que o Estado acha que deve fazer para acalmar a situação e o que acham os especialistas e professores. A partir da análise de Begag, percebe-se que há vozes que entendem que reprimir a população e aumentar o número de policiais os vigiando não vai mudar a insatisfação dos habitantes. Pelo contrário, esses querem que a polícia interfira menos no dia-a-dia e que pare de enxergá-los como bandidos, além de desejarem também terem oportunidades e direitos semelhantes aos franceses que não são filhos de imigrantes. Para ele, é preciso compreender que na sociedade francesa a cor da pele, o nome e a origem de um cidadão podem impedi-lo de ter o mesmo tratamento que o restante da população.

Os diversos jornais e revistas locais divergem um pouco em seu discurso ao abordarem o tema, no entanto, não conseguimos ver de fato alguma fonte que seja totalmente contra as decisões tomadas pelo governo logo após o estouro dos motins. Para a mídia, a violência praticada pelos jovens não é aceitável e deve ser reprimida. Além disso, ao se referirem às reivindicações desses jovens há um tom de não legitimidade. Ou seja, por serem filhos de imigrantes ou apenas imigrantes esses indivíduos não tem direito de exigir seus direitos perante o Estado francês. Sendo assim, isso os leva a ver esses jovens como inimigos que querem apenas bagunçar o país e causar problemas. Apesar disso, a maioria dessas fontes não escondem algumas das hipóteses para o estouro dessas violências – nomenclatura dada pelo governo aos motins.

Uma hipótese que podemos verificar em algumas dessas fontes é o discurso proferido por Nicolas Sarkozy na cidade de *Clichy-sous-bois*, onde os motins tiveram início, quando ele teria chamado os habitantes destes *banlieues* de “*racaille*”, ou escória. No dia 25 de outubro de 2005, em seu discurso na cidade de Argenteuil, no subúrbio parisiense, Sarkozy afirmou:

Vocês estão cansados, não é! Vocês estão cansados desse bando de *racailles*! Bem, vamos lhes livrar disso. [...] Estamos aqui para erradicar a gangrena [...]. Vamos fazer com que esses bairros [periferia] possam viver, que as pessoas que trabalham e acordam cedo possam viver sem ter a vida envenenada pelos bandidos, traficantes e por todo um monte de gente que não tem nada o que fazer aqui. (BRONNER, 2010, p. 163, tradução nossa).

Este é apenas um dos exemplos dentre outros discursos preconceituosos, proferidos por Sarkozy, para com os habitantes dos *banlieues*. Além disso, apesar da resistência da mídia

podemos ver que existe constantemente um questionamento sobre as motivações desses jovens para se rebelarem, que levam a maioria dessas mídias a abordar questões sociais e raciais ainda que sem a devida relevância.

A descrição dos acontecimentos em torno dos motins e das manifestações em si mostram como foi um momento importante na vida dos habitantes dos *banlieues*, gerando inflexões na visão política dos governantes sobre esses bairros. Fica evidente que seus habitantes não aceitam mais a forma como o Estado os controla e os separa, criando dia após dia um espaço maior entre a sociedade francesa e os habitantes dos *banlieues*, que em sua grande parte também são franceses de ascendência estrangeira. Acima de tudo, os motins trazem um grande questionamento sobre a política de integração dos imigrantes na França e da sua política para a cidade, instaurada através do relatório Dubedout. Os motins são de fato um alerta para a necessidade de se repensar e reformular as políticas sociais na França e, sobretudo, a forma como o Estado age sobre seus indivíduos, através de seus aparatos de segurança.

Uma forma de vigilância

Pode-se verificar, através da descrição dos motins, que o Estado francês respondeu àquelas ocorrências utilizando, a todo momento, seu aparato de segurança – decretou estado de emergência, enviou mais policiais às ruas dos *banlieues* e, sobretudo, manteve a população presa dentro desse espaço para poder assim controlá-la. Diante dessa dinâmica e tendo em vista a forma como os *banlieues* foram criados, é possível identificar nas ações do Estado francês uma série de técnicas de vigilância, monitoramento e repressão que existem desde a *sociedade disciplinar*, a partir das análises de Michel Foucault, até a *sociedade de controle*, descrita por Gilles Deleuze. Desta forma, torna-se necessário mostrarmos a transição entre essas duas ideias, para demonstrar como os elementos que caracterizam os *banlieues* franceses podem ser compreendidos por meios dessas possibilidades analíticas.

Ao analisar a dinâmica das sociedades na Europa ocidental na passagem do século XVIII ao século XIX, Foucault (2008) verifica que o poder soberano não está mais interessado em manter uma dominação de forma bruta e vertical, a fim de sustentar a ordem, como ocorria em tempos anteriores. Na chamada sociedade disciplinar, que aos poucos suplantou as sociedades de soberania no compasso da expansão do capitalismo industrial, o que passou a importar mais era a adequação dos corpos dos indivíduos às

necessidades do sistema produtivo, fazendo com o poder se exercesse de forma mais sutil e horizontal, com a disseminação de diversas técnicas de vigilância e instituições (prisão, hospital, escola, manicômio etc.) que buscavam a formação de *corpos úteis e dóceis*.

Ao analisar a transição dessa nova dinâmica social, Foucault indica que foi potencializada a intenção de implantar um gerenciamento planejado da população, o que ele chamou de *biopolítica* das populações. O biopoder atua de forma a gerir políticas relativas à vida da população, ou seja, se dirige à multiplicidade dos homens, regrando fenômenos que são próprios da vida, como as taxas de natalidade e mortalidade, condições sanitárias das cidades e níveis de distribuição, concentração e controle de determinadas doenças no seio social, com um discurso humanista de oferecer melhores condições de vida a todos, permitindo conciliar progresso e miséria como contradição inerente àquele processo.

No decorrer do século XX, verifica-se a ascensão de novas formas de agenciamento de poder, o que não significa que a *biopolítica* e a disseminação de um poder disciplinador e normalizador foram interrompidos. Segundo Deleuze (2008), o capitalismo industrial que se fortaleceu no século XIX até meados do século XX é caracterizado pela concentração da produção e da propriedade. Contudo, após meados do século XX, a lógica da concentração da produção foi constantemente superada, já que tanto as fontes de matérias-primas quanto a produção se descentralizaram. “Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa” (DELEUZE, 2008, pp. 223-224). Essa sociedade de controle, seguindo a denominação de Deleuze (2008), não se reduz à intenção de manter instituições disciplinadoras que propiciem *corpos úteis e dóceis*, mas se concentra mais no investimento em inteligências produtivas, cada vez mais criativas, colaborativas e participativas, inclusive no processo de controle. Nesta sociedade há cada vez menos o interesse pela vigilância nos confinamentos disciplinares, em prol de dispositivos para o controle constante a céu aberto.

Através da análise da transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, pode-se verificar que os *banlieues* franceses são um exemplo dessa transformação. Em um espaço não murado, de confinamento aberto, o Estado francês manteve e mantém, através de dispositivos de segurança, imigrantes e franceses descendentes de imigrantes sob controle. Isso acontece pelo fato dessas pessoas serem qualificadas como indesejáveis dentro dos outros espaços das cidades e, assim, devem circular apenas nos ambientes permitidos, nos quais há aparatos necessários para controlá-los dentro das especificidades

que estes foram qualificados. A mescla de dispositivos disciplinares e de controle permite não a simples exclusão desta população, mas sim a inclusão dentro do que está previsto, ou seja, utiliza-se a força produtiva destes grupos quando necessário, mas em outros momentos eles devem estar devidamente confinados nos *banlieues*. Desta forma, os muros, as repressões policiais e as vigilâncias por meio de políticas sociais conformam-se com tecnologias georreferenciadas, senhas e cartões de acesso, de forma a garantir que a população dos *banlieues* não terão livre circulação. Contudo, isto não quer dizer que o restante da população não esteja inserido em uma sociedade de controle, apenas que os *banlieues* personificam um espaço de confinamento aberto onde a população identificada como indesejável deve permanecer.

No curso *Segurança, Território, População*, Foucault faz uma análise importante sobre uma nova forma ou dimensão de governo, denominado *governamentalidade*. Na explanação sobre a arte de governar, arte esta que corresponde à necessidade de conciliar a economia (gerir bens, pessoas e riquezas dentro da família) na forma de governo, ele afirma que:

Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia no nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família. (FOUCAULT, 2013, p. 413).

Diante desta afirmação, podemos fazer uma correlação entre esta arte de governar e a forma de governar os *banlieues*, pois a criação dos mesmos objetivou o estabelecimento de uma ostensiva vigilância aos seus habitantes, sob a justificativa de garantir a segurança das outras parcelas da sociedade. Os habitantes dos *banlieues* estão, portanto, submetidos à organização imposta pelo Estado e também às leis e normas que este criou.

Para se ter um ideia, a administração reconhece a existência no país de 752 zonas urbanas sensíveis (ZUS), nas quais se empilham aproximadamente 5 milhões de pessoas, na sua grande maioria franceses de origem árabe e africana, a um só tempo cadastrados nos mais diversos programas sociais compensatórios e alvo das formas mais vexatórias de vigilância e controle. Uma população, portanto, em estado permanente de sobressalto. Campo fértil para todo tipo de provocação. (ARANTES, 2014, p. 215).

O caso dos *banlieues* transforma a vigilância e controle em uma forma de segregação, já que se o indivíduo está sujeito àquele tipo de ordenação ele está também sendo impedido de se relacionar com outras parcelas da sociedade. Este ponto é notoriamente abordado por Donzelot, já que é essencial para o entendimento do círculo vicioso em que esses indivíduos estão inseridos.

Desse modo, podemos observar que o biopoder permanece sendo ativado pelos aparelhos utilizados pelo Estado para manutenção da ordem e controle dos indivíduos em nome da segurança de alguns. Contudo, deve-se lembrar que este biopoder não se efetiva apenas pela atuação do Estado, de cima para baixo, mas se dá em todas as direções, sendo exercido por toda a sociedade em nome de sua própria defesa. Neste sentido, justificam-se algumas técnicas exercidas sobre a população dos *banlieues* como forma necessária de separação da sociedade, com o argumento de acabar com os problemas sociais, econômicos e políticos que atingem diretamente a população como um todo. Assim, há uma lógica que coloca os imigrantes e seus descendentes em uma posição inferior ao restante da população francesa, a qual deve ser alvo de atenção constante, para que não ultrapasse os limites dos espaços permitidos em relação à sua presença. Em conjunto com tecnologias como as câmeras de segurança, registro de impressão digital, localização por satélite GPS, o Estado apropria-se de novas técnicas para manter o controle constante que marca a sociedade de controle, fazendo com que a vigilância contínua não impeça a extração de energia produtiva desses indivíduos, mas não permita que os indesejáveis se transformem em resistências - o que os motins mostraram ser impossível, pois nunca haverá o controle efetivo de todos.

Banlieues: um campo de concentração a céu aberto?

Os *banlieues* não se tornaram apenas uma forma de vigilância do Estado sobre os indivíduos que lá habitam, mas assimilam diversos elementos que caracterizam uma prisão. Acácio Augusto (2010) a partir dos estudos de Foucault, demonstra como esses aspectos abordados por Jacques Donzelot (2006) são característicos de uma tentativa de tornar os *banlieues* em prisões a céu aberto.

Existe uma tentativa de impedir a população desses bairros, principalmente os jovens, de cometerem atos criminosos e, para isso, procura-se uma reforma urbana que intervenha no campo assistencial, educacional e de planejamento urbano. O autor traz uma definição desses campos que podemos utilizar também para definir o que são os *banlieues*. Para Augusto:

[...] designa áreas de segregação etno-racial imposta, que funcionam para “confinar e controlar”, ao mesmo tempo em que se tornam, para seus habitantes, “um instrumento de integração e proteção. [...] (ele) duplica e reproduz a prisão, construindo um outro lugar de exclusão; usa confinamento que é análogo ao de uma instituição total que desindividualiza e estigmatiza. (2010, p. 267).

Essa descrição é a característica de uma das especificidades da proposta destes bairros, como é o caso dos *banlieues*, que têm como função conter uma parcela da população que teria sido previamente selecionada por critérios sociais e que se baseia em um pensamento de que se estes permanecerem livres, podem potencialmente se tornar perigosos. É possível perceber, através desta análise, que acima de tudo os *banlieues* são uma forma de segregação social. Eles separam essas pessoas por motivos sociais das demais parcelas da sociedade, causando um sentimento de exclusão perante estes indivíduos.

Correlativamente, segundo Paulo Arantes (2014), os *banlieues* tornam-se uma zona de não-direito na luta contra a insegurança. Para o autor, os *banlieues*, também conhecidos como:

[...]quartiers de tous les dangers [bairros de todos os perigos], [fazem com que] populações socialmente vulneráveis corram de fato o risco de se tornarem delinquentes, sendo portanto recomendável neutralizá-las antes que passem às vias de fato. É quando os amálgamas estratégicos começam a despontar, pouco importa a procedência das “categorizações”, já que a luta contra a insegurança se generalizou: uma zona urbana sensível pode repentinamente se revelar uma zona de não-direito (Numa e noutra direção jurídica), e logo uma zona de segurança, regida por uma lógica de guerra conforme vai ficando patente no modo como se militarize o vocabulário e as providencias de experts e agentes da ordem. (ARANTES, p. 218, 2014).

Como afirma Foucault (2013), essa forma de prisão é uma política criada para defender a própria sociedade contra aquilo que ela considera como insuportável. Donzelot e Acácio fazem esta ligação em suas análises, já que isso se torna um ponto essencial para compreender as motivações na criação desses bairros. Neste sentido, a criação dessa política tem por objetivo:

[...] eliminar e retirar de circulação o lixo da sociedade e opera por uma lógica de reinserção desses sujeitos edificados como anormais por meio da construção do delinquente para operacionalização do regime dos ilegalismos que retroalimentam prisão e o exercício legal de punir, corrigir e cuidar. (AUGUSTO, 2010, p. 267).

Essa exclusão é, portanto, uma forma de administrar essa parcela de indivíduos considerados indesejados através do uso da polícia, da prisão e da delinquência. Nessa lógica, um não existe sem o outro e assim formam uma “inclusão diferencial” desses excluídos.

Considerações Finais

Através da análise dos motins de 2005 na França e das especificidades que compõem a formação dos *banlieues* e a utilização estratégica destes espaços pelo Estado, pode-se verificar como a questão imigratória se torna cada dia mais um tema de extrema importância no âmbito mundial e alarmante no que tange a vida e garantia de direitos desses imigrantes. No caso específico dos *banlieues* parisienses, com o passar do tempo, os jovens imigrantes habitantes desses bairros sentiram a necessidade de cobrar do Estado tudo aquilo que esperavam que ele deveria fornecer: estudo, habitação, trabalho, saúde e, sobretudo, inserção social. Como analisa Donzelot, esses direitos acabam não sendo fornecidos pois no momento em que as cidades começam a sofrer transformações, a política instaurada leva mais em conta uma questão urbana do que social. Como consequência, priorizou-se a modernização do espaço em detrimento de uma inserção dos indivíduos em diferentes esferas da vida social, de forma a criar uma política *para* a cidade que garanta a inserção de todos os indivíduos de forma igualitária.

Através da análise da conformação dos *banlieues* e da forma como se desenvolveram os motins na França, é possível verificar como as periferias foram criadas com dois principais objetivos: excluir os imigrantes da vida cotidiana francesa e criar “prisões a céu aberto”, que permitiram o estabelecimento de um controle mais efetivo direcionado a essa população indesejada. A resposta do Estado francês aos motins é um exemplo claro dos novos mecanismos utilizados na segurança para conter aquilo que passou a representar uma ameaça.

Finalmente, observa-se, através da análise de Foucault sobre vigilância e disciplina, e a análise de Deleuze sobre sociedade de controle, que hoje o aparato de segurança demonstra a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, sem que as técnicas disciplinares tenham desaparecido. Decretar estado de emergência, instaurar toque de recolher, instalar detectores de metais nas escolas, aumentar o policiamento nas ruas, criar polícias especializadas no combate a confronto com civis, dificultar a entrada de imigrantes no país, implantar monitoramento eletrônico nas fronteiras, instalar câmeras de segurança em locais de acesso a determinados bairros, dentre outras medidas, são características que mostram o uso de elementos disciplinares misturados a técnicas de controle mais contínuo, em fluxo, como métodos de prevenção do Estado francês em relação aos motins.

Além disso, no decorrer desta análise pode-se observar a existência de racismo ou xenofobia para com os imigrantes, algo que não pode ser analisado em profundidade neste artigo, mas que se torna claro através da apreciação empírica e da própria formação dos *banlieues*, que é composto majoritariamente por imigrantes.

Ademais, é necessário ressaltar que as técnicas de segurança utilizadas pelo Estado francês, e analisadas neste trabalho, são cada vez mais utilizadas em todas as sociedades, com diferentes especificidades e intensidades, apontando para uma permanência de técnicas para a potencialização da sociedade de controle. Desse modo, estamos sujeitos às práticas de controle, e torna-se cada vez mais difícil questioná-las. Contudo, é devido lembrar que sempre existe a possibilidade da resistência. Assim, com a ampliação do alcance do aparato de segurança estatal e das diversas formas de controle e vigilância, as resistências e motins também ganham mais força, fazendo face aos controles ininterruptos que caracterizam a sociabilidade atual.

Referências Bibliográficas

AUGUSTO, Acácio (2014). *Municipalismo libertário, ecologia social e resistências*. In: *Ecopolítica*, n. 2, 2012.

_____ (2010). *Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto*. In: *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, volume 12, número 23, fev. 2010.

AESCHIMANN, Eric (2005). Villepin et Sarkozy se battent aussi à Clichy. *Libération*, Nov. 2005. Disponível em: <http://www.liberation.fr/evénement/2005/11/02/villepin-et-sarkozy-se-battent-aussi-a-clichy_537573> Acesso em: 25 ago. 2014.

ARSENAULT, Claire (2014). Emeutes: 10 expulsions imminentes. *Rfi*. Nov. 2005. Disponível em: <http://www1.rfi.fr/actufr/articles/071/article_39853.asp> Acesso em: 25 ago. 2014.

ARANTES, Paulo (2014). *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo.

BERTHO, Alain. Les Émeutes En Banlieue, Selon Alain Bertho: depoiment. Fev. 2012. Local de publicação: Vice. Entrevista concedida a Julien Morel. Disponível em: <<http://www.vice.com/fr/read/les-emeutes-en-banlieue-selon-alain-bertho-0000068-v6n1>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

BRONNER, Luc (2010). *La Loi du Ghetto: Enquête dans les banlieues françaises*. Paris: Pocket.

CESARI, Joselyne (2014). Ethnicity, Islam, and les banlieues: Confusing the Issues. *Riots in France*, Nov. 2005. Disponível em: <<http://riotsfrance.ssrc.org/Cesari/>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

Clichy-sous-bois. A savoir. *Libération*, Nov. 2005. Disponível em: <http://www.liberation.fr/evénement/2005/11/01/clichy-sous-bois-a-savoir_537553> Acesso em: 25 ago. 2014.

CHOMA, Jefferson (2014). Protesto com 120 mil jovens incendeia a França. PSTU. Mar. 2006. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/11447>> Acesso em: 1 set. 2014.

COMILING, Karl S.; SANCHEZ, MARIE, Rachel Joyce Marie O. A Postcolonial Critique of Amartya Sen's Capability Framework. *Perspectives in the Arts and Humanities Asia*. Vol. 4, No. 1, 2014. Disponível em: <<http://journals.ateneo.edu/ojs/apah/article/view/AP2014.04101>>. Acesso em: 10 out. 2014.

DELEUZE, Gilles (2008). *Conversações*. Tradução Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34.

DONZELOT, Jacques (2006). *Quand la ville se défait : Quelle Politique face à la crise des banlieues?* Paris: Éditions du Seuil.

FOUCAULT, Michel (2013). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.

_____ (2008). *Segurança, Território, População*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

GIBLIN, Béatrice. *Dictionnaire des Banlieues*. Espanha: Larousse, 2009.

GRACIEUX, Christophe (2005). Les émeutes dans les banlieues françaises en 2005. *Jalons*, Paris, Nov. 2005. Disponível em: <<http://fresques.ina.fr/jalons/fiche-media/InaEdu04575/les-emeutes-dans-les-banlieues-francaises-en-2005.html>> Acesso em: 25 ago. 2014.

LASKE, Karl (2014). “Pourquoi ils les ont coursés comme ça?!”: Marche silencieuse, samedi matin à Clichy-sous-bois, en hommage aux deux victimes. *Libération*, out. 2005. Disponível em: <http://www.liberation.fr/evenerement/2005/10/31/pourquoi-ils-les-ont-courses-comme-ca_537429> Acesso em: 10 out. 2014.

Manifestação de jovens evidencia esgotamento do pacto social francês. *Ação Educativa*, São Paulo, Abril. 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/cultura/80-cultura/109-espaco-de-cultura-e-mobilizacao-social>> Acesso em: 25 ago. 2014.

MANSANO, Sonia Regina Vargas (2009). *Sorria, você está sendo controlado: resistência e poder na sociedade de controle*. São Paulo: Summus.

MACIEL, Tadeu M (2011). *Controle e participação nas novas políticas sociais: o caso Pró-Social*. 170 f. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

MINISTÈRE DE L'INTÉRIEUR. *Discours Devant les Prefets*. Disponível em: <<http://www.interieur.gouv.fr/Archives/Archives-de-Nicolas-Sarkozy-2005-2007/Interventions/28.11.2005-Discours-devant-les-prefets>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

MULLEN, John (1996). Libération ou intégration. *Socialisme Internationale*. 1996. Disponível em: <<http://revuesocialisme.pagesperso-orange.fr/Liberation.html>> Acesso em: 01 Set. 2014.

ROTMAN, Charlotte (2014). On ne rétablira pas l'ordre avec plus de CRS. *Libération*, Nov. 2005. Disponível em: <http://www.liberation.fr/evenerement/2005/11/01/on-ne-retablira-pas-l-ordre-avec-plus-de-crs_537555> 25 ago. 2014.

Sarkozy en Banlieue. Disponível em: <http://www.saphirnews.com/Sarkozy-en-banlieue_a6538.html> Acesso em: 01 out. 2014.

Union pour un mouvement populaire. Disponível em: <<http://www.u-m-p.org/notre-parti/nos-valeurs>> Acesso em: 01 set. 2014.

WACQUANT, Loic (2006). *As Duas Faces do Gueto*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo.

WALLON, Gilles (2005). Condamnations immédiates pour trois jeunes. *Libération*, Nov. 2005. Disponível em: <http://www.liberation.fr/evenerement/2005/11/01/condamnations-immmediates-pour-trois-jeunes_537552> Acesso em: 25 ago. 2014.

Brasileiros que retornam, os desafios de recomeçar em São Paulo

Maura Véras¹

Suzane Caroline Gil Frutuoso²

Resumo: A crise econômica internacional de 2008 abalou a saúde financeira de países ricos que antes pareciam imunes a questões como desemprego, baixas remunerações e precariedade. Bem como no Estado de bem-estar social. Por sua pujança e estabilidade, essas nações também atraíram durante anos, imigrantes, inclusive brasileiros. Principalmente a partir da década de 1980, eles viram na saída do Brasil a única chance de ascensão numa época de hiperinflação e perspectivas socioeconômicas desfavoráveis. Tal lógica se inverteu com a crise que atingiu no final dos anos 2000 países europeus, Estados Unidos e Japão, enquanto o Brasil experimentava, pela primeira vez em muito tempo, taxas de pleno emprego, melhora na renda e crescimento da capacidade de consumo. Um contingente grande de pessoas, estimado em cerca de 400 mil brasileiros, resolveu voltar entre os anos de 2008 e 2012 (Ministério das Relações Exteriores). O número é expressivo e inédito. Nunca tantos emigrados regressaram em um mesmo período. Mas para os retornados qualificados, com carreira construída ou em construção lá fora, apesar das oportunidades aqui, o choque cultural foi inevitável, assim como a sensação de não mais pertencer totalmente ao local de onde partiram.

Palavras-chave: Imigração, Retorno, Brasileiros, São Paulo, Contradições urbanas

¹ Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP - mmveras@pucsp.br

² Mestre em Ciências Sociais PUC/SP

Abstract: The 2008 global financial crisis has shaken rich countries' financial health, once immune to topics like unemployment, underpayment and welfare state precariousness. Because of their strength and stability, these nations also attracted immigrants for years, including Brazilians. Mainly, as of the decade of 1980, they thought that the only way of being successful in times of hyperinflation and unfavorable social and economic perspectives was by leaving Brazil. Such logic changed with the global financial crisis that hit European countries, The United States and Japan in the late 2000s as Brazil was going through, for the very first time in years, employment rate, better incomes and purchasing power on the increase. A great deal of people decided to come back. According to Foreign and Commonwealth Office of Brazil data, around four hundred thousand Brazilians arrived in their home country between 2008 and 2012. It is a significant and previously unseen number. Never have so many emigrants returned at the same time. But the ones who came back with some qualification, experiencing solid career or building it abroad, despite local opportunities, had to face inevitable culture shock along with the feeling of no longer totally fitting in the place where they came from.

Keywords: Immigration, Return, Brazilian, São Paulo, Urban Contradictions

Introdução

A crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização tem sido objeto de um número expressivo de contribuições, de caráter teórico e empírico (PATARRA, 2006). Nosso foco é, particularmente, o que ocorreu desde meados dos anos 80, quando o fenômeno ganhou diversidade, levando ao exterior muitos brasileiros, e o seu retorno a partir dos anos 2008.

As reflexões sobre o tema abordam transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais em andamento no âmbito internacional. São mudanças desencadeadas pelo processo de reestruturação da produção, o que implica novas mobilidades do capital e da população em diferentes partes do mundo. As novas experiências migratórias, assim como a própria definição do fenômeno migratório, devem ser revistas. Tais fluxos constituem a contrapartida da reorganização planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global. Outros fatos de natureza política são parte desse cenário. (BAUMAN, 1999; SILVEIRA, 2014)

A migração hoje é descentralizada, temporária, de riscos calculados, mas conflituosa. É global e regulada. Nunca um fenômeno isolado. Para Patarra (2006) a migração internacional, no contexto da globalização, não somente é inevitável, como seria potencialmente positiva. O deslocamento espacial maciço deve ser entendido como parte das estratégias de sobrevivência, de impulso para alcançar novos horizontes; a globalização, de aumento do fluxo de informações a respeito dos padrões de vida e das oportunidades existentes ou imaginadas nos países industrializados. Cresceu, inclusive, o fluxo de migrantes qualificados entre diversos países. No entanto, as fronteiras que se abrem para o fluxo de capitais e mercadorias estão cada vez mais fechadas aos migrantes. Trata-se de uma contradição que define o atual momento histórico. O resultado é um aumento de indocumentados e do tráfico de pessoas pelas fronteiras. Na globalização, capitais, tecnologia e bens circulam livremente. As pessoas, não. Dentro do atual quadro global e da ideia de novas realidades migratórias, se encaixam os brasileiros retornados. Eles exemplificam quanto a migração apresenta-se multifacetada.

O objetivo deste trabalho é analisar o retorno de brasileiros depois de anos no exterior e o impacto de voltar a viver na cidade de São Paulo, com suas vantagens e desvantagens do ponto de vista social, econômico, urbano e suas repercussões emocionais.

O retorno retrata uma nova face dos deslocamentos, das migrações e da

mobilidade humana no século XXI e em ambientes urbanos que afetam diretamente as construções identitárias e relacionais. Em visão abrangente, tem-se no Brasil, de um lado, uma nação de formação e história fortemente marcadas pela presença de imigrantes. Por outro, um país cuja instabilidade econômica de décadas, desigual e com destacados problemas sociais impulsionou a emigração de parte de sua população. Pela primeira vez, o país viveu um inédito fluxo migratório: entre 2008 e 2012, o retorno de um número expressivo e simultâneo daqueles que acreditaram em dias melhores lá fora. Desde o início da crise econômica internacional, em 2008, o movimento migratório sofreu um reverso. Inclusive entre os brasileiros. Países como Japão, Espanha e Estados Unidos, entre outros, deixaram de ser considerados terra de oportunidades. Só na Espanha o índice de desemprego alcançou 26% (INE)[1], em 2012. Na Grécia, bateu em 28% (Elstat) [2], no final de 2013. No princípio desse mesmo ano, os desocupados em Portugal eram 17% da população (INE)[3]. No Reino Unido, onde a crise fechou menos vagas, o desemprego chegou a 8,4% em 2012 (Escritório Nacional de Estatísticas – ONS) [4]. Nos Estados Unidos, a taxa de desempregados [5] em 2009 chegou a 10% (Banco Central Americano e CASTLES, 2005).

Se a situação para a população local desses países era aterradora, as perspectivas para os trabalhadores estrangeiros ficaram piores. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), de Portugal [6], a taxa de desemprego entre os estrangeiros no país, o total de desempregados era de 8% em 2000. Onze anos depois esse índice alcançou 22%. Cidadãos de nacionalidade brasileira eram maioria no final de 2011 entre os estrangeiros em Portugal: 25,5% de um total de 436.822. Desde 2008, cerca de 400 mil brasileiros que imigraram voltaram ao país, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O fluxo é tão expressivo que em 2012 o órgão criou o site Portal do Retorno [7], com dicas práticas sobre mercado de trabalho, empreendedorismo, documentações, entre outras informações, para retornados se reestabelecerem.

Diante do cenário inédito, já que nunca tantos brasileiros voltaram simultaneamente ao país de origem, nosso foco foi analisar o impacto desse retorno, mais especificamente para viver na cidade de São Paulo, levando em consideração algumas de suas peculiaridades. Os graves problemas estruturais enquanto sede metropolitana, que incluem moradia, mobilidade, transporte público, equipamentos urbanos, saúde e educação, pois ainda não oferece equitativamente tais serviços para todos; as evidentes e gigantescas desigualdades entre classes em uma cidade internacionalizada, pois São Paulo consta no ranking das metrópoles mundiais com requisitos para abarcar grandes negócios de caráter global (SASSEN, 1994; WANDERLEY, 2006).

Ao mesmo tempo em que oferece tantos problemas, a cidade de São Paulo é a que mais se aproxima em oportunidades e perspectivas de crescimento para quem volta ao Brasil, acreditam parte dos retornados. A cidade, cheia de contrastes sociais e ainda com consideráveis dificuldades em áreas nevrálgicas é, ao mesmo tempo, a capital financeira do país, com emprego em qualquer especialidade, com os maiores salários e chances reais de ascensão social. Temos a estabilidade perversa de uma cidade desigual, ambígua, sob a égide do capitalismo financeiro, com muros e fronteiras. (ROLNIK, 2015).

Segundo Vêras (2003, p. 12), a cidade global reúne justamente esses contrastes, as características de ser fundamento do capital financeiro ou polo de tecnologias de ponta nas indústrias, bem como apresenta camadas sociais emergentes ligadas à gestão do capital e, também, massas de desempregados, grandes contingentes de trabalhadores informais, conflitos étnicos e outros processos. Como disse Sassen (1988), as mudanças ocorridas no mundo econômico com o predomínio do capital financeiro e a prestação de serviços, trouxeram transformações urbanas sensíveis. Entre elas, está aquela que fez as cidades serem o *locus* destacado de processos migratórios intensos, tanto de trabalhadores qualificados como de levas daqueles sem qualificação, muitos oriundos de outros países e continentes, grupos étnicos que rumavam à Europa, provindos da Ásia, África e mesmo Oriente.

De acordo com vários estudos sobre o assunto, são associadas ao retorno condições psíquicas como insegurança, desânimo e autodepreciação, queixas sobre oportunidades raras de emprego e tendências para desqualificar o Brasil, um “profundo sentimento de desvalia” (CARIGNATO, 2004, p. 233). Muitas frustrações que podem acompanhar o balanço entre expectativas e conquistas reais são dirigidas quer ao país de origem quanto depois ao país de adoção. Isso acontece no retorno. (DEBIAGGI, 2004)

É possível que, apesar da vida no exterior ter seus altos e baixos e exigir dedicação extrema ao trabalho, morar em cidades em que serviços públicos funcionam, onde as desigualdades são menores, e nas quais trabalhando era possível acumular alguns bens, ajudava o brasileiro emigrante a se sentir parte da sociedade que adotou. Ele sentia ter direitos de cidadão com as condições urbanas se mostrando eficientes e as relações sociais menos desiguais. Quando, no retorno, o brasileiro não encontra um cenário ao menos parecido, o impacto é grande,

A percepção dos imigrantes sobre a vida no exterior também é carregada de idealizações, sentimentos contraditórios e histórias pessoais, influenciadas pelos diferentes estratos sociais (neste estudo, entre estratos médios e médios altos) de cada

um, formação profissional, estágios emocionais distintos, características subjetivas. Os locais onde residiram nossos entrevistados valorizavam o trabalho qualificado, o que os protegeu de preconceitos. Porém, a ideia de que a qualificação os preservaria sempre foi uma fantasia. A xenofobia, a violência contra os imigrantes e os problemas sociais que acabam por escapar da visão do estrangeiro em situação privilegiada, também existem constantemente nos países em que estiveram. Fatos contemporâneos atestam os graves problemas com imigrantes e refugiados, na Europa, sobretudo, a demonstrar a fragilidade dessas percepções (CASSARINO, 2013; GMELCH, 1980).

Apesar disso, no retorno ao Brasil, para muitos a sensação é de não mais pertencerem a esta terra e nem àquela que adotaram por anos, o que causa angústia e insatisfação. Surgem dificuldades de relacionamento com familiares e amigos no momento que o retornado tece críticas a São Paulo e a seus problemas. E ele se sente tão deslocado quanto o era quando imigrante, vivendo situação de ambiguidade.

A partir de 2012 houve um agravante na readaptação do emigrado em São Paulo: a economia brasileira já não parecia tão confiável como entre 2008 e 2011. O custo de vida na capital paulista subiu, o valor dos imóveis disparou, a inflação voltou, os salários estagnaram e já não dão conta dos gastos da população. Além disso, acreditando que o crescimento econômico viria com certeza, muitas pessoas se endividaram com prestações de todo tipo de bens de consumo.

Apesar de ter enfrentado bem a crise de 2008 e até registrado crescimento na economia, o que trouxe benefícios para a população, em 2013 a estabilidade brasileira voltou a patinar e a preocupar. Apenas alguns indicativos são exemplares sobre o cenário econômico dos anos 2013 e 2014 para situar nossas observações. Em dezembro de 2013, a taxa de desemprego se igualou ao menor índice histórico, recuando para 4,6%, segundo o IBGE [8]. Uma situação de pleno emprego. Mas o crescimento da economia ficou muito abaixo do esperado, o que teve reflexos negativos e influenciou na abertura e preenchimento de vagas no mercado em 2014.

O desenvolvimento do Produto Interno Bruto (PIB) não passou de 2% [9]. Para 2014, o esperado era uma expansão de até 4,5%. Já a inflação, durante anos sob controle, disparou e influenciou diretamente os preços, principalmente dos alimentos. O indicativo fechou 2013 em 5,91%. No mesmo período de 2012, a inflação [10] ficou em 5,84%. A crise política do governo Dilma foi se agravando desde 2015, e o cenário econômico e social atual piorou ainda mais do que aquele do período em que foi realizada esta pesquisa.

De país de recepção a país de “expulsão”

Entre o início do século XIX e o final da década de 50 do século XX, quase cinco milhões de estrangeiros desembarcaram no Brasil. Parte considerável deles chegou ao país como mão de obra para as fazendas de café, especialmente no interior do Estado de São Paulo. Estatísticas apontam cerca de 70 nacionalidades na formação do povo brasileiro como consequência da imigração (IBGE). Não se pode esquecer, ainda, da forte presença de africanos trazidos para a escravidão, não computada nas estatísticas imigratórias e que constituem grande parte da nossa população.

No caso da capital paulista, segundo os Censos Demográficos do IBGE, a imigração estrangeira, que chegou a representar cerca de 36% de sua população nos anos 1920, foi decrescendo até significar menos de 1,4% em 2010 (VÉRAS, 2013). No entanto, a influência dos seus descendentes é significativa. Além disso, convém comentar brevemente, processos contemporâneos se revestem de outras características, há muitos estrangeiros indocumentados que não constam das estatísticas e os recentes fluxos de expatriados, imigrantes humanitários, os refugiados, por exemplo, engrossaram os números de imigrados não constantes do então panorama do censo demográfico de 2010. Nos últimos 20 anos, portanto, o Brasil inclusive retoma a condição de porta de entrada de um novo fluxo migratório, então com estrangeiros chegando de países como Coreia, China, Bolívia, Paraguai, Peru, Haiti, Angola, entre outros. A partir de 2012, o movimento de imigração se intensificou. Segundo dados do Ministério da Justiça, em seis meses, o fluxo aumentou 50% em comparação com o total de entradas no final de 2010.

Mas retrocedendo a partir da década de 50 do século XX e dos anos 1980 o país registrava uma inversão no fluxo migratório. Houve uma queda vertiginosa na quantidade de imigrantes, por razões já conhecidas, e um crescimento constante e cada vez maior de brasileiros que se aventuram no exterior. Os anos 80 ficaram conhecidos como “A Década Perdida”.

Demógrafos brasileiros apontam que a partir do final dos anos 1980 brasileiros deixaram o país em função de uma série de crises econômicas intensas (MARGOLIS, 2013, p. 18). De país historicamente receptor de imigrantes, o Brasil passa a “exportar” seu povo. Por volta de 1990, cerca de 1,3 milhão de brasileiros “sumiram” do censo demográfico nacional. Em 2009, mais de 3 milhões estavam residindo no exterior. Estabeleceram-se em 122 países, sendo 1,2 milhão nos Estados Unidos (MARGOLIS, 2013, p. 9). O censo de 2010 apontou que os principais destinos dos brasileiros na Europa

nos últimos anos foram Espanha, Portugal e Inglaterra, especialmente após o 11 de Setembro de 2001, quando do ataque às Torres Gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York. Dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE) [11] indicam que a saída de brasileiros atingiu volume máximo em 2008, quando aproximadamente 3,7 milhões de brasileiros viviam fora. Mas desde então, e culminando com a crise internacional, esse número sofreu redução expressiva. Em 2012 [12], o total de brasileiros que residiam no exterior caiu para cerca de 2,5 milhões, forte indício do movimento de retorno que defendemos neste trabalho.

Estatísticas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgadas pela BBC, empresa de mídia inglesa, de julho de 2011, indicaram que a entrada de imigrantes brasileiros nos países da OCDE atingiu o pico de 101,8 mil em 2007 e caiu para 53,5 mil em 2009. No Japão, o total de brasileiros que ingressaram de maneira legal no país despencou de mais de 30 mil em 2006 para pouco mais de três mil em 2009. O Japão também lançou em abril de 2009 um programa de retorno voluntário para os imigrantes desempregados descendentes de japoneses, oferecendo ajuda financeira para a volta ao país de origem. De acordo com um estudo da OCDE, os brasileiros representaram a quase totalidade (93%) das quase 22 mil pessoas que utilizaram esse incentivo de retorno voluntário. Dados enviados pelo Consulado do Japão em São Paulo para nossa pesquisa mostram que, em 2007, o país asiático contava 316.967 brasileiros residentes. Em 2012, o número caiu para 190.581. A estatística é do Ministério de Justiça do Japão.

Na Espanha, a queda do fluxo de imigrantes brasileiros também foi brutal em 2009 na comparação com os anos anteriores, de acordo com a OCDE. Esse número, que havia ultrapassado 35 mil em 2007, caiu para 15 mil em 2009. Lembrando que a Espanha chegou a registrar uma das taxas mais altas de imigração na Europa, recebendo quase 50% dos imigrantes da União Europeia entre 1998 e 2008. A população estrangeira no país passou a representar mais de 10% do total. Entre 2001 e 2006, 50% dos novos trabalhos foram criados para estrangeiros, tamanho o momento de prosperidade econômica.

Já nos Estados Unidos, a queda no fluxo de entrada de imigrantes brasileiros em situação legal ocorreu antes de 2009, quando começou a crise financeira mundial, situando-se nos mesmos patamares de 2007, de cerca de 15 mil pessoas. Em Portugal, onde os brasileiros representam a maior nacionalidade estrangeira residente (26% da população imigrante total), o fluxo de entrada de brasileiros ficou abaixo de 5 mil pessoas em 2009, afirma a OCDE [13].

Para agravar a situação de quem se estabelecera no exterior, os naturais dos países que antes recebiam tantos imigrantes passaram a disputar mesmo os empregos que não queriam até então. O resultado foi uma forte reação nacionalista e xenófoba contra imigrantes.

Mesmo aqueles mais qualificados sentiram a recessão. Afinal, grandes empresas e bancos quebraram. Desde o início da crise econômica em 2011, mais de 380 bancos fecharam as portas no país, de acordo com dados do Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) [14], o órgão americano garantidor de crédito. Nesse cenário, muitos imigrantes chegavam ao Brasil e a São Paulo, inclusive muitos qualificados (MOMO, 2014).

A esperança da volta

Ao mesmo tempo em que o cenário no exterior era preocupante, as notícias veiculadas constantemente na mídia de que a população brasileira desfrutava de maior poder aquisitivo, adquiria bens e imóveis e viajava além de encontrar trabalhos com carteira assinada [15], despertou o desejo de retorno de brasileiros que começaram a enfrentar dificuldades nos países que adotaram.

O índice de desemprego [16] praticamente registrava queda desde 2003, quando estava na casa dos 12%. Em 2014 estava abaixo de 5% (como citado anteriormente). Com suas raízes no Plano Real, criado em 1994, a estabilidade econômica no Brasil resultou em uma série de benefícios e na realização de desejos reprimidos de milhares de pessoas nos últimos dez anos, com um pico de consumo especialmente em 2010/2011. Durante o governo Lula os programas sociais permitiam acesso à universidade, ao consumo para setores antes com dificuldades reconhecidas. Falava-se de uma nova classe média, advinda dos setores populares, tema polêmico e que escapa de nosso foco neste artigo.

A compra da casa própria, por exemplo, foi concretizada por 36 mil famílias em São Paulo só em 2010, seis mil a mais do que no ano anterior, segundo dados da Caixa Econômica Federal [17]. Nos registros do IBGE, entre 2007 e 2012, 200 mil brasileiros adquiriram suas residências. Hoje, 75% dos brasileiros já vivem debaixo de um teto que é um patrimônio [18] particular.

Foram 44 milhões de carteiras assinadas em 2010, recorde da década, garante o Ministério do Trabalho [19]. Cerca de 82% eram trabalhadores registrados em 2012 (IBGE). E disparou a busca por qualificação: aumentou 81% o número de brasileiros que ingressaram em universidades desde 2003 até 2012, passando de 3,8 milhões para 7 milhões de pessoas, informa o Ministério da Educação (MEC) [20].

Apesar do consumo não resolver questões estruturais graves, como moradia, saneamento básico, saúde e educação, parte considerável da população brasileira foi privada por décadas do acesso ao conforto, a garantias financeiras que permitissem algum planejamento futuro e a realização de sonhos. Logo, milhares de brasileiros arrumaram as malas e desembarcaram por aqui novamente.

Nossos retornados entrevistados

As observações dos retornados estão exemplificadas nas falas dos sete entrevistados, propondo discutir este viés dentro do fenômeno da migração internacional. A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa, justificada pelo objeto estudado, dados os conteúdos significativos, à subjetividade que compõem a fala dos indivíduos. As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas, individuais e presenciais. Um ano depois, três entrevistados responderam por e-mail questionários sobre mudanças e observações do que viveram após o primeiro contato, apontando suas percepções e vivências cotidianas.

Dos objetivos propostos pela pesquisa: entender o que levou ao retorno, se as expectativas desse retorno foram correspondidas, se a cidade de São Paulo representou como melhor lugar para recomeçar no Brasil depois de anos no exterior, identificar as dificuldades de relacionamentos e de adaptação ao meio urbano devido a comparações com a experiência estrangeira e se, por fim, diante do que encontrou no Brasil, existe ou não o desejo de imigrar novamente.

A escolha dos entrevistados se deu a partir de um perfil determinado, mas há trajetórias os mais diversificados: são três homens e quatro mulheres com nível superior, qualificados e carreiras estruturadas. Quase todos já conheciam o exterior anteriormente, e imigraram nos seguintes países: Japão, Inglaterra, Espanha, Suíça, Canadá, Portugal e Estados Unidos. Foram selecionados por indicações de amigos, conhecidos e contatos do NIATRE (Núcleo de Informação e Apoio a Trabalhadores Retornados do Exterior, criado pelo governo federal em 2011). Cinco países são historicamente conhecidos por receberem uma quantidade expressiva de imigrantes brasileiros a partir da década de 80, com exceção da Suíça e do Canadá. Na média, os entrevistados foram imigrantes por cerca de cinco anos. O quadro I abaixo aponta o perfil dos entrevistados.

Perfil dos Entrevistados							
Nome	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	País de Imigração	Partiu em	Volta a SP
Marcelo	46	Solteiro, sem filhos	Pós-graduado	Gerente de hotel	Japão	1992	2012
Ana Paula	32	Casada, um filho	Superior completo	Fisioterapeuta	Suíça	2004	2012
Andrea	32	Solteiro, sem filhos	Pós-graduada	Consultora de políticas públicas	EUA	2008	2011
Lívia	28	Solteira, sem filhos	Superior completo	Analista de negócios	Inglaterra	2011	2012
Julio	34	Casado, uma filha	Pós-graduado	Jornalista	Espanha/ Inglaterra	2003	2009
Suzana	53	Casada, sem filhos	Pós-graduado	Consultora de negócios	Inglaterra	2004	2008
Marcus	29	Casado, sem filhos	Pós-graduado	Funcionário Público	Canadá	2012	2013

Fonte: Frutuoso-2014

Esses brasileiros voltaram acreditando na estabilidade da economia do país nos anos 2000. E que um mercado com empregos e salários em expansão resultaria em melhorias sociais e de infraestrutura na cidade de São Paulo. Mas o que os entrevistados demonstraram em seus depoimentos foi a sensação de que foi diferente do que liam na mídia internacional, na mídia nacional (pela internet e canais a cabo) e no contato com amigos e familiares.

Pagamos muito, um preço alto, muito imposto e recebemos muito pouco em troca. Sinto falta disso, da segurança e de pagar impostos e ter um bom transporte público, de uma boa infraestrutura, de justiça. (Ana Paula)

O custo de vida em São Paulo sempre foi muito alto comparado com outras capitais mundiais. Sempre que recebo amigos estrangeiros eles ficam assustados com os preços, tenho evitado comprar roupas.... Tenho ido bem menos a restaurantes, mudei para manicure quinzenal e cabelo mensal. Empregada doméstica, duas vezes por semana. Presentes para amigos agora são geralmente feitos por mim. Viagem, sempre fora de temporada. (Suzana)

São Paulo é uma cidade incapaz de ter uma rua lisa. O sacode me irrita mais do que o trânsito. Eu não ando de ônibus em São Paulo. Eu não tenho problema nenhum em falar que não ando de ônibus em São Paulo porque eu andei de ônibus cinco anos. Ou seja, meu problema não é com o ônibus. É com o ônibus em *São Paulo*. (Julio)

Tem uma coisa pra mim que é muito forte, que faz muita diferença e ... que é a

questão da educação. A educação dos ingleses, não só com as outras pessoas, mas na maneira de se portar. Eu acho que mudei bastante nesse sentido e também fiquei muito crítica assim. Pessoas mal educadas me incomodam muito mais hoje do que antes. (Livia)

Japão é tudo limpo, organizado. Tudo funciona, o sistema de transporte, médico, de educação. Me sentia seguro, protegido. Tudo que é doméstico não é problema. É fácil. Você não tem problema pra pagar conta, pra estudar, pra se vestir... Pra nada! Aqui, o básico é complicado. Educação, transporte, limpeza, saneamento básico, burocracias... (Marcelo)

Notaram mudanças para melhor, como queda na desigualdade social e situação positiva de pleno emprego. Perceberam, no entanto, que os problemas ainda são muitos e as estruturas econômicas e sociais instáveis. Educação ainda deixa muito a desejar. O custo de vida em São Paulo é alto, os salários não acompanham os preços, a violência é latente, a mobilidade é precária, a habitação bem localizada e com boa infraestrutura é para minorias privilegiadas, e não julgam correto do ponto de vista social a partir da experiência que tiveram fora.

No momento não penso em sair do Brasil. Não é a crise que me preocupa e sim, a violência nas ruas. Acho que o próprio povo brasileiro anda violento, estressado, desrespeitoso com o próximo. Isso me assusta um pouco. Estou arrependido, mas agora devo assumir o que foi feito e transformar minha volta em experiência positiva. O custo de vida ficou altíssimo e procuro não fazer extravagâncias. (Marcelo)

Com a alta do dólar seria impossível viver lá fora com a minha aposentaria em reais. Mas se eu pudesse voltaria para a Inglaterra, por ser um país com boa qualidade de vida. A minha preocupação é até onde e até quando vai todo este descaso dos nossos governantes. Não vejo futuro para os nossos jovens e vejo os idosos desesperados, sem rumo. (Suzana)

Os retornados, enfim, entendem que o Brasil continua sendo o “país do futuro”. Há tanto para “arrumar” que “nem 30 anos de crescimento por aqui e 30 anos de recessão em países ricos” (como definiu Julio) serão suficientes para igualar estilo e padrão de vida, educação e oportunidades.

São Paulo, é verdade, é a cidade que mais consegue se aproximar das vantagens que experimentaram como imigrantes. As desvantagens também existem. Não sofrem, por exemplo, preconceito como no exterior (apesar dos relatos do tipo serem menores entre estes entrevistados, cujo perfil era de qualificação e ensino superior). Mas são obrigados a conviver com intranquilidade e dúvidas geradas por violência, preços altos, empregos com salários baixos. E será que esses empregos continuarão disponíveis?

São Paulo uma cidade muito ruim pra se viver, que tem algumas coisas boas. Que são as coisas boas que fazem as pessoas acharem que São Paulo é uma cidade boa. Por exemplo, você ter grandes opções de culinária, restaurantes muito bons, ter uma oferta cultural grande de cinema, de teatro... Que mais? (risos) (...) Sim, de emprego. (Julio)

Sentia falta do calor humano. Lá no Canadá se você não tem nada o governo te dá alguma coisa. Mas as pessoas não tão nem aí pra você. (Marcus)

Valeu a pena voltar? Sim, dizem eles. Mas por questões de laços de afeto. Especialmente para aqueles que ficaram muitos anos fora. Apesar da dúvida, a saudade da família e dos amigos era grande. Retomar essa convivência é apontada como algo positivo e de imenso valor. Mesmo que existam atritos e por vezes se sintam pouco compreendidos, até deslocados. Se puderem, irão para outro país. Muito porque sabem que a tecnologia ajuda a manter a proximidade, a ir e voltar com frequência. Não seria assim para muitos imigrantes que enfrentam condições precárias e perseguições com a ilegalidade.

Descartando laços de afeto, os entrevistados, no fim, não consideraram o retorno tão vantajoso quanto esperavam. Entendem-se mais críticos que a maioria das pessoas de seu convívio. E, por vezes, carregam uma sensação amarga de parecer que os demais não querem enxergar os problemas do país, além do próprio entorno. E que essa acomodação é, justamente, uma das características do Brasil.

Compreendemos os sentimentos dos entrevistados diante do retorno. Acreditamos que a frustração para alguns se mostre grande porque havia por trás da volta a esperança de um país finalmente estável, no qual poderiam reproduzir a vida que alcançaram no exterior em termos financeiros, de segurança pessoal e estilo de vida. Conseguiram em parte. O desequilíbrio econômico ressurgiu, assim como os salários não acompanham o custo de vida geral. Apesar de se estabelecerem em regiões bem equipadas, sabem que pagam caro por isso e que a situação não garante a certeza de prosperidade. A maneira como lidam com a atual realidade está também, claro, ligada a questões emocionais, personalidade, ao modo como se colocam no mundo e até ao estágio da carreira e de vida em que se encontram. No entanto, refletem a insatisfação de uma sociedade que sofre com questões socioeconômicas e urbanas históricas. Em certos momentos, as idealizações dos emigrados sobre o exterior podem parecer exageradas. Mas são, em nossa opinião, um termômetro do que talvez a população geral sinta sem saber expressar. Eles expressam porque têm parâmetros de comparação.

Notas

- [1] BBC – Homepage. Dados oficiais quadrimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE). Desemprego na Espanha atinge recorde histórico. Janeiro/2013, BBC. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130124_espanha_desemprego_cc.shtml>. Acesso em jan. 2013.
- [2] UOL ECONOMIA. Relatório mensal Hellenic Statistical Authority. Desemprego na Grécia sobe para 28% e atinge novo recorde em novembro. Fevereiro/2014, Uol. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2014/02/13/desemprego-na-grecia-atinge-novo-teto-historico-em-novembro-de-2013.html>>. Acesso em jan. 2013.
- [3] PÚBLICO. Relatório trimestral do Instituto Nacional de Estatística (INE). Taxa de desemprego sobe para 17,7%. Maio/2013. Disponível em: <<http://www.publico.pt/economia/noticia/taxa-de-desemprego-sobe-para-177-1593850>>. Acesso em jan. 2013.
- [4] G1. Office for National Statistics – Desemprego no Reino Unido atinge 8,4%, diz governo. Março/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/desemprego-no-reino-unido-atinge-nivel-mais-alto-desde-1995.html>>. Acessado em jan. 2013.
- [5] BBC – Homepage. Richard Fischer, executivo-chefe do Federal Reserve. Departamento Americano do Trabalho. Desemprego nos EUA pode ultrapassar 10%, diz representante do Fed. Abril/2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/04/090408_euadesemprego_bg_ac.shtml>. Acesso em jan. 2013.
- [6] SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Portugal, Maio de 2013. Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo 2012. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf>. Acesso em dez. 2013.
- [7] ISTO É DINHEIRO. Governo cria site para orientar brasileiros que voltam do exterior. Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/mercado-digital/20130327/governo-cria-site-para-orientar-brasileiros-que-voltam-exterior/113386.shtml>>. Acesso em jul. 2013.
- [8] ECONOMIA. TERRA. Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Janeiro/2014. Taxa de desemprego recua para o menor nível desde março de 2002. Janeiro/2014. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/taxa-de-desemprego-recua-para-o-menor-nivel-desde-marco-de-2002,513cd77091fd3410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>>. Acesso em mar. 2014.
- [9] DIÁRIO DO GRANDE ABC. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), projeção Confederação Nacional da Indústria (CNI). CNI reduz projeção do PIB em 2013 de 3,2% para 2%. Julho/2013, Diário do Grande ABC. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/466327/cni-reduz-projecao-do-pib-em-2013-de-3-2-para-2?referencia=navegacao-lateral-detalle-noticia>>. Acesso em mar. 2014.
- [10] G1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relatório mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Inflação oficial fecha 2013 em 5,91%, diz

IBGE. Janeiro/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/inflacao-oficial-fecha-2013-em-591-diz-ibge.html>>. Acesso em mar. 2014.

[11] BRASILEIROS NO MUNDO. Brasileiros no Mundo - Estimativas. Ministério das Relações Exteriores. Julho/2008. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%20-%20Estimativas.pdf>>. Acesso em jan. 2013.

[12] BRASILEIROS NO MUNDO. Diplomacia Consular 2007 a 2012. Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre Gusmão, 2012. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades>>. Acesso em jan. 2013.

[13] BBC – Homepage. Estudo: Perspectivas das Migrações Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Crise derruba fluxo de brasileiros ‘legais’ para países ricos, diz OCDE. Julho/2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110712_crise_imigracao_brasileiros_df.shtml>. Acesso em abr. 2012

[14] G1. Relatório Anual Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC). Em três anos, mais de 380 bancos quebraram nos EUA, segundo FDIC. Setembro/2011. Disponível em: Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/09/em-tres-anos-mais-de-380-bancos-quebraram-nos-eua-segundo-fdic.html>>. Acesso em dez. 2013

[15] PORTAL EBC. Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estudo do IBGE mostra aumento de trabalhadores com carteira assinada no setor privado. Abril/2013. Agência Brasil. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-04-30/estudo-do-ibge-mostra-aumento-de-trabalhadores-com-carteira-assinada-no-setor-privado>>. Acesso em jul. 2013

[16] CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Relatório Habitacional. Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/documentos_gerais/demanda_habitacional.pdf>. Acesso em dezembro de 2014

[17] PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Casa própria representa 75% dos lares brasileiros. Setembro/2012. [18]Folha Online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1157059-casa-propria-representa-75-dos-lares-brasileiros.shtml>>. Acesso em dez. 2012

[19] BLOGDOFAVRE. Relatório anual Ministério do Trabalho. País criou 2,8 milhões de empregos em 2010. Maio/2011. Blog do Favre. Disponível em: <<http://blogdofavre.ig.com.br/tag/2010/>>. Acesso em dez. 2012

[20] G1. Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC), 2013. Número de matrículas no ensino superior cresce 81% em dez anos. Outubro/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/10/numero-de-matriculas-no-ensino-superior-cresce-81-em-dez-anos.html>>. Acesso em dez. 2012

Referências

BAUMAN, Zygmunt. (1999) *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CARIGNATO, Taeco (2004) O lugar do sujeito nas migrações contemporâneas: a experiência *de kassegui*. In DEBIAGGI, Sylvia D. e PAIVA, Geraldo J (orgs) *Psicologia, E/Imigração e Cultura*, São Paulo, Casa do Psicólogo.

CASSARINO, Jean- (2013). Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. In: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, vol.21, no. 41, Brasília, Jul./Dez. 2013.

CASTLES, Stephen. (2005) *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.

DEBIAGGI, Sylvia . (2004) Homens e Mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornam dos EUA para o Brasil. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas, e PAIVA, José Geraldo de (org.), *Psicologia, E/Imigração e Cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

GMELCH, George. (1980) Return Migration. *Annual Review of Anthropology*, v. 9, p. 135-

MARGOLIS, Maxine (2013). *Goodbye, Brazil - Emigrantes brasileiros no mundo*. São Paulo: Editora Contexto

MOMO, Gilda (2014) Estrangeiros qualificados: a nova face da imigração no Brasil, *dissertação de mestrado PUC-SP*

PARK, Robert (1979) A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, O. “*O Fenômeno Urbano*”.

PATARRA, Neide L. (2006) Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Revista IEA - Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*

ROLNIK, Raquel (2015) *Guerra dos lugares, a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo.

SASSEN, Saskia. (1994) *As Cidades na Economia Mundial*. Editora Studio Nobel.

SILVEIRA, Cássio (et al). Processos migratórios e saúde: uma breve discussão sobre abordagens teóricas nas análises em saúde dos imigrantes no espaço urbano. In: *Saúde e História de Migrantes e Imigrantes*. USP, 201

VÉRAS, Maura P B. (2000) Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo. In: *Cadernos Metrópole*, n. 2.

_____. (2013): Italianos em São Paulo, territórios estrangeiros, segregação e alteridade . Da cidade industrial à metrópole global. In MATOS, M. Izilda dos S et alii (orgs): *Italianos no Brasil: partidas, chegadas e heranças*, Rio de Janeiro. UERJ, LABIMI.

WANDERLEY, Luis E. (2006) São Paulo no contexto da globalização. *Lua Nova – Revista de cultura e política*, no 69, São Paulo: CEDEC.

Haitianos no Brasil: compreendendo o movimento migratório a partir da cidade de Cajamar/SP.

Suélen Cristina de Miranda¹

Mário Jorge da Silveira Junqueira²

Resumo: Vivemos atualmente a *era das migrações*, devido ao aprofundamento da diversidade e da complexidade dos movimentos migratórios e o consequente aumento da relevância atribuída ao tema. No caso do Brasil, a imigração haitiana tem se destacado como a maior onda imigratória dos últimos cem anos, de modo que os impactos sociais e políticos gerados pelo mencionado fluxo, bem como sua contemporaneidade, justificam sua importância. Este artigo tem por objetivo compreender o caso de Cajamar, um município pertencente a sub-região norte da RMSP – Região Metropolitana de São Paulo, que tem se posicionado como receptora de um número considerável de haitianos, partindo de uma recapitulação histórica do Haiti enquanto país de emigração e do estabelecimento do fluxo migratório para o Brasil, para que a partir dos aspectos macro seja possível compreender os aspectos micro da questão. Por fim, reflete-se sobre a importância das redes sociais no fortalecimento de uma identidade coletiva positiva, que possibilite o enfrentamento dos preconceitos e discriminações vivenciadas a partir de um reconhecimento estereotipado do imigrante enquanto “invasor indesejado”.

Palavras-chave: Migrações Internacionais; Haiti; Brasil; Redes Sociais; Identidade.

¹ Mestranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. E-mail: suca_miranda@hotmail.com.

² Doutorando e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Presidente do IQS – Instituto da Qualidade e Sustentabilidade da Região Metropolitana de São Paulo e do ISESP – Instituto de Serviços Educacionais do Estado de São Paulo e sócio-diretor da Adhapta Assessoria em Recursos Humanos Ltda. E-mail: mj@isesp.com.br.

Abstract: We have been currently living the *Era of Migrations*, due to the deepening of diversity and the complexity of the migratory movements and the consequent rise of the theme's relevance. In Brazil, Haitian immigration has been referred to as the biggest migratory wave in the past hundred years in such a way that the social and political impacts derived from that flow, as well as its contemporaneity, justify its importance. This article aims at understanding the Cajamar case, a city that belongs to the north suburbia region of São Paulo, locally known as RMSP - Região Metropolitana de São Paulo, which stands as the host of a considerable number of Haitians, and considers a historical review of Haiti as a country of emigration and the establishment of the migratory flow to Brazil, so that it is possible to comprehend, from these macro aspects, the micro aspects of the issue. To conclude, this article aims at thinking over the importance of social networks in the strengthening of a positive collective identity that allows the migrants to face the prejudice and discrimination experimented from a stereotyped recognition of the migrant as an “unwelcome invader”.

Keywords: International Migration; Haiti; Brazil; Social Networks; Identity.

Introdução

A mobilidade humana sempre esteve presente na história da humanidade, desde o deslocamento nômade em busca de sobrevivência até as complexas migrações internacionais atuais. Segundo o dicionário online Michaelis (2009), migrar refere-se ao ato de passar de uma região para outra, embora Sayad (1998) destaque que a migração é muito mais que um deslocamento físico, envolvendo também deslocamentos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Seguindo o mesmo raciocínio, diversos autores assinalam que vivemos na *era das migrações*, seja pelo aprofundamento da diversidade e da complexidade dos movimentos migratórios nas últimas décadas, seja pelo conseqüente aumento da presença e da relevância atribuída ao tema nas discussões de governantes, estudiosos e sociedade civil em geral (CAVALCANTI, 2015). Além da intensificação quantitativa dos fluxos migratórios internacionais – passando de 75 milhões de migrantes em 1965 para 232 milhões em 2013 (IOM, 2000, 2015), as migrações tornaram-se também mais intensas quanto aos lugares e direções envolvidas, mais complexas quanto às suas causas e mais diversificadas, envolvendo atualmente homens, mulheres, intelectuais, trabalhadores temporários, crianças, entre muitos outros atores (ZAMBERLAM, 2004).

Assim sendo, Menezes (2012) sugere uma revisão dos paradigmas utilizados nos estudos migratórios, propondo uma abordagem conciliatória entre as perspectivas micro e macroestruturais, de modo a tornar interdependentes todas as determinantes do processo e considerando a percepção singular do migrante em relação às determinações históricas, sociais e culturais envolvidas tanto no país de origem quanto no lugar de destino.

Castro (2001) corrobora com tal abordagem ao criticar a naturalização do termo migrante ou estrangeiro, uma vez que a experiência singular de cada povo ou indivíduo será atravessada por outras estruturas sociais tais como as referências de classe, gênero, raça/etnicidade e a própria nacionalidade, de modo que a vivência de um migrante homem branco considerado qualificado socialmente e economicamente jamais será a mesma de uma migrante mulher negra pobre, sobretudo no que tange à discriminação e ao preconceito.

Tais considerações mostram-se extremamente relevantes na compreensão da imigração haitiana para o Brasil, caracterizada como a maior onda imigratória dos últimos cem anos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012). Os impactos sociais e políticos gerados pelo mencionado fluxo, bem como sua contemporaneidade, justificam a relevância atribuída ao

tema, além da necessidade de compreender a experiência desses migrantes “que, muitas vezes, é indizível, vivenciada em silêncio ou silenciada, pois é constituída de sentimentos de indignação, humilhação, sofrimento, dor, mas também, de muita coragem, sonhos, desejos” (MENEZES, 2012: 38).

Para tanto, e a partir dos referenciais acima expostos, este estudo tem por objetivo compreender o caso de Cajamar, um município pertencente a sub-região norte da RMSP – Região Metropolitana de São Paulo, que tem se posicionado como receptora de um número considerável de haitianos. Partindo da compreensão do fenômeno migratório “em sua dupla dimensão de fato coletivo e de itinerário individual” (SAYAD, 1998: 13), será feita uma recapitulação histórica do Haiti enquanto país de emigração e do estabelecimento do fluxo migratório para o Brasil, para que a partir dos aspectos macro seja possível compreender os aspectos micro da questão.

Um país de emigrantes: breve retrospecto histórico do Haiti

O Haiti está localizado na região do Caribe, a leste de Cuba e a oeste da ilha de São Domingos ou Hispaniola, espaço que divide com a República Dominicana. Com capital em Porto Príncipe, conta com uma população de 10 milhões de habitantes, dos quais 95% são negros. Os idiomas oficiais são o francês e o crioulo, enquanto as religiões dividem-se em católicos e protestantes, ainda que metade da população pratique o vodu (EMBASSY OF THE REPUBLIC OF HAITI, 2013). Distinto por um passado glorioso – foi a colônia mais próspera do mundo, o segundo país das Américas a declarar independência e a primeira república negra a se estabelecer –, atualmente o Haiti é considerado o país mais pobre da América.

Para entender a conversão desse quadro é preciso retornar ao começo da história quando, em 1492, a ilha foi colonizada pela Espanha, mas logo teve sua região oeste (atual Haiti) abandonada, atraindo a colonização francesa, que a transformou na mais rica colônia das Índias Ocidentais, fazendo-a conhecida como “A pérola das Antilhas”. Para tanto, o crescimento do tráfico de escravos foi vertiginoso e à época da Revolução Francesa a população de Saint-Domingue girava em torno de 500 mil negros, 40 mil mulatos e 36 mil brancos, levando a uma composição social extremamente engenhosa e determinada por considerações econômicas e, sobretudo, raciais. Diante desse cenário, teve início uma insurreição negra, que derrotou numerosos exércitos a fim de proclamar, em 1º de janeiro de 1804, a independência do país (SCARAMAL, 2006).

A instauração de uma República independente por ex-excravos se tornou uma ameaça aos países colonialistas e escravagistas da época, que reagiram estabelecendo um cordão de isolamento que impedia o Haiti de manter contatos internacionais. Além disso, a ex-metrópole só reconheceu juridicamente a independência haitiana em 1826, quando exigiu uma compensação financeira equivalente a US\$ 21 bilhões atuais, iniciando um ciclo de dependência que perdura até hoje (SEITENFUS, 2014).

Ao mesmo tempo, a história do Haiti enquanto país independente foi marcada por sucessivos e instáveis governos; pelas interferências externas – seja pela invasão do Estados Unidos de 1915 a 1934 ou pelas sucessivas missões das Nações Unidas ao país, que totalizarão sete até os dias atuais; e pela emigração como estratégia de sobrevivência, cujo princípio se deu já no início do século XX (CHAVES JR, 2008; SCARAMAL, 2006). Tais características estão diretamente relacionadas, posto que a instabilidade política e econômica do país gerava os fluxos migratórios que, por sua vez, “justificavam” as interferências externas mediante a tese de que as crises políticas haitianas “deixam de ser um assunto estritamente interno e se transformam em ameaça à paz e à segurança internacionais a partir do momento em que provocam ou ameaçam provocar um fluxo de *boat people*” (SEITENFUS, 2014: 108).

Outro período marcante foi a instauração da chamada “Papadocracia”, que perdurou de 1957 a 1986 com o governo de presidente vitalício do François Duvalier e a transmissão hereditária a seu filho, Jean Claude Duvalier. A “Era Duvalier” foi um período de intensos fluxos migratórios, tanto para os países onde as redes já estavam estabelecidas (República Dominicana, Cuba e outras ilhas do Caribe), quanto para novos receptores, como Estados Unidos, Guianas e Venezuela, provocados pelo regime de terror da temida milícia popular *Tontons-Macoutes* e pela grave crise econômica, quando o país foi incluído na lista dos países mais pobres do mundo (GRONDIN, 1985; SCARAMAL, 2006).

As dificuldades políticas e econômicas prosseguiram até que, em 2004, atendendo ao pedido do presidente interino, o Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da MINUSTAH – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. O Brasil recebeu o comando da Missão, após ter relutado em participar pelo fato de seu embasamento legal ser a imposição da paz por meio da intervenção militar. Apesar disto, a proposta estava de acordo com o interesse brasileiro em aumentar sua participação internacional para integrar permanentemente o CSNU, além de ser tentadora a possibilidade de exercitar a tropa em condições reais de ação, sem riscos ou perdas

humanas. Esta missão representou a maior participação das Forças Armadas do Brasil no exterior desde a Segunda Guerra Mundial, embora a hegemonia de militares em detrimento de civis logo evidenciaria o descompasso entre a proposta da missão e a realidade da crise haitiana. Enquanto isso, o exército brasileiro recusava-se ao emprego da tropa para ações de repressão, utilizando parte do contingente militar em obras sociais, que resultaram na pacificação de um perigoso bairro da região (CHAVES JR, 2008; SEITENFUS, 2014).

A proposta brasileira de utilizar os militares para outras finalidades que não a guerra foi totalmente rejeitada por outras tropas, além de provocar debates no CSNU, uma vez que alguns países condicionavam seu apoio ao enquadramento militar. Diante da situação insustentável, o general Heleno foi substituído pelo general Bacellar, mas este, sem alternativas para não trair aos princípios brasileiros, cometeu suicídio em janeiro de 2006. Após a trágica morte, René Preval foi eleito presidente do Haiti pela segunda vez, seguindo-se um período de calma e de crescimento constante da economia até o início das catástrofes ambientais que culminarão no ano de 2010 em um terremoto que deixou mais de 300 mil mortos e 1,5 milhões de desabrigados, além de comprometer quase 80% das construções, incluindo escolas, hospitais e prédios do governo (SEITENFUS, 2014).

A ajuda humanitária dirigiu-se imediatamente ao Haiti, porém, controlada pela ONU, seguiam a determinação de resgatar primeiro os estrangeiros presos nos escombros. Além disso, um dos poucos hospitais que não ruíram, o Hospital da Minustah, manteve-se com os portões fechados, cercado por militares que ameaçavam qualquer um que insistisse em se aproximar. Temendo uma revolta popular e desconfiados da capacidade de controle da ONU, os Estados Unidos assumiram abruptamente o comando da Minustah e militarizaram a ajuda humanitária. Mas, ao invés de revolta, o que seguiu foi a calma de um povo no qual 71% sobreviviam agora com menos de US\$ 2 por dia. A situação que já era insustentável tornara-se dramática (SEITENFUS, 2014).

Diante da crise instaurada, a Comunidade Internacional prometeu US\$ 11 bilhões a serem desembolsados em cinco anos para as organizações internacionais que atuavam no país. Porém, o Haiti é historicamente conhecido como um cemitério de projetos, devido a substituição do Estado pelas Ongats (Organizações Não Governamentais de Alcance Transnacional), com a consequente substituição do público pelo privado e do nacional pelo estrangeiro, aliada a exigência por resultados rápidos que gera falta de planejamento e especialistas contratados por um curto período de tempo intervindo a partir de critérios e interesses externos (GRONDIN, 1985; SEITENFUS, 2014).

Alguns meses depois do sismo, o Haiti foi assolado também pelos primeiros casos de cólera, de extrema violência e rápida disseminação. Um estudo concluiu ser o vibrião

o mesmo do Sudeste asiático e que foi a tropas nepalesas da Minustah que poluíram o rio Mye. Porém, a resistência por parte da ONU para assumir a responsabilidade pela epidemia gerou uma mobilização retraída de fundos e uma inadequada alocação de recursos, transformando a epidemia na mais mortífera dos últimos anos. Há estimativas de que 3,2 milhões de pessoas tenham sido infectadas, o que equivale a 30% da população haitiana, de modo que a erradicação é esperada apenas para 2022 (SEITENFUS, 2014).

A complicada situação da população continuou já que, em 2012, cerca de 400 mil haitianos ainda viviam em acampamentos de emergência, a maioria desempregadas, em um país com índice de 58% de desemprego. Além disso, a confirmação de alguns casos de abusos sexuais por parte dos soldados da MINUSTAH gerou revolta e manifestação nas ruas pedindo a retirada das tropas da ONU do país, que teve início gradual em 2013 e deverá ser concluída em 2016. Atualmente, o Haiti continua com sérios problemas em seus sistemas políticos e econômicos, governado por um presidente interino até que seja possível concluir seu processo eleitoral, suspenso por conta da violência e das já conhecidas fraudes (GLOBO, 2011, 2012, 2014, 2016b).

Diante do processo histórico acima descrito, algumas reflexões se fazem necessárias. Em primeiro lugar, cabe destacar o fato de que, embora formalmente o Haiti seja um Estado soberano, a extrema instabilidade social, o prejuízo de liberdades individuais por conta do convívio entre ditaduras e uma democracia instável e incipiente, e a consolidação da emigração como esperança de segurança e sobrevivência - atualmente $\frac{1}{4}$ da população, cerca de 2,5 milhões encontram-se fora de seu país, “retratam no campo simbólico, a fragilidade da idéia de Estado Nação” (CHAVES JR, 2008: 14).

Tal fragilidade estabeleceu-se ao longo da história devido as disputas entre mulatos e negros, urbanos e rurais, ricos e pobres. Além disso, as diferentes forças internas jamais objetivaram o desenvolvimento de um projeto compartilhado de nação, uma vez que a elite política (majoritariamente negra e da classe média) e a econômica (composta basicamente por mulatos e brancos) se mantiveram como grupos diametralmente contrários, situando em vários momentos o apoio externo como definidor dos possíveis caminhos para a organização do Estado (CHAVES JR, 2008).

Desta forma, Seitenfus (2014) defende que há uma atitude miserabilista imperando no país, além de um sentimento compartilhado entre as elites haitianas e a Comunidade Internacional de oposição à recuperação da soberania e independência do Haiti, de modo que os recursos da ajuda externa possam chegar “às mãos certas”. Tal situação tem como consequência direta a total incompatibilidade da ajuda oferecida pela maioria dos países

da Comunidade Internacional e a realidade da crise haitiana, de modo que os abusos cometidos e os inúmeros projetos falidos só tem retirado ainda mais a centralidade do governo e da sociedade haitiana na gestão da crise, condição obrigatória para que o Haiti consiga superar esse ciclo vicioso secular.

A escolha do Brasil como destino

Neste complicado contexto, o estabelecimento do fluxo migratório para o Brasil pode ser explicado por uma série de fatores inter-relacionados. Em primeiro lugar, é importante destacar a emergência da crise econômica global que afetou a América do Norte e a Europa a partir de 2008 e que impossibilitou os fluxos migratórios tradicionais devido ao fechamento rigoroso das fronteiras (COSTA, 2016). Em segundo lugar, a liderança na Minustah e as ações dos militares brasileiros focadas no desenvolvimento de obras sociais fizeram com que o Brasil passasse a ocupar um espaço cada vez maior no imaginário social do povo haitiano, aprofundando uma “simpatia” iniciada em 2004 com a realização do “Jogo da Paz” entre a seleção brasileira de futebol e o selecionado local. Além disso, a promessa de boa acolhida e o despontamento do Brasil como potência econômica alimentou o imaginário dos haitianos a respeito do Brasil como um “país de oportunidades” (COSTA, 2015).

Porém, como afirma Costa (2016), existe uma grande distância entre dizer que os haitianos eram bem-vindos e as políticas que expressariam de fato essas boas vindas. A primeira contradição aparece no fato do Brasil exigir o visto para entrar no país, mas não o conceder no consulado do Haiti, o que levou a 90% do contingente migratório entrar “pela porta dos fundos”. Seguiam as rotas já conhecidas, que incluem Panamá, Equador, Peru e a entrada no Brasil pelas cidades de Tabatinga (Amazonas) e Basiléia (Acre). Essa rota, “marcada pelo sofrimento, pela fome, pela privação, pelos perigos, pela espoliação por parte dos atravessadores, coyotes e grupos policiais” (COSTA, 2016: 13), tinha uma duração inicial de 120 dias, sendo reduzida posteriormente para 15 dias. Após a chegada à fronteira brasileira, os haitianos solicitavam refúgio, permitindo a obtenção de carteira de trabalho e CPF provisórios, enquanto sua solicitação era analisada pelo Conare (Comitê Nacional para os Refugiados).

O Conare foi criado pela Lei 9.474/97, que estabelece o Estatuto do Refugiado e define como necessário para caracterizar o refúgio a presença de fundados temores de perseguição ou grave e generalizada violação de direitos humanos. Por não abranger

questões ambientais, os migrantes haitianos não foram enquadrados como refugiados, o que levaria a uma permanência irregular dos mesmos no Brasil, já que, com base no princípio da proibição da devolução ou non-refoulement, presente na Lei nº 9.474/97 e nos acordos internacionais ratificados pelo Brasil, este não poderia expulsá-los ou deportá-los ao território no qual sua vida ou liberdade esteja ameaçada (RAMOS, 2011).

Para evitar tal situação e lidar com o número cada vez maior de imigrantes haitianos que aguardavam nas cidades fronteiriças, o CNIg (Conselho Nacional de Imigração) concedeu visto de permanência por razões humanitárias por meio da Resolução Normativa nº 27, que julga as situações especiais e os casos omissos (RAMOS, 2011). Entretanto, esse processo era muito demorado e gerou um acúmulo de imigrantes em determinadas cidades (em Tabatinga, entre o final de 2011 e o início de 2012, cerca de 1.500 haitianos esperavam o visto). Enquanto aguardavam, os haitianos puderam contar somente com uma rede de solidariedade que se formou entre as igrejas, algumas organizações e a sociedade civil, destacando a quase ausência dos governos municipais e estaduais, que culpabilizavam o governo federal pela “invasão haitiana” (COSTA, 2016).

Diante do caos instaurado, o governo federal brasileiro concedeu, em janeiro de 2012, por meio da Resolução Normativa nº 97 do CNIg, visto humanitário permanente pelo prazo de cinco anos aos imigrantes haitianos. Este visto seria retirado no consulado brasileiro em Porto Príncipe, no Haiti, havendo um limite de 1.200 vistos por ano. Esse número, porém, não conseguiu atender a demanda crescente e, ao final de 2012, voltou-se a observar a situação de quase calamidade pública nas cidades fronteiriças. Para contornar a situação, o governo retirou a limitação do número de vistos por meio da RN nº 102, em abril de 2013, e estendeu a concessão para os consulados brasileiros em países como Peru, Equador, Bolívia e República Dominicana (FERNANDES, 2014). Em 2015, essa alteração gerou uma queda de 96% no número de haitianos que entraram no Brasil via estado do Acre, uma vez que passaram a viajar diretamente para as principais capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro (Globo, 2016a). A RN nº 97, que a princípio tinha vigência de dois anos, já foi prorrogada por duas vezes, sendo estendida até outubro de 2016.

Conclui-se, portanto, que entre o país idealizado e a realidade houve uma grande distância, uma vez que o compromisso de não-devolução e o fornecimento de documentos básicos estão muito aquém das necessidades fundamentais desses sujeitos, que inicialmente somavam pouco mais de 100 imigrantes e no final do ano de 2015 já representariam cerca de 70 mil pessoas (BRASIL, 2015). De acordo com Fernandes (2014), os migrantes

haitianos que vieram ao Brasil são em sua grande maioria do sexo masculino, em idade ativa, com escolaridade entre o primeiro e o segundo grau incompleto e estabeleceram residência principalmente em São Paulo e Manaus em busca de trabalho e de “uma vida melhor”.

Aprofundando a questão: o caso de Cajamar

De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE (2016), Cajamar é um município pertencente a sub-região norte da RMSP - Região Metropolitana de São Paulo, com população estimada para 2016 de 72.289 habitantes, distribuída em uma área territorial de 131.386 Km² e divididos em três distritos: Cajamar (centro), Jordanésia e Polvilho.

A história da cidade está diretamente relacionada à implantação da indústria canadense Companhia Brasileira de Cimento Portland, na década de 1920, no distrito de Perus, ao lado da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Os trabalhadores da fábrica e das minas residiam no distrito de Água Fria, pertencente ao município de Santana de Parnaíba. Em 30 de novembro de 1944, por meio do Decreto-Lei nº 14.344, o distrito recebeu o nome de Cajamar e em 1º de janeiro de 1960 tornou-se oficialmente município. Durante anos, a estrada de ferro que ligava Cajamar a Perus foi o único meio de transporte para os operários que residiam fora da cidade, embora a exploração de minério tenha dado origem aos primeiros núcleos habitacionais de Cajamar, compostos pelas vilas operárias (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR, 2015). Atualmente, tanto as indústrias como os serviços distributivos (em particular comércio atacadista e varejista, serviços de transporte, armazenagem e correio) concentram-se ao longo das rodovias Anhanguera e Bandeirantes e do Rodoanel Mário Covas (GASPAR; APARÍCIO; BESSA, 2015).

As mudanças observadas na dinâmica demográfica do município de Cajamar seguiram o padrão observado nas demais regiões metropolitanas brasileiras ao longo das últimas décadas e referiram-se, sobretudo, a alterações na composição e organização interna dos grupos familiares. Nos anos 50, a política de substituição de importações associou-se a uma enorme migração rural urbana (estima-se que entre 1940 e 1980 saíram de zonas rurais cerca de 40 milhões de pessoas), que foi concentrar-se preferencialmente em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, como os postos de trabalho gerados foram geralmente pouco qualificados, a falta de política de moradia, aliada aos elevados preços da terra, forçaram os migrantes a fixar residência nas franjas metropolitanas

(BÓGUS, PASTERNAK, 2015). Assim, constata-se que a grande maioria dos moradores de Cajamar são migrantes internos, embora atualmente o município venha recebendo um número considerável de bolivianos e haitianos em busca de trabalho (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR, 2015).

Segundo Bógus e Pasternak (2015), Cajamar é apontada como um dos municípios com alto nível de integração da RMSP, que apresentou uma das maiores taxas metropolitanas de crescimento em densidade demográfica entre os anos 90 e 2010. Arelada a esta constatação, as autoras identificaram que, em 2010, Cajamar apresentava um quadro crítico, assim como outros municípios da RMSP, relacionado ao nível de escolarização dos chefes de domicílio, dos quais mais da metade continua sem instrução ou apenas com ensino fundamental incompleto.

A partir deste panorama, a realização de entrevistas com quatro diretores de colégios, moradores locais e dois haitianos que vivem na região – que serão aqui chamados de R. e J., possibilitou traçar um panorama no que tange a especificidade do estabelecimento do fluxo de haitianos para esta cidade, bem como compreender a vivência e a convivência dos imigrantes com os demais.

Em relação a escolha da cidade de Cajamar, todos foram unânimes em dizer que ela se deu por conta das oportunidades de trabalho. Desta forma, os primeiros haitianos a se estabelecer no local foram atraídos pela ação do recrutamento de grandes empresas, que ofereceram moradia e alimentação em troca dos serviços prestados. Não obstante, conforme explicita Sassen (2010: 125) “os imigrantes têm uma longa história de serem contratados para fazer trabalhos mal-remunerados, que exigem pouca formação educacional e que normalmente estão situados nos setores menos avançados”. No caso dos haitianos em Cajamar isso não foi diferente, uma vez que se encontram trabalhando como ajudantes de pedreiros, em frigoríficos, postos de gasolina ou indústrias, embora J. tenha conseguido abrir seu próprio negócio, atuando no mesmo setor que atuava anteriormente no Haiti. Vale ressaltar que os entrevistados se enquadram no perfil de imigrantes haitianos anteriormente descrito, ou seja, estão em idade ativa (de 31 a 40 anos) e possuem escolaridade entre o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto, embora tenham tido facilidade com a língua portuguesa por já dominar o idioma espanhol.

Outra característica marcante nos imigrantes haitianos é a constituição de fortes redes sociais, que minimizam os custos e os riscos do movimento migratório, fazendo com que tais movimentos se tornem independentes dos fatores que os originaram e se

autoperpetuem, até que o país de origem atinja um certo desenvolvimento (SANTOS et al., 2010). Esse cenário fica claro com os dois entrevistados, pois enquanto R. chegou até Cajamar por meio do recrutamento de uma empresa, J. escolheu o destino devido a existência de um amigo já instalado (anteriormente recrutado por uma empresa), que lhe ajudou até que ele pudesse se estabelecer e, atualmente, atuar como receptor de familiares e amigos.

Além disso, tais redes trazem à tona a noção de pertencimento e a busca incessante de manter vivos aspectos de sua cultura como forma de afirmação e resistência à assimilação, perante as novas determinações à que são expostos. Remetem, igualmente, a ideia de fortalecimento do “grupo oprimido”, que se une em torno de objetivos comuns para fazer frente as políticas de identidade dominantes, de modo a criar e a fortalecer uma identidade coletiva positiva, que possa ser aceita e reconhecida pelo entorno (CIAMPA, 2002). Em Cajamar, as igrejas têm atuado como espaços de encontros e fortalecimento dessas redes, tanto a católica com sua atuação no ensino da língua portuguesa, quanto as evangélicas, muitas inclusive com pastores haitianos e cultos dedicados exclusivamente a eles.

Posto isto, torna-se necessária a discussão da temporalidade ou permanência da imigração, pois “se por um lado, esse conceito é lido como algo intrinsecamente temporário, por outro a condição permanente do *status* de migrante, mesmo que indizível serve para qualificar a migração” (CHAVES JR, 2008: 39). Assim, os entrevistados possibilitam pensar os diferentes lados dessa questão, uma vez que antes de chegar ao Brasil passaram por diversos países “temporariamente” e enquanto R. permaneceu apenas poucos dias em cada um por “falta de adaptação”, J. morou por quatro anos na França até ser deportado (tendo sido obrigado a deixar para trás esposa e filho). Tais diferenciais relacionam-se diretamente com os planos de permanecer ou não no Brasil, ou seja, de fazer da atual estadia uma morada permanente ou transitória. Enquanto R. encontrou no Brasil uma nova casa, desejando permanecer e trazer a família que ainda vive no Haiti, J. explicita um grande desejo de que seu país se restabeleça para que possa voltar ou, se não for possível, tentar entrar nos Estados Unidos (onde possui uma rede de familiares e amigos já estabelecidos).

Pode-se dizer que tais projetos de vida estão diretamente relacionados às vivências de cada um e, sobretudo, ao sentido atribuído a elas. R. não conseguia trabalho no Haiti para manter os custos da família e, há muito, plantava para conseguir comer. Esse quadro faz com que sua experiência no Brasil venha sendo reconhecida positivamente tanto

por ele quanto pelos familiares, embora tenha realizado o difícil percurso pelo Acre, ainda resida “de favor” na casa do pastor da igreja que frequenta e já tenha vivenciado experiências de abusos (como quando descreve que não recebeu nada por seu primeiro trabalho). Vale ressaltar que tal episódio não foi encarado por R. como algum tipo de preconceito ou discriminação pelo fato de ser imigrante haitiano, expressando que foi bem acolhido por todos os brasileiros e que sua adaptação foi muito tranquila.

Enquanto isso, J. possuía uma vida mais estabelecida no Haiti, com negócio e carro próprios, mas foi duramente afetado pelo terremoto, relatando não ser mais possível se manter no país. Descreve que, assim como muitos haitianos, conhecia o Brasil apenas pelo futebol, sem nunca ter imaginado morar aqui, possibilidade que se tornou real com a facilidade de retirada do visto (J. tirou o visto no Haiti e viajou de avião para São Paulo). Suas vivências anteriores em outros países bem como a experiência de ser deportado também influenciam em sua percepção dos três anos vividos no Brasil, descrevendo com extremo pesar a discriminação e o preconceito sofridos pelos haitianos, seja por parte dos olhares diferenciados, seja por parte dos empregadores que não contratam estrangeiros ou que não pagam pelos serviços prestados. Diz sentir “*muita raiva*” com essa discriminação, pois “*os haitianos não entram para bagunçar ou ser criminoso, só para trabalhar*” (sic).

Nesse sentido, Mármora (2001) destaca que houve uma mudança na percepção da imigração de “contribuição para o desenvolvimento” para uma visão negativa de “problema social”, em termos de deslocamento da mão de obra nativa, aumento da criminalidade, sobrecarga dos já precários serviços de educação e saúde e contágio de doenças (o Haiti é frequentemente associado, tanto pela mídia quanto pela população em geral, à cólera e a Aids, assim como os africanos são associados ao ebola, de modo que é comum que ambos sejam generalizados e estereotipados por conta da cor da pele).

Essas questões levantam a necessidade de compreender as políticas de identidade do grupo dominante e seus efeitos sobre a construção da identidade coletiva discriminada ou marginalizada (CIAMPA, 2002). No caso dos imigrantes, tal relação dialética implica o conhecimento das políticas de identidade que pregam a identidade nacional ou o chamado nacionalismo, sendo a primeira considerada uma identidade coletiva fundada a partir da autoridade do Estado Nação em detrimento da solidariedade e o segundo calcado nas ideias de caráter étnico ou comunidade étnica. “Nesse contexto as minorias são vistas como obstáculos para a nação. O nacionalismo constrói a ideia de totalidade: um povo, uma nação, uma cultura, uma língua” (SANTOS, 2010: 31).

Esse cenário se torna ainda mais evidente em um momento de crise como a que o Brasil passa atualmente, no qual a competição se torna mais acirrada e perigosa

(como no caso dos haitianos que foram baleados em São Paulo com chumbinho³). Tal pensamento traz à tona a dialética entre igualdade de fato e de direito, pois quando não se estabelece o consenso nas rotinas cotidianas, a regulamentação consensual passa a ser feita via moral e direito, de modo que as leis “supram” de alguma forma a ausência da igualdade nas relações (HABERMAS, 1979). No caso dos imigrantes haitianos no Brasil, a situação se torna mais complexa diante da constatação que ambos estão ausentes, ou seja, os imigrantes não são considerados “iguais” aos nacionais nem nas leis e muito menos nas relações, uma influenciando a outra dialeticamente, o que explicaria o atraso de 36 anos na lei migratória atualmente vigente (Estatuto do Estrangeiro, reformulado em 1980) e os resquícios altamente presentes do paradigma de seguridade nacional em todas as tentativas de reforma de tal lei, embora o discurso político seja baseado nos Direitos Humanos, “vendendo” a imagem de um país aberto e acolhedor.

Não obstante, parece que tais descrições não se aplicam as crianças de Cajamar, uma vez que os diretores das escolas entrevistadas afirmaram não haver qualquer diferenciação ou preconceito das demais crianças para com os imigrantes, que inclusive não tinham dificuldades de se comunicar pois já dominavam perfeitamente o português. Os diretores relataram ainda que por parte dos professores também não havia estranhamento, já que eles estavam habituados a lidar com a diversidade, como os alunos de inclusão. A maior dificuldade estava na comunicação com os pais, de modo que as próprias crianças haitianas ou pais que tinham maior domínio do português tinham que atuar como intérpretes para àqueles que não falavam absolutamente nada da língua. Outra questão levantada refere-se as transferências contínuas das crianças haitianas entre as escolas da região, uma vez que os pais mudam de residência de acordo com o trabalho, e isso acaba por dificultar uma integração mais profunda.

Considerações finais

Diante do objetivo de compreender o processo migratório de haitianos para o Brasil e, mais especificamente, para a cidade de Cajamar, foi possível captar que a sociedade haitiana estabeleceu a imigração como uma opção identitária, consolidada culturalmente no país como alternativa para enfrentar as dificuldades políticas, econômicas e ambientais que assolam o país desde a sua criação e que se agravaram após o terremoto. Assim, o processo migratório é percebido por muitos haitianos como uma forma de buscar a concretização de suas possibilidades enquanto ser humano, “que sempre se dá como

³ SECRETARIA DE SAÚDE DIZ QUE HAITIANOS FORAM BALEADOS COM CHUMBINHO (2015). Folha Online, São Paulo, 10 ago. 2015. Cotidiano.

superação das limitações das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades” (CIAMPA, 1997: 1).

Não obstante, ao chegar ao Brasil muitas possibilidades – e impossibilidades – tornam-se visíveis ao imigrante haitiano, que se iguala a todos os milhares de haitianos que vieram para o país e precisa novamente se diferenciar para ser reconhecido pelo outro. Tal reconhecimento pode ocorrer de forma perversa, a partir da identidade pressuposta e estereotipada do sujeito (como quando a sociedade associa os imigrantes à criminosos ou às doenças presentes em seus países de origem) ou ocorrer pela diferença, considerando o imigrante haitiano enquanto indivíduo e, portanto, possuidor de uma história única. Além disso, a precariedade da lei brasileira e a ausência de uma integração de fato desses imigrantes (que vai muito além de fornecer documentos básicos) faz com que muitos haitianos se sujeitem a trabalhos desumanos, em condições quase escravas, e outros tantos vão embora, justamente porque se sentiram impedidos pelo sistema de se desenvolver e partem em busca de um lugar onde isso seja possível (como os milhares de haitianos que deixaram o Brasil rumo ao Chile⁴ ou os amigos dos entrevistados que partiram também rumo a Argentina e Guiana Francesa).

Outros haitianos conseguem superar as contradições impostas e construir novas formas de se relacionar com o mundo, utilizando as situações de desrespeito vivenciadas como incentivo para uma ação que desenvolva um nível de reconhecimento mútuo superior (como os imigrantes que estão se organizando em movimentos sociais e têm lutado pela garantia e ampliação de seus direitos). Em Cajamar, as redes sociais têm papel fundamental nesse enfrentamento, pois além de atuar no apoio a necessidades como moradia, comunicação e emprego, possibilitam uma maior resistência frente às situações de preconceito e discriminação, buscando construir uma identidade coletiva forte e positiva, que seja reconhecida pelos demais e substitua a imagem estereotipada de “imigrante invasor” ou “imigrante indesejado”.

Nesse sentido, é possível acreditar – e lutar – pela construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, na qual a imigração deixe de ser considerada uma “invasão indesejada” para ser considerada uma oportunidade única de entrar em contato com uma diversidade cultural tão grande quanto os inúmeros grupos presentes no Brasil. Assim, como conclui Ciampa (2004: 396), “respeitar a alteridade, o que, pela reciprocidade, implica respeitar a identidade de cada um e de todos”.

⁴ SANT’ANNA, Emilio; PRADO, Avenir (2016). “Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile”. Folha Online, Chile, 08 maio 2016. Cotidiano.

Referências bibliográficas

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana (2015). “São Paulo na transição demográfica”. In: BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana (orgs.). São Paulo: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital.

BRASIL (2015). Ministério da Justiça. “Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos”. Notícias. Brasília, 11 de novembro de 2015. <http://www.justica.gov.br/noticias/governo-brasileiro-garante-direitos-para-imigrantes-haitianos>. (consultado em 14/05/2016).

CASTRO, Mary Garcia (2001). “Migrações internacionais e políticas: algumas experiências internacionais”. In: Migrações internacionais: Contribuições para políticas. Brasília: CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento).

CAVALCANTI, Leonardo (2015). “Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências”. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (orgs.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília.

CHAVES JR, Elizeu de Oliveira (2008). Um olhar sobre o Haiti - Refúgio e migração como parte da história. Brasília: LGE Editora.

CIAMPA, Antonio da Costa (2004). “Fundamentalismo: a recusa do fundamental”. In: PINTO, Elisabete; ALMEIDA, Ivan (orgs.). Religiões – Tolerância e Igualdade no Espaço da Diversidade. São Paulo: Fala Preta! Organização de Mulheres Negras.

_____ (1997). As metamorfoses da ‘metamorfose humana’: uma utopia emancipatória ainda é possível hoje? Comunicação apresentada no Simpósio “Metamorfoses da Identidade no mundo contemporâneo” do XXVI Congresso Interamericano da SIP. (mimeo)

_____ (2002). “Políticas de Identidade e Identidades Políticas”. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PASSOS, Maria Consuelo (orgs.). Uma psicologia que se interroga – ensaios. São Paulo: Edicon.

COSTA, Gelmino (2015). “Haitianos no Brasil”. In: CUTTI, Dirceu; BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; PEREIRA, José Carlos; BÓGUS, Lucia Maria Machado (orgs.). Migração, trabalho e cidadania. São Paulo: EDUC.

_____ (2016). Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010 – 2014: presença da Pastoral do Migrante. Cadernos de Migração, n. 8. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios (CEM).

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF HAITI (2013). “Haiti at a glance”. <http://www.haiti.org/haiti-at-a-glance/>. (consultado em 16/02/2016).

FERNANDES, Duval (coord.) (2014). “Projeto ‘Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral’”. Belo Horizonte: MTE, OIM, PUC Minas, Gedep. <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4AC03DE1014AE84BF2956CB6/>

Pesquisa%20do%20Projeto%20%E2%80%9CEstudos%20sobre%20a%20Migra%C3%A7%C3%A3o%20Haitiana%20ao%20Brasil%20e%20

Di%C3%A1logo%20Bilateral%E2%80%9D.pdf. (consultado em 23/04/2015).

FOLHA DE SÃO PAULO (2012). “Vinda de haitianos é maior onda migratória ao país em cem anos”. <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1033447-vinda-de-haitianos-e-maior-onda-imigratoria-ao-pais-em-cem-anos.shtml>. (consultado em 23/04/2015).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE (2016). “Projeções populacionais”. <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>. (consultado em 11/06/2016).

GASPAR, Ricardo Carlos; APARÍCIO, Cimar Alejandro Prieto; BESSA, Vagner de Carvalho (2015). “A Metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna”. In: BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana (orgs.). São Paulo: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital.

GLOBO (2011). “Polícia enfrenta manifestantes contrários à ONU no Haiti”. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/09/policia-enfrenta-manifestantes-contrarios-onu-no-haiti.html>. (consultado em 21/02/2016).

_____ (2012). “Três anos após terremoto, 360 mil haitianos ainda vivem em barracas”. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/tres-anos-apos-terremoto-360-mil-haitianos-ainda-vivem-em-barracas.html>. (consultado em 21/02/2016).

_____ (2014). “Operação militar no Haiti custa R\$ 1,3 bi em 10 anos”. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/06/operacao-militar-no-haiti-custa-r-13-bi-em-10-anos.html>. (consultado em 21/02/2016).

_____ (2016a). “Nº de haitianos que entram no Brasil pelo Acre cai 96% em 12 meses”. <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/n-de-haitianos-que-entram-no-brasil-pelo-acre-cai-96-em-12-meses.html>. (consultado em 14/05/2016).

_____ (2016b). “Grupo de apoio ao Haiti saúda eleição de presidente interino”. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/02/grupo-de-apoio-ao-haiti-sauda-eleicao-de-presidente-interino.html>. (consultado em 21/02/2016).

GRONDIN, Marcelo (1985). Haiti: cultura, poder e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense.

HABERMAS, Jürgen (1976). Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo: Brasiliense.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – IOM (2000). “World Migration Report 2000”. http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2000_edited.pdf. (consultado em 19/09/2015).

_____ (2015). “World Migration Report 2015 – Migrants and Cities: New Partnerships to Manage Mobility”. http://publications.iom.int/es/system/files/wmr2015_en.pdf. (consultado em 14/05/2016).

MÁRMORA, Lélío (2001). “Políticas de migraciones en América Latina: las respuestas gubernamentales y de la sociedad civil en la década de los ‘90”. In: Migrações internacionais: Contribuições para políticas. Brasília: CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento).

MENEZES, Marilda Aparecida de (2012). “Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos”. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (orgs.). Migrações: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Cultura acadêmica editora.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa (2009). São Paulo: Editora Melhoramentos. Dicionário Online. <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. (consultado em 19/09/2015).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR (2015). Lei nº 1631, de 18 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aprovação do plano municipal de educação do município de Cajamar, para o período de 2015 a 2025 e dá outras providências. <http://www.cajamar.sp.gov.br/v2/arquivos/basedeleis/Lei%201631-15.pdf>. (consultado em 10/06/2016).

RAMOS, André de Carvalho (2011). “Asilo e Refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas”. In: RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (orgs.). 60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro. São Paulo: Editora CLA Cultural. http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/60_anos_de_ACNUR_-_Perspectivas_de_futuro.pdf?view=1. (consultado em 05/09/2015).

SANT’ANNA, Emilio; PRADO, Avenir (2016). “Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile”. Folha Online, Chile, 08 maio 2016. Cotidiano. <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocam-o-brasil-pelo-chile.shtml?cmpid=newsfolha>. (consultado em 26/05/2016).

SANTOS, Mauro Augusto dos; BARBIERI, Alisson Flávio; CARVALHO, José Alberto Magno de; MACHADO, Carla Jorge (2010). “Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias”. Texto para discussão n.398 - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte. <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf>. (consultado em 05/09/2015).

SANTOS, Miriam de Oliveira (2010). “A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios”. In: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, ano XVIII, n. 34. <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/207>. (consultado em 27/03/2016).

SASSEN, Saskia (2010). Sociologia da Globalização. Porto Alegre: Artmed.

SAYAD, Abdelmalek (1998). A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira (2006). Haiti: fenomenologia de uma barbárie. Goiânia: Canône Editorial.

SECRETARIA DE SAÚDE DIZ QUE HAITIANOS FORAM BALEADOS COM CHUMBINHO (2015). Folha Online, São Paulo, 10 ago. 2015. Cotidiano. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1666944-secretaria-de-saude-diz-que>

-haitianos-foram-baleados-com-chumbinho.shtml. (consultado em 26/05/2016).

SEITENFUS, Ricardo (2014). Haiti: dilemas e fracassos internacionais. Ijuí: Ed. Unijuí.

ZAMBERLAM, Jurandir (2004). “O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização”. Porto Alegre: Pallotti. http://www.cibaimigracoes.com.br/arquivos/o_processo_migratorio_no_brasil.pdf. (consultado em 05/09/2015).

O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios

Lucia Maria M. Bógus¹

Maria Lucia Alves Fabiano²

Resumo: O Brasil vive um novo momento no que diz respeito ao tema das migrações internacionais. Apesar dos registros históricos de diversos ciclos de imigração para o Brasil, a saída de brasileiros em busca de melhores condições de vida em outros países tem se mostrado importante desde o final dos anos 1980. Na virada deste século, a entrada de estrangeiros no país voltou a se configurar como um movimento crescente, com grupos advindos tanto de países desenvolvidos quanto de países pobres, principalmente da América latina. A maior projeção do Brasil no exterior, aliada às crescentes restrições à entrada de imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, provocou uma diversificação nos grupos de estrangeiros que têm optado por viver em terras brasileiras, além de atrair cada vez mais imigrantes de países vizinhos que fogem de crises econômicas e conflitos políticos. Observa-se também um aumento expressivo na chegada de imigrantes e refugiados de nacionalidades que tradicionalmente não migravam para o país. Os novos imigrantes têm enfrentado grandes dificuldades e certa desconfiança por parte dos brasileiros, principalmente aqueles oriundos de países em situação de conflitos, que são forçados a submeter-se ao trabalho precarizado e também ao preconceito de uma sociedade com forte herança escravista.

Palavras-chave: Migrações Internacionais, Brasil, Imigração, Refúgio.

¹ Socióloga, profa. Titular do Departamento de Sociologia e do PEPGCS da PUC-SP.

² Economista, doutoranda no PEPGCS da PUC-SP e mestre em Economia Política pela PUC-SP.

Abstract: Brazil is living a special cycle related to the international migration. Despite of historical records of migration cycles to Brazil, brazilians in search of better living conditions abroad has increased since late 1980. In the begining of this century, the presence of foreigners in the country, showed a growing movement, with groups arising both from developed countries and poor countries, especially from Latin America. Most projection of Brazil abroad, combined with the increasing restrictions on the entry of immigrants in Europe and the United States, led to a diversification in the foreign groups that have chosen to live in brazilian lands, as well as attract more immigrants from neighboring countries fleeing economic crises and political conflicts. It is also observed a significant increase in the arrival of migrants and refugees of nationalities that traditionally did not migrate to the country. New immigrants have faced great difficulties and some suspicion by the brazilians, mainly immigrants from countries in situations of conflict, who are forced to submit to the precarious work and also to the prejudice of a society with strong slave heritage.

Keywords: International Migration, Brazil, Immigration, Refuge.

Introdução

O crescente aumento de imigrantes internacionais no Brasil nos últimos anos indica que o tema das migrações tem se tornado mais complexo e desafiador. O número de imigrantes no mundo alcançou a marca de 244 milhões em 2015 – um aumento de 41% em relação ao ano 2000. A quantidade de migrantes totalizou 3,3% da população global, enquanto em 2000 representava 2,8% daquele total, de acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU³.

Trata-se de um tema atual, uma vez que as migrações internacionais estão hoje na pauta das discussões devido às novas dinâmicas observadas nos fluxos migratórios e à urgência na resolução das demandas que apresentam. O Brasil, a exemplo de outros países que tradicionalmente não constituíam áreas de destino migratório, hoje recebe um número cada vez maior de pessoas oriundas de países como o Haiti, Bolívia e Congo além de pedidos de refúgio de indivíduos que fogem de conflitos armados em países do Oriente Médio, África e Ásia.

De acordo com Martine (2005) o horizonte do migrante se restringe cada vez menos, à cidade mais próxima ou à capital do estado do país de origem. Seu horizonte é o mundo – vislumbrado no cinema, na televisão, nas redes de comunicação com parentes e amigos. O migrante vive num mundo onde a globalização dilui fronteiras, muda parâmetros, acena com possibilidades de mudança, amplia informações, estimula o consumo, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor.

Reconhecendo a complexidade do fenômeno migratório é necessário ter em mente, conforme argumenta Arango (2003), que quando se indaga sobre as causas é extremamente difícil proporcionar respostas gerais que possam servir para explicar a gama ilimitada de situações enfrentadas por aqueles que migram. E como se referem tanto às conjunturas mais amplas, quanto às histórias de vida, as causas das migrações são complexas e demandam conhecimentos específicos.

Segundo Patarra (2006), as novas modalidades migratórias no cenário da globalização sugerem a importância de reavaliar os paradigmas vigentes para o entendimento das migrações internacionais no mundo. A incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a necessidade de rever a própria definição de migração, no âmbito nacional e internacional.

³ Relatório publicado em 2016. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf. Acesso em: 07 de janeiro de 2016.

As migrações internacionais constituem um importante fator de mudança social no mundo contemporâneo. São as transformações econômicas, demográficas, políticas e sociais que ocorrem no seio de uma dada sociedade que fazem com que as pessoas migrem. Por sua vez, estas migrações ajudam a produzir novas mudanças, tanto no país de origem, como no de acolhimento (CASTLES, 2005).

Além do mais, a sociedade urbana, mais competitiva e cada vez menos solidária, assombrada com a barbárie que tem predominado nas relações sociais, aumentou os seus mecanismos de discriminação e de exclusão dos mais pobres. Conseqüentemente, as barreiras ao livre trânsito dos migrantes têm sido frequentes e exacerbam os mecanismos de seletividade estrutural (BRITO, 2009).

De acordo com López Cifuentes (2008), a economia se tornou mundial e com isso as fronteiras se apagaram para o capital especulativo, mas não para os seres humanos. Desta forma, crescentes segmentos da população tornam-se marginalizados e excluídos do bem-estar material. Como resultado, emerge o fenômeno de fluxos massivos de migrações forçadas, nos quais milhões de indivíduos buscam fugir não mais de perseguições políticas individuais, mas predominantemente da fome, da miséria e de conflitos armados. Para esses milhões de migrantes e refugiados, as fronteiras não desapareceram. Pelo contrário, para eles, os muros estão cada vez mais altos, principalmente as muralhas das nações mais influentes e responsáveis pelo processo de exclusão daqueles que buscam seus territórios para viver e trabalhar.

A partir da constatação de que desde a última década do século XX, com a intensificação e diferenciação dos fluxos migratórios internacionais, o Brasil se tornou um destino para muitos refugiados e imigrantes, cabe a seguinte indagação: de que forma o Brasil tem promovido a integração social destes novos imigrantes, possibilitando sua permanência e subsistência digna, sem que se tornem motivo de repúdio por parte dos brasileiros? Visando responder a essa indagação, este texto tem por objetivo elencar os principais motivos da escolha do Brasil como destino para esses novos contingentes de imigrantes; verificar as possibilidades reais de permanência, de melhoria de vida e também as limitações que encontram em nosso país; além de analisar de que forma as recentes políticas adotadas estão de fato buscando promover a inserção social dos imigrantes em solo brasileiro, respeitando suas especificidades culturais e suas raízes étnicas.

A escolha do Brasil como destino

O Brasil passa por um momento singular no que diz respeito às migrações internacionais. A crise econômica iniciada no ano de 2007 nos Estados Unidos e agravada em 2008 afetou de forma substancial a Europa e o Japão e introduziu uma maior complexidade nos eixos de deslocamento das migrações sul-americanas, especialmente no Brasil.

Importante destacar que o Brasil ainda não recebe uma quantidade tão expressiva de estrangeiros, como países da Europa e Estados Unidos. Foi, porém, crescente o contingente de imigrantes e refugiados que afluiu ao país nos últimos anos, requerendo uma maior atenção tanto das autoridades como de toda a sociedade brasileira.

De acordo com alguns autores como Patarra e Baeninger (1995), Souchaud e Carmo (2006), Patarra (2012), o fortalecimento da influência econômica e política do Brasil nas últimas décadas, ampliou o seu potencial atrativo para os migrantes internacionais. Essa influência é ainda mais forte entre os países da América Latina, o que confirma o destaque do Brasil como referência regional e faz com que cada vez mais autores, a exemplo de Patarra (2006, 2012) e Baeninger (2008), estudem como essas mudanças influenciam nos processos migratórios brasileiros.

Segundo dados do Ministério da Justiça em 2014 o número de imigrantes que solicitaram visto de permanência no Brasil dobrou em relação a 2010 chegando a 30 mil pedidos anuais. Apesar do aumento, os dados podem ainda estar subnotificados, já que só se consideram os pedidos oficiais, e muitos entram de maneira clandestina no país. Ainda de acordo com dados do CONARE – Comitê Nacional para Refugiados - somente entre os anos de 2010 e 2012, o número de pessoas que solicitaram refúgio no Brasil triplicou; ao mesmo tempo em que o número de brasileiros no exterior sofreu expressiva diminuição. Entre 2004 e 2012 a presença de brasileiros fora do país reduziu-se de 4 milhões para 2 milhões de migrantes, devido por um lado, à crise econômica presente nos principais países e destino e, por outro lado, à melhoria das condições de trabalho e emprego no Brasil, a partir dos anos 2000.

Diferentemente dos fluxos migratórios do século XIX e princípio do XX, em que os imigrantes originários do hemisfério norte eram mais desejados pelo papel que desempenhavam na “ocupação” de territórios; na atualidade, o incremento populacional, com a chegada de imigrantes é devido em grande parte à presença de pessoas provenientes do hemisfério sul, como haitianos, bolivianos, senegaleses, congolezes entre outros, com

pouca qualificação profissional ou ausência de condições de comprová-la (como no caso dos haitianos), agravada pelas dificuldades com o idioma. Em virtude disso, esses imigrantes vivenciam situações de preconceito e desconfiança, sem que haja a mediação de políticas para atenuar tais processos e facilitar a inclusão social.

De acordo com os dados produzidos por pesquisa realizada pelo OBMigra, em 2015 e durante o período 2010-2014, foi significativo o aumento das contratações dos trabalhadores estrangeiros no país, especialmente dos oriundos desses novos fluxos migratórios de sentido sul-sul. Entre o diversificado coletivo de imigrantes, os haitianos se consolidaram como a principal nacionalidade no mercado de trabalho brasileiro e os senegaleses compõem o segundo coletivo que mais admissões apresentou no ano de 2014 e no primeiro semestre de 2015 (CAVALCANTI, OLIVEIRA, TONHATI, 2015).

O mercado de trabalho formal no Brasil vem absorvendo de forma constante os trabalhadores estrangeiros de diferentes origens: sociais, geográficas e culturais. Na primeira metade da presente década, o mercado de trabalho absorveu estes trabalhadores, de acordo com seus perfis profissionais, tanto nas atividades altamente qualificadas, quanto naquelas que exigem pouca qualificação. Dada a situação de crise que afetou o país em período mais recente, é de supor que essa inserção no mercado de trabalho formal tenda a diminuir, a exemplo do que vem ocorrendo com os trabalhadores nacionais.

Segundo relatório anual 2015 do OBMigra, a partir de dados do SINCRE – Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiro da Polícia Federal e Ministério da Justiça - entre os anos de 2000 a 2014, foram concedidos 833.682 registros para estrangeiros, sendo que predominaram os vistos de temporários (58,2%) e permanentes (38,4%), com os demais 3,4% distribuídos entre provisórios, fronteiriços e asilados, sendo esses últimos com apenas três casos registrados. Outro ponto de destaque é a predominância masculina com 65,9% dos registros, contra somente 34,03% do sexo feminino (OLIVEIRA, PEREIRA e QUINTINO, 2015).

Ainda segundo a mesma pesquisa, os bolivianos tiveram o maior volume de registros permanentes concedidos (50.357, o que corresponde a 15,7% do total). A quantidade de bolivianos registrados intensificou-se a partir de 2009, demonstrando um comportamento distinto da tendência da década e sugerindo a ocorrência de um processo de regularização de bolivianos já residentes no país e que se beneficiaram do “Acordo sobre Residência do Mercosul e Países Associados”⁴.

⁴ Decreto 6.975 de 07 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm>. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

Marcando a diversidade dos fluxos migratórios recentes, que passaram a incorporar novas origens, surgem, com alguma importância, as concessões de registros para chineses, que ingressaram com mais intensidade a partir de 2008, totalizando 25.543 (8,0%) ao lado do já mencionado grupo de haitianos, cujos fluxos tornaram-se intensos a partir de 2010, com 20.892 (6,5%). Os portugueses ficaram em terceiro lugar com 21.788 (6,8%), e, junto com os italianos (16.209; 5,1%), foram os únicos imigrantes oriundos daqueles países que historicamente enviaram fluxos migratórios para o Brasil, a aparecerem com algum destaque, especialmente nos anos que se seguiram a 2009.

Excetuando-se os bolivianos, todas as demais nacionalidades tiveram incrementado o número de registros permanentes a partir do ano de 2008, período posterior à instalação da crise econômica global, que também coincidiu com a maior chegada dos brasileiros retornados (OLIVEIRA, PEREIRA e QUINTINO, 2015), fugindo da crise e atraídos pelo cenário de recuperação econômica no Brasil.

Discriminação e desafios enfrentados pelos imigrantes

Discriminação

Os fluxos migratórios criam, muitas vezes, nos governantes e na população uma série de inquietações. Os imigrantes são vistos, muitas vezes, como ameaça no mercado de trabalho, no uso dos serviços públicos e como responsáveis pelo aumento da violência. Com esta visão distorcida, os governos e, em muitos casos a própria sociedade tornam-se cada vez mais resistentes à entrada de estrangeiros e adotam como solução o estabelecimento de maiores restrições e impedimentos legais, na tentativa de “equacionar” a questão migratória vista como problema.

Os migrantes são tidos como uma ameaça também para a segurança, tendo contribuído para isso a guerra ao terror, iniciada em 2001, após os ataques às Torres Gêmeas nos Estados Unidos. Esse movimento se espalhou especialmente para a Europa que passou a endurecer suas políticas migratórias, baseando-as no combate ao terrorismo, no controle de fronteiras e nas barreiras às migrações.

No Brasil temos assistido, lido e ouvido muitas opiniões e reportagens a respeito das migrações de estrangeiros para o país. Apesar do movimento migratório para o Brasil ser novamente significativo há pelo menos três décadas, o tema agora chegou a quase todas as rodas de conversa e, especialmente, às redes sociais. De início, o fato que mais

chama a atenção no discurso da população em geral é a desconexão entre as migrações do passado (de portugueses, alemães, italianos, japoneses, libaneses, entre outros), intensas no fim do século XIX e início do século XX, e as migrações de sul-americanos, haitianos e africanos que tem ocorrido ao longo dos últimos 30 anos para o Brasil. Segundo Baraldi e Peruzzo (2015) o que mais impressiona é a desconexão não somente pelo desconhecimento histórico, mas pela ausência de reflexão e coerência sobre o assunto.

Além disso, o cotidiano dos imigrantes no Brasil enfrenta uma série de dificuldades decorrentes da ineficiência dos serviços burocráticos, do preconceito, do despreparo dos serviços e dos servidores públicos responsáveis pela garantia de seus direitos, além do desconhecimento da sociedade em geral sobre os seus direitos de cidadania.

Existe no Brasil uma proliferação de manifestações ofensivas, racistas e xenófobas dirigidas aos imigrantes e refugiados, seja com ataques à sua integridade física ou por mensagens pelas redes sociais, principalmente destinadas aos negros, africanos e sul-americanos. Infelizmente, os imigrantes que sofrem discriminação e preconceito vivem em situação de alta vulnerabilidade e, em muitos casos, sofrem violações de direitos. Devido sua condição irregular no país, muitos evitam procurar a Polícia, o Ministério Público ou os Consulados por temerem sofrer represálias ainda mais graves.

Um exemplo da discriminação e preconceito sofridos por estes imigrantes é o caso do frentista haitiano que foi vítima do crime de preconceito e discriminação, em 2015 na cidade de Canoas-RS, cujo vídeo se disseminou pela internet⁵. Neste caso específico um escrivão de polícia ao tomar conhecimento do vídeo – como muitos cidadãos tomaram – teve a iniciativa de lavrar um boletim de ocorrência, dando início à investigação pelo crime de discriminação ou preconceito em razão da procedência nacional, tipificado na Lei contra o Racismo nº 7.716 de 05/01/1989. Contudo, isso não é o que ocorre na maioria das vezes e a maior parte dos casos passa despercebida, sem que as autoridades tomem as devidas providências legais.

Desafios e obstáculos

Informações obtidas em pesquisa recente realizada pelo IPEA em conjunto com o Ministério da Justiça (2015), permitiram detectar as maiores dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no Brasil, destacando-se como as quatro principais: o idioma, a documentação ou a ausência dela, o acesso à informação e ao mercado de trabalho formal.

⁵ Informação disponibilizadas no canal de notícias da Rede Bandeirantes – Band.com. Disponível em <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000755057/video-mostra-homem-humilhando-frentista-haitiano.htm>>. Acesso em 15 de março de 2016.

Além das dificuldades acima, a pesquisa também constatou:

- ✓ a necessidade de uma coordenação das ações dos diferentes órgãos públicos no que se refere à questão migratória;
- ✓ a urgência da implementação de diretrizes centralizadas que possam guiar e dar certa uniformidade às medidas de atendimento e proteção aos imigrantes;
- ✓ o desenvolvimento de uma perspectiva de proteção integral ao imigrante, que contemple tanto direitos migratórios como direitos humanos;
- ✓ o incremento dos recursos, tanto humanos quanto financeiros, para a implementação de políticas migratórias e para facilitar o acesso dos imigrantes aos serviços públicos;
- ✓ a capacitação dos diferentes agentes que trabalham com a questão migratória em temas relacionados aos direitos humanos e migrações.

A pesquisa ainda aponta para a falta de preparo dos atendentes de órgãos públicos, especialmente porque 74% dos imigrantes ouvidos durante a referida investigação alegaram ter sido alvos de discriminação nesses locais. Outro ponto de destaque é que os resultados mostraram a necessidade de revisão do marco normativo migratório no Brasil, especialmente para incorporar e se adequar aos padrões internacionais e regionais de proteção aos imigrantes e a seus direitos humanos, para que este marco normativo se construa a partir de uma abordagem pautada no respeito aos direitos humanos.

A Questão dos Refugiados

Nas últimas décadas, o deslocamento de refugiados cresceu e assumiu dimensões mundiais. Em 2013, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR - anunciou que os deslocamentos forçados afetavam 51,2 milhões de pessoas, o número mais alto registrado desde a Segunda Guerra Mundial. Contudo, em 2014, esse número chegou a impressionantes 59,5 milhões, com um aumento de 8,3 milhões de pessoas forçadas a se deslocarem em virtude de conflito, em apenas um ano. Desse total os refugiados representaram cerca de 19,5 milhões e a população de apátridas⁶ foi estimada em cerca de 10 milhões de pessoas⁷.

⁶ Apátridas são aqueles que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países (ACNUR, 2016, p. 10)

⁷ Dados disponibilizados pela ACNUR. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

A Turquia tornou-se o maior país de hospedagem de refugiados em todo mundo, com 1,6 milhões de refugiados, seguido pelo Paquistão (1,5 milhões), Líbano (1,2 milhões) e a República Islâmica do Irã (1,0 milhão). Mais da metade dos refugiados, 53% de todos os refugiados em todo o mundo, vieram de apenas três países, a saber, República Árabe Síria (3,9 milhões), Afeganistão (2,6 milhões) e Somália (1,1 milhões) (UNITED NATIONS, 2015).

Diante de números tão impressionantes, o mundo vive hoje um turbilhão de sentimentos e reações no que diz respeito aos refugiados. A discriminação e a xenofobia estão entre os maiores desafios de proteção aos solicitantes de refúgio e aos refugiados, principalmente em áreas urbanas.

Os migrantes internacionais vivem fora de seus países de origem mas, ao contrário dos refugiados, escolhem viver no exterior por motivos econômicos ou de ordem individual, e não para salvar suas vidas ou garantir a liberdade de direitos, ainda que muitos tenham sido obrigados a migrar por estarem em condições precárias. Os refugiados e migrantes são cada vez mais confundidos entre si, tratados com desconfiança e, muitas vezes, preconceito e intolerância. Os sistemas de proteção internacional estão sob intensa pressão. Em muitos países, os controles de fronteiras estão cada vez mais rigorosos, com o intuito de melhorar a segurança interna e impedir a entrada de imigrantes em situação irregular.

Comparado a outros países, o Brasil não recebe um número elevado de refugiados. Ao final de 2015, o país registrava uma população de pouco mais de 8.500 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro, provenientes de cerca de 80 diferentes nacionalidades, e concentrada, principalmente, nos grandes centros urbanos (ACNUR, 2016).

A maioria da sociedade brasileira os aceita, acreditando que seja possível fazer algo para ajudá-los, mesmo diante do momento crítico enfrentado pela economia e pela política. Ainda assim, apesar do Brasil ser internacionalmente reconhecido como um país acolhedor, por sua capacidade de abrigar diferentes culturas, os refugiados encontram muitas dificuldades para se integrar à sociedade brasileira. Geralmente, os obstáculos iniciais estão relacionados ao idioma português e às questões culturais, além dos problemas comuns aos brasileiros que também são enfrentados pelos refugiados, como dificuldades no mercado de trabalho, ao acesso à educação superior e aos serviços públicos de saúde e moradia. Além disso, o preconceito existente, antes disfarçado, deixou de ser tímido e passou a se manifestar de forma aberta e hostil.

O Brasil tem compromissos internacionais assumidos de proteção a refugiados desde 1960 e foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados e a promulgar, em 1997, uma Lei Nacional de Refúgio, a Lei 9.474/97, assumindo posições favoráveis ao recebimento de refugiados que passaram a ter o reconhecimento e garantia de direitos específicos, de acordo com suas necessidades. Segundo Soares e Baeninger (2009) ao lado da Argentina e Chile, o Brasil despontou, após o processo de redemocratização, como um dos mais importantes no tocante à admissão de refugiados.

Em 1984, diversos países da América Central e do Caribe reuniram-se em Cartagena das Índias (Colômbia) para debater os problemas legais e humanitários que afetavam as pessoas em situação de refúgio na América Latina. Deste encontro, resultou a Declaração de Cartagena sobre Refugiados, considerada um marco para o trabalho humanitário em toda a América Latina e Caribe.

Em comemoração ao 30º aniversário da Declaração de Cartagena, o Brasil sediou o evento Cartagena+30, que promoveu um diálogo regional sobre questões de refúgio, apatridia e migrações com diversos países e a sociedade civil da América Latina e do Caribe. As 30 delegações que participaram se comprometeram a erradicar a apatridia até 2024, tornando a América Latina e o Caribe a primeira região a responder ao apelo global que tem sido feito pelo ACNUR. Os países reafirmaram que todas as pessoas têm direito a uma nacionalidade e que a apatridia constitui uma violação dos direitos humanos.

Em dezembro de 2014, foram adotadas a Declaração e o Plano de Ação do Brasil, onde novas metas e ações concretas foram estabelecidas para o desenvolvimento regional do tema durante a próxima década, com base nos últimos resultados e avanços. Este marco reforçou mecanismos de proteção regional, como a Declaração de Cartagena, de 1984, a Declaração de São José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas (1994), a Declaração e o Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina (2004) e a Declaração de Brasília sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Apátridas (2010).

Perspectivas e possibilidades reais de permanência

Frente às perspectivas que atualmente se apresentam aos imigrantes, conforme afirmam Assis, Dias e Siqueira (2010), o projeto migratório tem assumido cada vez mais um caráter transitório, tendo como meta principal a obtenção de ganhos financeiros no lugar de destino, para viver em melhores condições no país de origem.

De acordo com relatos dos próprios imigrantes é possível concluir que o aumento da procura pelo Brasil como destino, não significa que eles queiram se estabelecer definitivamente no país. Na verdade, o imigrante que tem chegado ao Brasil em período recente não tem a intenção de ficar. Ele, na verdade, vem em busca de trabalho e quando consegue reunir alguns recursos, externa o desejo de voltar ao seu país de origem.

É o caso do haitiano Widlet Alcine, 22 anos. No Brasil desde 2011, ele veio à procura de uma vida melhor. Para conseguir vir para o Brasil, o imigrante teve que ficar longe de sua esposa e da sua filha durante dois anos. Antes de chegar ao Brasil, Alcine passou por vários lugares como República Dominicana, Equador e Peru. No Brasil, chegou a morar no Rio de Janeiro, mas diz que prefere São Paulo. O imigrante tem o sonho de ser advogado e conta que, apesar de sua vida no país ser melhor do que era no Haiti, não pretende ficar:

Sinto falta do meu país, mas lá estava muito difícil de trabalhar e poder ter um padrão melhor”. Eu falava com elas (esposa e filha) todos os dias, mas foi muito difícil ficar longe e eu tive que trabalhar muito até poder trazer elas para cá. A vida é assim, se eu achar que não tenho condições de ficar no Brasil, vou embora com a minha família⁸.

Existem também os casos em que os imigrantes e refugiados demonstram a intenção de ficar no Brasil, desde que os problemas enfrentados sejam resolvidos como é o caso do congolês Pitchou, refugiado no Brasil há quatro anos, que aponta a falta de documentação e a moradia como os principais problemas enfrentados pelos refugiados e imigrantes na cidade, tornando-os vulneráveis:

Estamos lutando muito para conseguir futuramente moradia definitiva e resolver outros problemas. As pessoas falam de trabalho escravo, mas não falam o que gera isso, que é a falta de moradia e documentação. Se resolvermos pelo menos esses dois problemas, a vida vai ficar melhor para os estrangeiros que vivem no Brasil e para os que chegarem no futuro⁹.

⁸ Entrevista disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-09-17/em-quatro-anos-dobram-pedidos-de-entrada-de-imigrantes-no-brasil.html>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

⁹ Entrevista disponível em: <<http://caminhosdorefugio.com.br/moradia-e-documentacao-desafios-diarios->

Segundo relato de alguns imigrantes o Brasil é um país **que atrai os estrangeiros** pelo estilo de vida de algumas cidades brasileiras, pela exuberância do país e pela perspectiva de viver em um Brasil em ascensão. Entretanto os problemas quotidianos são muitos e dificultam a permanência dos estrangeiros em terras brasileiras.

O escritor português Hugo Gonçalves que chegou em 2011 ao Rio de Janeiro, foi atraído pelo estilo de vida da cidade e pelo distanciamento do clima de melancolia e desesperança que predominava em Portugal com a crise econômica. Contudo, o encantamento gradualmente foi vencido pelas dificuldades do dia a dia e pelas mudanças no cenário político e econômico do país, desconstruindo aquele otimismo, que, assim como a Gonçalves, atraía uma nova onda de imigrantes europeus para o Brasil nos anos do boom – tão bem simbolizado pela capa da revista britânica *Economist*¹⁰ com o Cristo Redentor decolando do Corcovado.

A capacidade do Brasil de atrair os recentes imigrantes está diretamente relacionada à possibilidade de mantê-los aqui. E, assim como na experiência do português Hugo Gonçalves, que resolveu retornar a seu país em 2015, a espanhola Maite Nef Moreno demonstra ser algo longe de acontecer automaticamente. Ela chegou ao Rio de Janeiro em 2012 para trabalhar em uma empresa multinacional, fazendo parte de um grupo de cerca de 50 estrangeiros que a empresa buscou para trabalhar no Brasil, vindos de países como México, Portugal, Chile, Espanha. Sua principal queixa é sobretudo o choque cultural no ambiente de trabalho e a grande dificuldade em trabalhar numa empresa onde é responsável por uma equipe de 14 pessoas¹¹.

Do grupo de 50 estrangeiros com os quais chegou, Maite estima que 70% já tenham retornado, e acha que só uma ou duas pessoas vão ficar no longo prazo, pois segundo ela o país não convida a ficar.

Há uma crise econômica de volta e não dá para ter uma boa expectativa de crescimento. E acho que o pior ainda está para vir. Depois da Olimpíada ainda vai ser muito pior. Todo país tem uma crise depois da Olimpíada, diz ela, natural de Barcelona, que sediou os jogos em 1992.

enfrentados-por-refugiados-e-imigrantes-em-busca-de-uma-vida-digna/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

¹⁰ Revista especializada em economia. Reportagem sobre o Brasil – “Brazil takes off” de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/14845197>>. Acesso em 19 de março de 2016.

¹¹ Entrevista concedida à BBC Brasil no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_imigracao_brasil_jc>. Acesso em 19 de março de 2016.

A outra grande reclamação dos imigrantes é comum tanto a estrangeiros quanto a brasileiros: os trâmites burocráticos que desafiam os limites da paciência e a dificuldade de resolver as coisas de uma única vez. Constatações como a agressividade latente na sociedade; sem citar somente o fato da violência, mas a agressividade das pessoas, por exemplo, no trânsito, e principalmente a grande dificuldade de resolver os pequenos problemas do dia-a-dia, acabam minando a paciência daqueles que vêm de longe. Todas estas questões fazem com que muitos dos imigrantes que vieram para o Brasil, principalmente nos últimos anos, queiram retornar para seus países de origem ou tentar a vida em outros países.

O Estado Brasileiro e as Recentes Mudanças nas Políticas Migratórias

O Brasil vem passando por uma série de mudanças em termos de desenvolvimento econômico, social e participação política no cenário internacional. Isso tem levado o país a uma crescente demanda por alterações tanto das ações como das políticas para lidar com a presença de imigrantes, que vem crescendo de maneira considerável nos últimos anos.

Conforme coloca Reis (2004), promover análises sobre a atuação do Estado junto à questão migratória internacional não significa colocá-lo como agente único ou até mesmo mais importante para a existência e continuidade desses fluxos. No entanto, ele, por meio de políticas de imigração e cidadania, é um importante fator explicativo no processo de formação dos fluxos e ajuda a moldar a forma que esses fluxos adquirem.

A política migratória adotada no Brasil é alicerçada na Lei 6.815 de 1980 – Estatuto do Estrangeiro, acervo autoritário herdado da ditadura civil-militar, que dá ao Estado total discricionariedade sobre a condição do estrangeiro. O resultado é que a política migratória continua intimamente ligada às políticas de segurança, uma vez que o imigrante é visto como uma ameaça à segurança e a paz pública, reforçando a visão securitária sobre as migrações. Torna-se necessário e urgente alterar essa visão, com a adoção de uma política baseada nos direitos humanos dos migrantes.

Na região das Américas, o Brasil tem uma legislação de refúgio considerada moderna (Lei 9.474/97) por adotar um conceito ampliado para o reconhecimento de refugiados, além das situações previstas nas convenções internacionais. Este conceito inclui a luta contra a violação generalizada de direitos humanos e circunstâncias que

representem uma grave perturbação da ordem pública. A responsabilidade de proteção e integração de refugiados é, primariamente, do governo brasileiro. No território nacional, o refugiado pode obter documentos, trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos civis que qualquer cidadão estrangeiro em situação regular no Brasil.

Em maio de 2015, a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, aprovou o Projeto de Lei 288/2013, que institui uma nova Lei de Migrações no Brasil. O texto final do Projeto de Lei traz, como princípios norteadores da política migratória brasileira, o repúdio à xenofobia, a não criminalização da imigração, a acolhida humanitária e a garantia de reunião familiar. Além disso, incorpora três princípios gerais dos direitos humanos: interdependência, universalidade e indivisibilidade, como parte dos direitos humanos dos imigrantes. Prevê ainda um conjunto de direitos e garantias, como amplo acesso à justiça e a medidas que propiciem a integração social; garantias essas inexistentes no Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 2013).

O projeto reduz a burocracia na concessão de vistos no Brasil para investidores, estudantes e acadêmicos. A proposta desburocratiza o deslocamento de “residentes fronteiriços”, que trabalham no Brasil, mas conservam residência no país vizinho. O texto aprovado também protege o apátrida e estende a possibilidade de concessão de visto humanitário ao cidadão de qualquer nacionalidade. Com uma resolução de 2012, o governo brasileiro concedeu esse benefício aos haitianos, que sofreram com um terremoto no país dois anos antes. Como eles não se enquadravam nas possibilidades de concessões de refúgio — por não serem vítimas de perseguições políticas ou oriundos de nações em guerra civil —, essa categoria especial foi aberta. De acordo com o projeto da Lei de Migração, o benefício agora “poderá ser concedido ao natural de qualquer país em situação reconhecida de instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidades de grandes proporções e de graves violações dos direitos humanos”.

O projeto trata de assuntos como a situação documental do imigrante; registro e identidade civil; controle migratório; repatriação, deportação e expulsão; opção de nacionalidade e naturalização; direitos do emigrante brasileiro; medidas de cooperação, como extradição, transferência de execução de pena e transferência de pessoas condenadas; e infrações e penalidades administrativas.

Além disso, tipifica como crime a ação de pessoas que promovam a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro. Facilita a acolhida de estrangeiros originários de nações em guerra ou com graves violações dos direitos humanos, garantindo a concessão de visto temporário para quem buscar asilo no Brasil.

Considerações Finais

A maior projeção do Brasil no exterior, aliada às crescentes restrições à entrada de imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, têm provocado uma diversificação nos grupos de estrangeiros que optam por viver em terras brasileiras. Além de atrair cada vez mais imigrantes de países vizinhos que fogem de situações de crise econômica, também há um aumento expressivo na chegada de imigrantes e refugiados de nacionalidades que tradicionalmente não migravam para o país. Os novos imigrantes têm enfrentado grandes dificuldades e certa desconfiança por parte dos brasileiros. É o caso, principalmente, daqueles originários de países pobres e em situação de conflito, como os africanos e os haitianos, que se inserem de maneira precária no mercado de trabalho, além de sofrerem o preconceito de uma sociedade com forte herança escravista.

Quanto às políticas adotadas, desde 2015 foram tomadas várias medidas com o intuito de facilitar a entrada de estrangeiros, principalmente no que dispõe sobre a concessão de visto especial, por razões humanitárias, como é o caso das pessoas afetadas pelo conflito armado na República Árabe Síria. Contudo, estas e outras medidas ainda são insuficientes para atenderem de maneira eficaz às necessidades imediatas dos imigrantes, como por exemplo, as que se referem à questão do emprego formal, da moradia digna, da aprendizagem da língua, além do combate ao preconceito e à desconfiança.

A realidade é que para aqueles que chegam sobram os deveres, quase sempre mais pesados do que os direitos que conseguem obter em terras brasileiras.

Referências

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Protegendo refugiados no Brasil e no mundo. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/ProtegendoRefugiados_no_Brasil_e_no_Mundo_2016.pdf?view=1> Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

ARANGO, Joaquín. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. **Migración y Desarrollo**, México, v. 1, Oct. 2003.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; DIAS, Carlos Alberto; SIQUEIRA, Sueli. As múltiplas faces do retorno à terra natal. **Cadernos de debates refúgio, migrações e cidadania**, Brasília, v. 5, n. 5, nov. 2010.

BAENINGER, R. A. O Brasil na rota das migrações internacionais recentes. **Jornal da Unicamp**, Campinas, n. 226, 25-31 ago. 2003. Disponível em: <[http:// www.unicamp](http://www.unicamp).

br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2003/ju226pg2b.html>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

BAENINGER, R. A. O Brasil no Contexto das Migrações Internacionais na América Latina. In: BAENINGER, R. A.; BRITO, F. (Orgs.). **População e Políticas Sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. 1ª edição. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), v. 1, p. 248-265. 2008.

BÓGUS, L. M. M. Globalização e Migração Internacional: O Que Há de Novo Nesses Processos? In: EUDC. (Org.). **DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 165-174.

BÓGUS, L.M.M. Apátridas do Século XXI: Desafios atuais na Fronteira do Haiti e República Dominicana. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**. V4, 137-149, 2015.

BARALDI, Camila B.F. e PERUZZO, Pedro P. Imigração + preconceito e discriminação = crime. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://justificando.com/2015/06/30/imigracao-preconceito-e-discriminacao=-crime>>/. Acesso em: 08 de fevereiro de 2016.

BARCELLOS, Tanya Maria Macedo de. Migrações no Brasil: considerações sobre o período recente. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p. 251-256, jan. 1996.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**, Brasil 2000. Brasília: CNPD, 2001.

BASSANEZI, Maris Silva C. Beozzo. Migrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Estatuto do estrangeiro e regulamentação**. Brasília: Senado, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 288**. Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil, 2013

BRITO, F. As Migrações internas no Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. In: **Textos para discussão**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. n. 366.

CAMPOS, Marden Barbosa de. Estimativas de migração internacional no Brasil: os velhos e os novos desafios. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CARVALHO, José Alberto Magno de; CAMPOS, Marden Barbosa de. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, n.57, p. 55-58, 2006. Disponível em: <<http://www.scientificcircle.com/pt/86628/variação-saldo-migratório-internacional-brasil/>>. Acesso em:

CASTLES, Stephen. Migración internacional a comienzos del siglo XXI: tendencias y problemas mundiales. **Revista internacional de ciencias sociales**, Washington, n. 165, p. 17-32, 2000.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The age of migration**. New York: Guilford Press, 2003.

CASTLES, S. **Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios. Dos Trabalhadores convidados às Migrações Globais**. Fim de Século, 2005, p. 7 – 73. DIETRICH, Ana Maria (Org.). Imigrantes: eles fizeram o Brasil. **Revista História Viva**, São Paulo, v. 11, n. 97, 2011.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (orgs.). **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Relatório Anual 2014. Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2014.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (orgs.). **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Relatório Anual 2015. Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA (CELADE) – DIVISIÓN DE POBLACIÓN DE LA CEPAL. **Banco de Datos CELADE, Proyecto IMILA, Brasil 2000**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/celade/migracion/imila/seleccion.asp?parametro=BR00|R|BRASIL%202000>>. Acesso em .

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: migração e deslocamento - resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração - resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Cadernos de debates refúgio, migrações e cidadania**, Brasília, v.5, n.5, 2010.

INTERNATIONAL MIGRATION INSTITUTE. **Para uma nova agenda de investigação sobre as migrações internacionais**. Oxford: University of Oxford, 2006. Disponível em: <<http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/IMI%20Agenda%20de%20investigacao%20.pdf/view>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Migrantes, apátridas e**

refugiados : subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil / Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. - Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) : IPEA, 2015. 169p. : il. color. -- (Série pensando o direito; 57)

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de Imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Núria Fabris Eds., 2009.

LÓPEZ-CIFUENTES, J. Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua relevância para migrantes e refugiados. In: **Caderno de Debates Refúgio, Migração e Cidadania**. v. 3, n.3 (novembro de 2008). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. Anual – ISSN 1984-2014.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, 2005.

MASSEY, Douglas S. et al. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of millenium**. Oxford: New York: Clarendon Press, 2009.

OLIVEIRA, Antonio T.R.de, PEREIRA, Felipe e QUINTINO, Felipe. O Sistema Nacional de Cadastramento de registro de estrangeiros (SINCRE) e a Migração Regular no País.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (orgs.). **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Relatório Anual 2015. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. OBMigra: Brasília, DF, 2015.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra: Assembleia Geral das Nações Unidas, 28 de julho de 1951. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convenção_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Perfil migratório do Brasil 2009**. Brasília: OIM, 2010.

PATARRA, Neide L.; BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes: o Mudanças no Saldo Migratório Internacional do Brasil...caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

PATARRA, Neide Lopes. (Coord.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. São Paulo: FNUAP, 1996.

_____. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.3, p. 23-33. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scientificcircle.com/en/1567/international-migrations-the-Brazil-contemporary-volume-flow/>>. Acesso em: 7 março de 2016.

_____. (Org). **Emigração e imigração internacionais no Brasil**

contemporâneo. Campinas: FNUAP. 2 ed. 2006.

_____. Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. In: **Revista Estudos Avançados** 20 (57), 2006.

_____. O Brasil: um país de emigração? In: **Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**. Nº 09, ano 03. P. 6-18, 2012.

PÓVOA NETO, H. e SPRANDEL, M. A. Os objetivos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a política migratória brasileira. In: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Fundo de População das Nações Unidas FNUAP (Org.). **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. 1ª ed. Campinas: ABEP, UNFPA, 2009, v. 1, p. 303-326.

REIS, Rossana R. **Soberania, direitos humanos e migrações internacionais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo-SP, v. 19, p. 149-163, 2004

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v. 48, p. 167-235, 1885.

REIS, Rossana Rocha. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, 2011.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. **Reflexões sobre os sistemas de Migração Internacional**: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. Belo Horizonte: UFMG; CEDEPLAR, 2005.

RIOS-NETO, Eduardo L. G. **Managing migration: the brazilian case**. Belo Horizonte: UFMG; CEDEPLAR, 2005.

SÁNCHEZ BARRICARTE, Jesús Javier. **Socioeconomía de las migraciones em un mundo globalizado**. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 2010.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Artmed: Porto Alegre, 2010.

SOUCHAUD, S e CARMO, R. L. Migração e mobilidade no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. In: **XV Encontro nacional de estudos populacionais**. Caxambu, p. 1-17, 2006.

SOLIMANO, Andrés; TOKMAN, Victor. **Migraciones Internacionales en um contexto de crecimiento económico**: El caso de Chile. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2006.

UNITED NATIONS. **International Migration Report 2015: Highlights**, (ST/ESA/SER.A/375). Department of Economic and Social Affairs, Population Division., 2016.

VENTURA, Deisy; ILLES, Paulo. Qual é a política migratória do Brasil? **Le Monde Diplomatique Brasil**, Curitiba, v. 5, n. 56, p. 34-35, mar. 2012.

VIEIRA, Camila da Silva. **A cidade do Rio de Janeiro no contexto das migrações internacionais contemporâneas**: o exemplo dos equatorianos no comércio de rua – 2013. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2013.

Sujeito, Estado e mobilidade na migração: cidadania, conquista e liminaridade no caso de Poços de Caldas (BR) e Mount Vernon (NY)

Gabriela Acerbi Pereira¹

Resumo: Este trabalho é uma reflexão sobre a dinâmica e novos fluxos das migrações contemporâneas, com foco etnográfico na região de Poços de Caldas - MG e a relação que a cidade desenvolveu com Mount Vernon, distrito de Nova York, desde 1990. Direciona-se às experiências de e/imigrantes poços-caldenses, considerando trajetórias e particularidades do movimento migratório na região e abordagem antropológica. As políticas sociais de gestão dos fluxos migratórios e relações estabelecidas entre sujeitos e Estado são revistas a partir do contexto contemporâneo, cruzamento de fronteiras, trabalho, cotidiano dos indocumentados, defesa de território nacional, políticas de regulamentação de travessias, residência, redes de sociabilidade entre os e/imigrantes, discurso midiático e narrativas que constituem as experiências dos que partiram e retornaram. Baseia-se nas contribuições de Michel Foucault, Giorgio Agamben, Judith Butler, Gayatri Skpivak, G. Deleuze e F. Guatarri, pensando a relação entre agentes, Estado e mobilidade.

Palavras-chave: Migração; Estado; Emigrantes brasileiros; Fluxos contemporâneos; Estados Unidos.

¹ Mestranda em Ciências Sociais pela PUC – SP. E-mail: gabiacerbi@gmail.com

Abstract: This paper is a reflection about dynamics and new streams of contemporary migrations, focusing on the ethnographic study conducted in Poços de Caldas, south of Minas Gerais and the relationship that has developed with Mount Vernon, NY's district, since the late eighties. The study has focus in experiences of immigrants from Poços de Caldas, considering trajectories and particularities from migratory movements and anthropological approach. In research, social policies for managing migration flows and relations between subject and state are reviewed considering the contemporary context, crossing borders, work and daily life of "indocumentados", defense of national territory, regulatory policies of crossings and residence, building social networks among immigrants, the media discourses about local migration and especially narratives from individual experiences of person who had departed and returned to Poços de Caldas.

Keywords: Migration; State; Brazilian emigrants ; Contemporary flows; U.S.

Introdução

As questões apontadas nesse artigo tomam como ponto de partida uma sequência de eventos reunidos na pesquisa de campo do trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina, entre agosto de 2013 e outubro de 2014, a partir das experiências, narrativas e do conjunto de análises das ações institucionais que envolveram o curioso contexto migracional entre a cidade de Poços de Caldas, localizada ao sul de Minas Gerais e a região de Mount Vernon (NY), nos Estados Unidos. Considerando desdobramentos políticos, sociais e culturais do processo de migração, atenta-se para a relação entre sujeitos migrantes e o Estado, repensando os efeitos e novas configurações promovidas pelos sistemas de regulamentação da migração, sua relação com processos de garantias de direitos e o significado de categorias como *território, cidadão, nação e cidadania*.

Ao acompanhar as experiências narradas² e informações noticiadas³ sobre os eventos da migração em Poços de Caldas, os processos de regulamentação, fiscalização dos fluxos e formas de manutenção da vida desses imigrantes em Mount Vernon ganharam destaque, principalmente a partir dos relatos associados à maneira pela qual cada um deles se inseriu no destino final e se relacionou com as instituições. Esses fatores promoveram implicações diretas na construção da imagem do migrante que, ao narrar suas impressões sobre a dinâmica das políticas migratórias, expôs também aspectos particulares da cidade mineira. Um exemplo é o *Ato de Irmanação* entre a cidade de Poços de Caldas e o distrito de Mount Vernon, NY, decretado em 2005 pela Lei 8191/05, e também o fato da cidade sediar em uma das salas da Unidade de Atendimento Integrado (UAI)⁴ do Estado de Minas Gerais a central da ONG BAE (Organização Não Governamental Brasileira de Apoio ao Emigrante). Há também a presença de um programa de TV com mais de vinte anos no canal local destinado a acompanhar e retratar a vida dos imigrantes fora do Brasil. Esses fatores introdutórios

² Devido a redução do Trabalho Final para este Artigo simplificado, os capítulos destinados a análise das entrevistas e detalhamento das experiências particulares de cada entrevistado não serão apresentados, assim como o detalhamento do trabalho de campo e da coleta de dados. A versão completa, assim como a transcrição das entrevistas podem ser consultados no material completo através do Banco Digital da Universidade Federal de Santa Catarina.

³ O trabalho de campo conta com a sistematização de um quadro contextual com 48 notícias (referência e data) divulgadas por canais de informação digitais e impressos, historicamente organizados e associados a migração e a cidade de Poços de Caldas.

⁴ Instituição governamental do Estado de Minas Gerais responsável pela emissão de documentos como carteira de trabalho, identidade e CPF. No segundo capítulo desse trabalho a atuação da instituição será explorada

permitiram avanços na investigação das reconfigurações culturais e políticas de ambas regiões, provenientes das migrações e situadas em um contexto contemporâneo, anexadas aos movimentos que se consolidaram desde o final de 1950 enquanto novos movimentos internacionais de populações (ASSIS, 2007, p.695), de maior diversidade étnica, de classe e também de gênero, além de novas e múltiplas relações estabelecidas entre a sociedade de destino e a de origem, num aspecto transnacional (ASSIS, 2007, p.695).

A pesquisa dá destaque às particularidades locais, à percepção do migrante enquanto um agente na própria mudança e às redes de regulamentação e controle que o envolvem e que envolvem suas intenções migratórias. Além de uma breve retomada da *migração* enquanto um campo de estudos sociais, considerando os Estados Unidos enquanto uma região de confluência de experiências e políticas de controle dessas experiências, situou-se especificidades do objeto escolhido, contextualizando a cidade de Poços de Caldas na trama e na vida do migrante em relação às políticas de acolhimento e de contenção. Nesse processo, percepções, percursos e experiências de sujeitos e elementos que circulam na rota Poços de Caldas – Mount Vernon foram analisados com o intuito de produzir uma balaço analítico do quadro desenhado, associando-se às questões da mobilidade, direitos migratórios, conquista da cidadania e a categoria cidadão.

Migração enquanto exercício de mobilidade e de regulação

Ao optar pelo tema da migração e pelas experiências de um caso específico de um grupo que tem em comum o lugar de origem e a mudança para os Estados Unidos, observa-se que as políticas de regulamentação vão se alterando e criando novas formas para lidar com conexões que se estabelecem no cruzamento e de na política de fronteiras. Nesse sentido, a migração enquanto um exercício de mobilidade é um movimento associado aos sistemas de garantias de direito, do ir e vir, tornando-se campo de disputas e relações de poder que é atravessado por tensões associadas à atuação do Estado e agenciamentos possíveis nesse Estado.

A discussão em torno da migração esbarra nas discussões políticas associadas à vida, aos controles que se pode ter ou não sobre essa “vida” e aos lugares de ação dentro dos sistemas de regulação. Retomando Foucault (2009) e a ideia de *governamentabilidade*, os movimentos migratórios, clandestinos ou não, relacionam-se com os Estados das nações de origem e de destino, fazendo desses espaços lugares de ação onde um conjunto de práticas se constroem, empoderamentos e desagenciamentos se expressam, e

modos de subjetivação e assujeitamento são partilhados. Constantemente, as formas de receber, coordenar, invisibilizar, reconhecer e regular a vida dos sujeitos em fluxo, se alteram dependendo das forças que estão em jogo e dos interesses que as acompanham, numa ideia de reconhecimento ou ocultamento de reconhecimentos:

“Clandestinos”, “sem documentos”, são palavras ou expressões que revelam um tipo à parte de certas categorias de imigrados, mas contrariamente ao que sugerem essas palavras e essas expressões, a existência delas é, com frequência, conhecida oficialmente. Simplesmente, ela não é reconhecida. Os clandestinos distinguem-se do início dos outros imigrados pela negação em torno de sua existência. A categoria geral da imigração é inteiramente atingida por essa precariedade do estatuto. A qualidade de imigrado “oficial” não é uma segurança absoluta contra a transitabilidade na clandestinidade: um visto de turismo tem uma duração limitada, um visto de permanência também, as leis sobre imigração podem mudar em função da conjuntura política e econômica. (AUGÉ, 2010, p.50)

Os “clandestinos” são mais que isso: eles trabalham sem ser declarados; eles representam todos os perigos (mas, para seus empregadores, todas as vantagens) da deslocalização. Em todo caso, alguns dentre eles. Do desempregado ao trabalhador clandestino é apenas um passo. Assiste-se então à dissolução das categorias, ainda mais facilmente quando as diversas camadas da população se ignoram, mesmo se elas se acotovelam nos grandes centros comerciais ou nos transportes públicos das megalópoles. (AUGÉ, 2010, p. 62)

Atualmente, outras preocupações e tensões passam a compor o campo de forças que constitui o cenário dos fluxos internacionais, sendo possível reconhecer a intensificação das formas de controle e práticas coercitivas de segurança a partir de discursos de urgência (AGAMBEN, 2004) na forma de políticas de proteção restritivas, articuladas à defesa do Estado, território e à chamada Soberania Nacional. Com o prolongamento das relações transnacionais e intensificação da desterritorialização, concepções de nação, pertencimento, identidade e nacionalismos vão se expandindo e dando legitimidade para que os Estados tomem decisões para confrontar e subordinar as decisões e planos individuais dos sujeitos que decidem migrar. Nesse contexto, como observa Appadurai (2004) certas crises e desequilíbrios avançam sobre as estruturas dos Estados, principalmente a partir do momento em que essas alterações atingem diretamente os sistemas de controle e coerção, alterando lugares onde a soberania do Estado, aparentemente intacta, passa a ter como incerta sua legitimidade. (APPADURAI, 2004, p.36).

Sobre controles da cidade por parte das instituições, temos o fluxo migratório e a atuação dos sujeitos enquanto ameaças que disseminam tal hibridez, aumentando esforços dos Estados para demarcar e controlar sujeitos que avançam para suas áreas de maneira pulverizada e dinâmica, num contexto de fragmentações. Ainda assim, temos um cenário que aglutina uma série de políticas sociais coercitivas para regular garantias e proteções aos Estados-nações, subsidiando passantes e mediando desejos e projetos individuais associados à mobilidade. Um sistema que controla a partir da expedição dos passaportes, da liberação dos vistos, da checagem de dados a cada travessia de fronteira, da autenticação de documentos, da criação de números de registros, do controle de bagagens, (o que se leva e também o que se traz de volta), do “lançamento no sistema”, da verificação e exigência do pagamento de seguros de saúde, da fiscalização e vigilância dos consulados, embaixadas, leis de cotas de visto e até mesmo a partir da possibilidade de negação dos pedidos de entrada, com a deportação e com a prisão dos e/imigrantes indesejados, indocumentados, clandestinos.

Nesse sentido, temos a necessidade de refletir sobre o processo de globalização e os “encontros” contemporâneos entre indivíduos e o Estado (TROUILLOT, 2001), uma presença governamental que é profunda na vida das pessoas, que impõe regimes à formação social e que pode ser percebida nos efeitos que causa cotidianamente. Temos uma rede inscrita por técnicas aptas a exercer governo na constituição dos modos de ser dos sujeitos (FOUCAULT, 2010 a, p.5) e que também trafega no campo das migrações por meio de práticas comunicativas, políticas, narrativas, linguísticas, representativas, históricas, de ensino e do saber (AGAMBEN, 2009) detendo exercício de *governamentalidade* (FOUCAULT, 2010a) no seu status de *dispositivo* circunscrito nas relações de poder a partir da produção de obediências e ajustamentos no controle territorial. Nas políticas migracionais, estamos pensando em condutas e constituições de certos modos de ser conduzido que são compartilhados num diagrama intrínseco às decisões governamentais e que exige padrões de comportamento, códigos linguísticos, hábitos, distinções, restrições e hierarquias aos que decidem migrar. Novamente em Foucault, temos uma noção de poder associada à técnica e aos procedimentos pelos quais se pretende conduzir a conduta dos outros, que nas políticas de controle da mobilidade também atravessam práticas discursivas e reações em um jogo de regras de verificação, defesa de verdades elegidas e normas de padronização (FOUCAULT, 2010a, p.6), redes de cercamentos com potencial para fabricar e moldar os sujeitos por meio de investimento político e detalhado de seus corpos (FOUCAULT, 2009, p.13).

“Em defesa da sociedade”, ao estudar a questão do poder e instituições reguladoras Foucault descreve a presença de “regras de direito que delimitam formalmente o poder” (2010b, p.21) e “os efeitos de verdade que esse poder produz, que esse poder conduz, e que, por sua vez, reconduzem a esse poder” (2010b, p.21), num triângulo que nos permite questionar como os discursos de verdade envolvidos nas situações de migração podem fixar os limites de direito e poder através das formas de registrar, inquirir, decidir, classificar e determinar maneiras de viver. Na migração, sobre a forma como ela envolve o sistema do direito e o campo judiciário, temos um sistema de defesa e controles por parte das leis migratórias que se torna veículo permanente de dominação nos procedimentos de sujeição associados à soberania e “obediência”. Como descreve Foucault, os movimentos populacionais passaram a ser alvo dos mecanismos implantados pela biopolítica e a noção de população passou a ser compreendida dentro da ideia de manutenção de “estados globais de equilíbrio” (2010b, p.207), uma tecnologia de poder sobre a população, uma regulamentação que faz viver e deixa morrer, intervindo diretamente na maneira como se vive e na manutenção dessa maneira de fazer viver. Fala-se da regulamentação pelo Estado (2010b, p.208) que no caso da migração atua não somente quando determina políticas e leis associadas ao modo como indivíduo pode ou não transitar e se instalar nos territórios, mas também na forma como deixa de reconhecer e invisibiliza todos aqueles que não cumprem com as exigências, clandestinos ou indocumentados, regulados pelo não - reconhecimento.

Para melhor situar, encontrarmos em Mae Nagai (2008) um histórico das restrições migracionais e das políticas de deportação nos Estados Unidos, limitações que tornaram a imigração ilegal um problema central na aplicação da legislação no país, gerando distinções administrativas e legais e permitindo a diferenciação entre estrangeiros e cidadãos. Nos EUA, a partir da criação da Patrulha da Fronteira em 1925, da consolidação do Comitê de Imigração e da criação dos Atos de Imigração entre o período de 1921 a 1924 a apreensão e interrogatório de imigrantes foram consolidadas e também de imposição de limites numéricos aos sujeitos em trânsito. Essas situações trouxeram para o estado moderno novos problemas administrativos (como se pode impor restrições?), jurídicos (como se pode definir soberania?) e também constitucionais (os imigrantes ilegais têm direitos?) (NAGAI, 2008, p.8), além de trazer novos significados para a questão de inclusão e exclusão da nação, criando uma “nova classe de pessoas dentro do *corpo* da nação – os estrangeiros ilegais – cuja inclusão na nação era simultaneamente uma realidade social e uma impossibilidade legal” (NAGAI, 2008, p.9). Além disso, uma

sequência de contradições provenientes dessas situações surgiram, desafiando noções de democracia e soberania e trazendo novas articulações de territorialidade para os Estados. Tudo isso resultou em discursos que determinavam imigrantes ilegais como merecedores ou não merecedores de direitos e privações de direitos, como as deportações que datam de períodos antigos, anteriores a 1794 e avançaram nos Estados Unidos após a primeira Guerra Mundial (NAGAI, 2008, p.13) num contexto de nacionalismos e criação de sentimento antiestrangeiro. Enfim, toda uma construção que acompanha até hoje os fluxos migracionais:

No sistema de nação-estado, os assim chamados direitos sagrados e inalienáveis do homem se mostram como vazados de qualquer proteção e realidade no momento em que eles não mais têm a forma de direitos pertencentes aos cidadãos de um Estado. (AGAMBEN, 1998, p.130)

Migração: o campo de estudos da migração e a cidade na trama.

As fronteiras não se desfazem jamais, elas se redesenham. [...] A fronteira, nesse sentido, tem sempre uma dimensão temporal: é a forma do devir e, talvez, da esperança (AUGÉ, 2010)

O debate e as análises da migração estenderam-se ao longo dos anos para além do que é referido às fronteiras político-administrativas e aos deslocamentos populacionais. “Analisar a construção de categorias sociais em seus significados, a partir de circunstâncias histórias específicas e de relações de poder” (SPRANDEL, 2005, p.24) tornou-se uma maneira de direcionar-se à construção do sujeito migrante e também à construção dessas migrações. Nesses estudos, a noção de estrangeiro, conceitos de etnicidade, identidade étnica, fronteiras étnicas, estratégias e planos de organização social foram incluídos no trabalho reflexivo, assim como percepções do sentido político dessas etnicidades, a questão do Estado e processos de urbanização e globalização. Nos 1990, “o tema das migrações – até então restrito aos demógrafos, geógrafos ou religiosos – retornou com força à pauta política internacional, e conseqüentemente, à pauta dos Estados nacionais” (2005, SPRANDEL p.26), trazendo questões associadas ao desenvolvimento, ênfase nos seus aspectos econômicos e segurança nacional, como por exemplo tráfico de pessoas. Da mesma maneira, a incorporação de conceitos, categorias e modelos interpretativos onde o sujeito parecia desaparecer trouxe aos estudos sociais migratórios chaves de crítica à ausência da perspectiva do sujeito. Nesse movimento, autores como Giralda Seyferth produziram linhas de pesquisas voltadas às minorias

nacionais e relações interétnicas, proporcionando uma sólida análise das políticas de imigração e de temas controversos como os conflitos políticos, negociações, racismos, diversidades e identidades contrastantes nos Estados-nações (SPRANDEL, 2005, p.26). Esse processo ampliou o conceito migrante, apontou novos marcadores de interlocuções da interculturalidade e novas ordens de instabilidade na produção de subjetividades, por exemplo as tecnologias digitais de fluxos comunicacionais nas experiências de construção do eu em trânsito (APPADURAI, 2004, p.14-15).

Como temos também no caso de Poços de Caldas, no Brasil esses movimentos transnacionais alteraram-se, proporcionando uma situação de inversão onde um alto número de emigrantes deixaram o país para viver nos Estados Unidos, Japão e Canadá. Segundo dados da Polícia Federal, cerca de 1,25 milhões de brasileiros deixaram o país - e não voltaram - entre 1985 e 1987. (SALES, STYCER apud ASSIS, 2000, p.1). Nesse período, configuramos um quadro de alto fluxo de indocumentados para os Estados Unidos, número que seguiu em crescimento até os dias atuais, sofrendo algumas quedas a partir do atentado às torres gêmeas de Nova York, em setembro de 2001, mas que engrossou o contingente de imigrantes ilegais, assumindo concretamente uma definição de “problema sociológico” (ASSIS, 2000, p.1), associando-se a questões de criminalidade, violências, formação de guetos, desagregação e exploração social. Da mesma maneira que a discussão dos fluxos transnacionais surgiu nas análises de situações locais, teóricos como Nestor Garcia Canclini passaram a discutir e repensar a questão da globalização, assim como a noção de fronteiras, território e a própria ideia de transnacionalização, incluindo uma discussão de *redes sociais* e distanciamento entre a imagem do migrante e ideias de aculturação e assimilação (ASSIS, 2000), reconhecendo o caráter múltiplo das relações que se estabeleceram no campo social entre as sociedades de origem e de destino (ASSIS, 2000, p.14) e redefinindo o significado de “estar entre dois lugares”.

Nesse sentido, retornamos à Poços de Caldas e à forma como a história da cidade também associou-se aos fluxos migratórios e aos EUA num movimento de demandas locais e tensões internacionais. O porquê desse destino e a relação que ele possuiu com a construção de um universo simbólico na cidade são questões que fazem parte não só dos projetos familiares, planos de vida e trajetórias pessoais, mas também da própria história da cidade e de como essa história integra-se às reflexões em relação a garantia de direitos, manutenção da soberania, construção de reconhecimento e conquista da cidadania, numa análise que todo tempo associa-se aos movimentos globais e

seus desdobramentos políticos na busca individual por melhores condições de vida e trabalho.

Com Assis (2002), notamos um projeto compartilhado de “ir para América” (ASSIS, 2002), que consolidou-se nas relações entre aqueles que emigraram e aqueles que permaneceram, fazendo parte da experiência de vida de ambos. Nessa experiência, meios de manutenção da realidade são partilhados, exercendo uma continuidade do convívio entre os que foram e ficaram assim como a construção de planos conjuntos e promessas para estruturar as relações familiares (MACHADO, 2009). Como em Poços de Caldas, a migração torna-se parte da vida cotidiana da cidade, numa experiência naturalizada onde o sonho de “fazer a América” (ASSIS, 2002) permeia os relatos cotidianos e as trajetórias em curso. No campo visualizamos estes processos nas padarias brasileiras presentes na região do Condado de Westchester, espaços de intensa circulação de imigrantes que compartilham não só hábitos alimentares mas também redes de apoio, busca de trabalho, contatos, notícias de familiares no Brasil, saudades do Brasil, refúgio e também fonte de informações, visto que essas regiões tornaram-se pontos de contratação de imigrantes para trabalho informal além de espaço para divulgar e ocupar vagas de trabalho

Nesse sentido, e considerando que muito já se falou e questionou em relação aos movimentos migracionais, temos uma nova opção que pensa essa série de práticas a partir dos elementos que as unificam, numa tentativa analítica de refletir sobre o que fazem esses sujeitos, como eles enunciam o que fazem, como seus enunciados se constituem na práxis social consolidada (MALUF, 2010, p.9) e qual é o sentido produzido em cada enunciado. Falamos de um itinerário de narrativas, discursos e agenciamentos a partir da vivência das leis de regulamentação das políticas sociais onde migrar é também uma relação de risco à segurança nacional, um espaço em disputa, (ASSIS, 2008, p. 231), uma necessidade do mercado, uma consequência do novo contexto de novas identidades culturais; um ato que transpõe fronteiras e reconfigura ações, agentes e também seus processos de subjetivação.

Em Poços de Caldas, região mineira de aproximadamente 160 mil habitantes, temos uma história de migração que já passa dos seus trinta anos e acompanha a movimentação nacional de brasileiros para os Estados Unidos posterior ao momento de crise nos anos 1980. Na cidade, o ideário da vida no exterior foi construído aos poucos e permeia diversas esferas, do âmbito institucional ao íntimo de seus moradores. Nesse sentido, observar o cotidiano da cidade mineira tornou-se prática da pesquisa que proporcionou o reconhecimento de traços dessa cultura migratória associada aos Estados Unidos e à

elaboração de algumas questões sobre essa conexão e fatores que possibilitam e mantêm o movimento migratório.

Num breve olhar sobre estabelecimentos da cidade como os salões de beleza, restaurantes, cafés e outras lojas comerciais visualiza-se grande certificados em inglês, todos emoldurados e espalhados nas paredes para comprovar origens de formação e experiência dos trabalhos feitos ali e qualificados no exterior. É possível encontrar também fotos emolduradas e até álbuns de famílias nas viagens para o folhear enquanto aguarda ser atendido. Além de detalhes, a ausência de membros da família ou boas novas vindas da “América” são temas que constantemente surgem entre as conversas rotineiras das mesas de bar, filas de banco e pingados de padaria. Da mesma maneira, desdobramentos da migração são vistos no crescimento da cidade e seus novos bairros, os conhecidos “*Novo Mundo I*” e “*Novo Mundo II*”, regiões novas, valorizadas, caracterizadas pelas construções residenciais luxuosos, inspiradas nos casarões norte-americanos de lugares como Flórida, Miami, Nova York. No cenário, até mesmo bairros mais tradicionais da cidade como o “*Jardim dos Estados*” participam da história dessa migração com construções inspiradas na “estética norte-americana”, ou como no período natalino onde muitos enfeites ocupam a Avenida Doutor David Benedito Ottoni. Nesse quadro, é interessante destacar também as atividades das igrejas protestantes batistas, metodistas e presbiterianas, grandes núcleos concentradores de emigrantes, como no caso do bairro Jardim dos Estados, que movimentam a rota Poços de Caldas e Mount Vernon. Para ilustrar vale lembrar que durante alguns anos foi possível encontrar na praça principal da cidade a simulação de uma casinha “norte-americana” com estruturas de madeira e decoração interna, aberta ao público e com um cartaz na fachada que a descrevia: “New York, um sonho brasileiro”.

Pensando em como Poços de Caldas se situa na trama, temos uma relação com os EUA estendida por meio da expressiva colônia poços-caldense e Mount Vernon e Ato de Irmanação, um desdobramento dessa situação que consolidou o título de cidades-irmãs entre as duas regiões prometendo promoção de políticas públicas para aproximar as cidades e melhor qualidade de vida da população. É interessante dizer que o vínculo partiu da iniciativa de Pedro Coelho, poços-caldense morador de Mount Vernon há 16 anos e dono da famosa padaria brasileira “PadaMinas”, ponto de referência para a rede migrante, que elaborou o convênio entre as duas cidades com o objetivo de “promover a integração cultural, observando as potencialidades, e dificuldades de ambas as cidades para que pudessem desenvolver ações em conjunto” (COELHO, 2006,

disponível em: <http://www.comunidadenews.com>). Como divulgam as mídias locais, o projeto foi inspirado no convênio entre Framingham e Governador Valadares, e em Poços de Caldas iniciou com o envio do pedido de parceria pela Câmara de Vereadores ao então prefeito de Mount Vernon. Em novembro do mesmo ano o prefeito norte-americano veio ao Brasil para realizar a troca de papéis e oficializar o Ato de Irmanação através da Lei nº 8.191 de 21 de Outubro de 2005⁵. Posterior à assinatura do Ato de Irmanação, o prefeito de Poços de Caldas recebeu as chaves de Mount Vernon e o título de cidadão, estreitando relações entre os municípios e os poços-caldenses em Mount Vernon. A partir da assinatura do Ato, outras manifestações de estreitamento manifestaram-se e passaram a ser acompanhadas pela mídia local, por exemplo a declaração o dia 20/09 como o dia do Brasileiro na região.

Considerando os eventos vivenciados em campo, novas formas de olhar para migração e os sujeitos dessa migração, podemos observar como em Poços de Caldas a migração interiorizou-se nas práticas locais, tornando-se elemento chave na continuidade da história da cidade e nos processos e decisões de suas instituições. Um discurso que tradicionalmente envolvia a preocupação dos governantes com a migração, com os trabalhos sem registro, o número de indocumentados, desaparecimento de copos e travessias ilegais foi dando espaço à valorização da relação entre as duas cidades e à contribuição dos poços-caldenses com o desenvolvimento de Mount Vernon. Como na matéria divulgada em 12/2011 pelo *Portal Brazilian Voice*⁶ e pelo informativo *Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores*⁷ imigrantes brasileiros passaram a “revitalizar economia de subúrbio nova-iorquino”, ganham destaque entre as políticas de segurança e bem-estar. Ali a população brasileira que constituía mais de 10% dos 72 mil residentes de Mount Vernon passou a ser observada como fator de aquecimento e desenvolvimento da economia, além de representar uma mudança demográfica na região que até então era considerada subúrbio de Nova York. A incorporação de brasileiros, em sua maioria indocumentados, às atividades regulares do comércio, instituições de ensino e setores de saúde, assim como a aquisição de policiais fluentes em português para o departamento de Mount Vernon e a consolidação de restaurantes e lojas de produtos brasileiras são alguns dos fatores que, dado a conexão

⁵ <http://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/622024/lei-8191-05>. Acessado em 4/03/2014

⁶ http://www.brazilianvoice.com/bv_noticias/bv_comunidade/41939imigrantes-brasileiros-revitalizam-economia-emsuburbio-nova-orquino.html. Acessado em 21/03/2014.

⁷ <http://www.sinditamaraty.org.br/post.php?x=1298> . Acessado em 13/07/2014.

institucional das cidades, proporcionaram ao imigrante maneiras de se ajustar à nova vida no país. Também a presença e consolidação do *Brazilian Civic Center* entidade voltada à questão educacional no processo de imigração brasileira (autodenominada de responsabilidade cívica e pedagógica) promoveram integração dos imigrantes por meio de algumas campanhas sociais.

No mesmo processo, a mudança de postura da polícia de Mount Vernon em relação aos imigrantes brasileiros poços-caldense (indocumentados ou não) destacou-se conforme narram os noticiários *BBC Brasil*⁸ e *O Estado de São Paulo*⁹ e também os entrevistados do trabalho de campo, passando a “incluir” esses sujeitos em algumas políticas de segurança da cidade. Devido aos desdobramentos posteriores à declaração do Ato de Irmanação e da repetição dos atos de violência envolvendo os imigrantes, no período de abril de 2008, visando à integração e aproximação da comunidade brasileira no “combate à criminalidade”, a cidade passou a contratar brasileiros para fazer parte da polícia. Como narram, o crescimento da comunidade brasileira de Mount Vernon tornou-se um dos motivos para a aproximação e para o “combate” aos crimes com vítimas brasileiras. Como muitos não procuravam ajuda devido ao idioma, a falha de comunicação norteou a busca por profissionais brasileiros e também por tradutores e intérpretes de emergência, que mesmo reconhecendo a ilegalidade dos indocumentados buscavam garantir a “proteção” dos mesmos. Além das traduções e contratações de brasileiros, principalmente filhos de imigrantes, nativos, regularmente matriculados nas escolas e maiores de 18 anos, criou-se práticas compartilhadas para se tomar conhecimento dos problemas mais comuns na comunidade brasileira na região e então “tentar solucioná-los” (Comunidade News, 2008). Nesse sentido, é interessante observar como todo o cenário da migração vai se refazendo e alterando ao longo dos anos na região, ganhando novas características e outros elementos integradores. Elementos esses que vão ocupando o lugar de preocupações iniciais e que vem acompanhando a permanência do programa de TV poços-caldense, o “Nem York, um sonho brasileiro¹⁰”.

No mesmo período de tantas mudanças temos a história da criação sede da ONG BAE de apoio ao emigrante, que consolida-se na cidade de Poços de Caldas tendo em vista um cenário de preocupações com desaparecimentos de imigrantes, denúncias

⁸ http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/04/080425_policianybrasilieiros_cv1.shtml. Em 10/07/2014.

⁹ <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,policia-nos-eua-quer-brasileiros-no-combate-ao-crime,162681>. Em 13/07/2014.

¹⁰ O programa é descrito de maneira detalhada no 2º capítulo do trabalho em sua versão completa.

de exploração e futuramente uma valorização dos migrantes trabalhadores nos Estados Unidos. Esses motivos que permitiram e mantiveram a existência da ONG também mantiveram a regularidade do programa de TV até os dias atuais. A ONG que atende pelo slogan “De mãos dadas com o Mundo” cadastra brasileiros migrantes, com apoio do governo estadual e municipal e assumindo um caráter de utilidade pública através da Lei nº 8.392. Essa Lei proporcionou à ONG receber apoio mais efetivo do prefeito da cidade e deputados, por exemplo com a consolidação de um espaço físico dentro de uma estrutura pública do Estado mineiro, localizado na Unidade de Atendimento Integrado do Estado de Minas Gerais, o posto [UAI](#) Poços de Caldas, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Além dessas orientações, informações em relação aos hábitos e práticas culturais do país, possibilidades de trabalho, vagas de emprego, elaboração e requerimento de seguros de saúde e *greencard* são fornecidas lado à lado do mural de destaque destinado à divulgação de fotos e informações de brasileiros desaparecidos e violentados. Também a elaboração do “Manual do Emigrante”, uma cartilha ilustrada com informações sobre como se comportar e o que fazer para conseguir entrar no país legalmente marca a atuação da ONG. Além da ONG, o programa que recebeu o título de *New York, um sonho brasileiro e que* mantém sua programação até hoje também cumpre papel importante na manutenção da vida social migrante, atuando de maneira a manter e estreitar laços entre os que foram e ficaram, exibindo imagens associadas a vida do poços-caldense nos Estados Unidos e sendo espaço de fala e “testemunho” do imigrante. Todos esses fatores completam um quadro de variação associado a posição dos imigrantes no cenário, onde novas esferas de reconhecimento e legitimação surgiram, mas sem deixar de proporcionar as antigas situações de exploração trabalhista, de medo da deportação ou de diferenciação a partir da categoria de “estrangeiro”, num contexto que amarrou mobilidade e direitos às ações e políticas sociais na negociação com a esfera institucional e seus controles.

Sobre a migração e suas esferas de legitimidade, temos vasto registro de histórias e relatos que seguem em continuidade associados e ao mesmo tempo independente às propostas institucionais onde novas formas de pensar a relação entre sujeitos e instituições se consolidam, mesclando as agências e tentativas de controle dessas agências, dando a situação um caráter híbrido e liminar. Como nos demonstrou o campo de pesquisa, a “aquisição de direitos” a partir da carteira de motorista¹⁴ e os desdobramentos positivos que ela fornecia em relação a mobilidade, direitos e cidadanias (não pelo significado do documento em si, nem pelas capacidades ou intenções dos setores

administrativos que regularizavam as habilitações de trânsito mas pelo fator simbólico que ela oferecia diante das autoridades), temos exemplo de uma estratégia capaz de se sobrepor ao período determinado pelo visto de seis meses, oferecendo ao imigrante ele mais tempo para “burlar oficialmente” e se estabelecer na região sem problemas.

Ainda que por assimetrias, o trabalho em campo proporcionou contato com outras de legitimidade associadas às redes de pertencimento e outras modalidades de atuação dos sujeitos migrantes, como no caso da padaria brasileira PadaMinas e também nos desdobramentos dos registros de trabalhos nas carteiras dos imigrantes, que mesmo com as irregularidades dos prazos ou com a falsificação, conseguiam se inserir no cotidiano da cidade e serviços por ela ofertados até mesmo abrindo empresas com registros oficiais. Nesse sentido, é possível reconhecer que as brechas do Estado e fronteiras estão constantemente postas à prova e as tensões deixam de ser lidas por meio de visão binária, mas sim por meio de uma visão política, que adquire novos formatos e retira do Estado sua condição de único árbitro do jogo.

Em “Quién le canta al Estado-Nación? Lenguaje, política, pertenencia”, Butler e Spivak (2009) debatem as novas condições associadas à ideia de Estado, nação e pertencimento, considerando as expressões de suas variáveis político-culturais no campo das migrações e os processos e relações em que a ideia do nacional e nação se inscrevem a partir de novos símbolos e disputas de pertencimento. Butler e Spivak analisam o caso de imigrantes mexicanos nos Estados Unidos que em 2006 que passaram a cantar o hino norte-americano em espanhol junto ao hino mexicano, fazendo-o enquanto um protesto para pressionar o Congresso a aprovar o direito de residência legal e cidadania no país. Tendo como base o desejo de sua incorporação ao Estado-nação norte-americano, certo movimento subversivo e transgressor consolidou-se à medida que esses imigrantes não foram reconhecidos enquanto cidadãos ainda que fizessem parte de uma super exploração invisibilizada, sustentando economicamente o país. Com isso, o ato que teve impacto no governo norte-americano, proporcionando junto ao desejo de reconhecimento e legalidade futura, a contestação de modos de pertencimento e também dos critérios que controlam quem pertence e quem não pertence ao Estado e quem tem ou não o direito de exercer a liberdade a partir dos atos de linguagem e normas linguísticas (2009, p.84) compartilhadas, como por exemplo, entoar o hino nacional.

Como afirmam as autoras, temos uma fonte de mal-estar que suspende modos de proteção e passa a ser também um estado de privação, possuindo minorias consideradas “sem- estado” e que tornam-se reféns de um poder que não é o mesmo que a lei, mas

que os priva de direitos e invisibiliza a partir do exercício político (2009, p.52). Ao desqualificar (ou qualificar) sujeitos para a cidadania a noção de liberdade surge paralela a ideia de habitantes ilegítimos, que mesmo inseridos em um Estado são categorizados como não qualificados para pertencer à nação, por exemplo no campo de privação dos direitos (2009, p.64) as deportações - momento de excelência dessa soberania – (2009, p.116), as invasões extraterritoriais e também nas bases de detenção (como Guantánamo). Ainda assim, situações como essa envolvem uma noção de cidadania que vai sendo conquistada e garantida por esses imigrantes a partir de outros meios (talvez menos legítimos) mas que inserem suas demandas num campo de disputas e materializam-se enquanto ações de desejo e direitos adquiridos na ação e presença.

Ao reconhecermos esses dispositivos ligados aos processos de subjetivação, reconhecemos que ela comporta também agenciamentos e reações de não assujeitamento. Assim, é necessário compreender que a rede do dispositivo “implica um processo de subjetivação sem o qual não pode funcionar como dispositivo de governo” (AGAMBEN, 2009, p.46), um controle que é previsto, mas que também prevê uma esfera de restituição para o livre uso, associada diretamente ao desejo demasiadamente humano pelo qual o dispositivo também é composto. Nesse sentido, o conceito *profanação* surge agregando possibilidades que restituem usos comuns fora das áreas de consagração, trazendo-os para a esfera humana, para a esfera dos sujeitos que se apropriam na esfera da resistência. A possibilidade de uma resistência e de uma oposição que são lutas tão legítimas e estratégicas quanto as condições de existência do poder (que nos casos da migração compõem quadros de fuga).

Considerações finais: A cidadania como conquista e como liminaridade

Ao descrever a situação de Poços de Caldas e a forma como os sujeitos dessa cidade se comportam e lidam com os diversos elementos que intermedeiam suas relações no novo território, procuramos entender de que maneira surge esse migrante assim como os seus planos e a sua relação com os Estados Unidos, considerando a popularidade da temática aos moradores e o grande número de poços-caldenses na região. Ao longo da pesquisa o trabalho foi atravessado por conjecturas, ações, interesses políticos, relações de dominação e por uma série de elementos culturais, simbólicos e econômicos que de alguma maneira caminharam de encontro à seguinte questão: quem seriam esses sujeitos que se constroem em meio a tantas limitações e alternâncias próprias da condição de ser migrante, de ser estrangeiro e de “não ser cidadão”?

Em relação à resposta, foi possível rascunhar e compreender que esse sujeito é aquele que se constrói entre brechas e entre as próprias determinações institucionais, fazendo uso delas para garantir que seus direitos, já não garantidos, sejam conquistados, introjetados e redefinidos – e habituados à uma situação em que a qualquer momento poderão ser suspensos pela deportação. Também foi possível descobrir que este sujeito de direito migrante poços-caldense se constrói na circulação, à medida que não se desvincula do local de origem, mas mantém contato constante com ele sem perder referências de como viveu e como gostaria de viver. Nesse mesmo quadro de considerações terminais, em diálogo com as reflexões de Butler e Spivak, foi possível observar que a obtenção de direitos se faz “fazendo” e consolida-se à medida que se dirige, que se casa, que se estuda, que se vive “regularmente” ainda que seus documentos de identificação afirmem que ali que você não tem mais permissão para viver ali:

Son derechos que están ejerciendo, lo que no significa que los tengan. El reclado es el momento incipiente de afirmacion de un derecho, su ejercicio, pero no por eso su eficacia, (2009, p. 88) - Significa que están cambiando em el suelo del lenguaje de la nación y tambien sus espacios publicos – conquista. Reclamar el ejercicio de la libertad que solo correponde a la ciudadanía es hacer ejercicio de essa libertad em forma incipiente (2009, p.90)

A partir do que vivenciam e contam os imigrantes poços-caldense, pode-se concluir que a migração associa-se diretamente à mobilidade e como consequência essa mobilidade associa-se à noção de liberdade. Uma liberdade que no caso dos fluxos migracionais, ainda que patrulhados, fiscalizados ou beneficiados pelo olhar dos Estados

reguladores, deve associar-se à garantia de direitos. Conclui-se também que nesse processo a exigência da liberdade pode surgir de várias maneiras, o que faz dessa exigência o próprio exercício de direitos e liberdade e que no caso dos sujeitos em trânsito pode ser reconhecida a partir das brechas pelas quais eles se inserem nos discursos públicos e também nos dados institucionais, tornando-se assim visíveis e mobilizados. Enfim, estamos falando de rede de coerções, dispositivos, instituições e mobilidade mas estamos falando também de um desejo de cidadania, que na ação, de maneira indireta, contribui para a consolidação de um sujeito migrante. Um sistema próprio de garantia de direitos e um universo cultural, político e simbólico que, nem daqui e nem de lá (mas na liminaridade) se constitui, permanece e proporciona uma esfera própria de reconhecimento, liberdade, identificação e legitimação.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

AUGÉ, Marc. *Por uma Antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.

APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número: Ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

APPADURAI, Arjun. *Dimensões Culturais da Globalização: A modernidade sem peias*. Portugal: Editorial Teoria, 2004.

ASSIS, Glaucia de Oliveir; KOSMINSKY, Ethel. *Gênero e Migrações contemporâneas*. Florianópolis: Estudos Feministas 15(3), 2007.

ASSIS, Glaucia de Oliveira. *A fronteira México-Estados Unidos: entre o sonho e o pesadelo: as experiências de e/imigrantes em viagens não-autorizadas no mundo global*. Campinas: Cadernos Pagu (31)/ UNICAMP, 2008

ASSIS, Glaucia de Oliveira. *Estar Aqui, Estar Lá ... Uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos / Assis. - Campinas: Núcleo de Estudos de População/ UNICAMP, jun.2002.*

[Estar Aqui, Estar Lá ... uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos, TEXTOS NEPO 41] ASSIS, Glaucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. *Teorias das Migrações Internacionais*. XII Encontro Nacional da ABEP: Caxambu, 2000.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. *O Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004

BUTLER, Judith; SKPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Quién le canta al Estado-Nación?* Lenguaje, política, pertenencia. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2009.

CANCLINE, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. CANCLINI, Nestor Garcia. *Globalização imaginada*. São Paulo, Iluminuras, 2003

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol 4. São Paulo: 34, 2008.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: 34, 1992. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense. 2005.

DELEUZE, Gilles. Controle e Devir. In: *Conversações*. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: SP Editora 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. *Força da Lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1876)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981 – 1982)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977 – 1978) Coleção Tópicos*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Histórias da violência das prisões*. 37.ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva. 1997.

NGAI, Mae. A estranha carreira do imigrante ilegal: restrições à imigração e política de deportação nos Estados Unidos, 1921-1965. *Revista Tempo*, nº 25, 2008.

MACHADO, Igor de Renó. “O ponto de vista das famílias: etnografia sobre os emigrantes internacionaisvaladarenses (Brasil)”, in PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), *Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, n.º 5, Lisboa:ACIDI, 2009.

MALUF, Sônia. Além do templo e do texto: desafios e dilemas dos estudos de religião no Brasil. *Antropologia em primeira mão, Revista do Programa de Pós-graduação da UFSC: Florianópolis*, 2010)

MARGOLIS, M. Little Brazil. *Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papirus, 1994.

SALES, Teresa. *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

SILVA, A, e NETO, R. *Análise do fluxo migratório entre Poços de Caldas - MG e Estados Unidos da América: causas e reflexos na formação sócio-espacial municipal*. Alfenas: Unifal, 2011.

SPRANDEL, Marcia Anita. Algumas observações sobre fronteiras e migrações. *Fronteiras/ Artigos*, 2005. TROUILLOT, Michel-Rolph. La antropología del Estado en la era de la globalización. Encuentros cercanos de tipo engañoso. *Current Anthropology*, Vol.42, Nº1, febrero 2001 (Traducción: Alicia Comas, Cecilia Varela y Cecilia Diez).

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. *Etnopaisagens, Migração Contemporânea e as Tecnologias da Comunicação: o Corredor da Central e a nova migração africana para o Rio de Janeiro*. Institut de la Comunicació (InCom – UAB): Barcelona, 2012

Referências Digitais

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/>> Acesso 10/06/2013.

BRASIL, Lei Nº 6.815. de 19 de Agosto de 1980 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm> Acessado 15/06/2013.

BRASIL, <http://www.comunidadenews.com/local/pocos-de-caldas-e-mount-vernon-serao-cidades-irmas-1320>

BRASIL, Dados infográficos de Poços de Caldas. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/> 2011. Acessado em 13/06/2013.

BRASIL, Jornal Estadão. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,policia-nos-eua-quer-brasileiros-no-combate-ao-crime,162681>. Acessado em 13/07/2014.

BRASIL, Portal Brazilian Voice. <http://www.brazilianvoice.com/> . Acessado em 21/03/2014.

BRASIL, Sinditamaraty. <http://www.sinditamaraty.org.br/post.php?x=1298> . Acessado em 13/07/2014.

BRASIL, Brasileiros no Mundo. <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/associacoes-brasileiras-exterior>. Acessado em 10/06/2014.

.BRASIL, <http://pref-p-caldas.jusbrasil.com.br/politica/8374136/prefeito-recebe-titulo-de-cidadao-de-mount-vernon>). Acessado em

BRASIL, <http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/aceso-rapido/10652-uai/10652/5309>. Acessado em 11/07/201

BRASIL, <http://umsonhobrasileiro.org.br>. Acessado em 04/07/2013

BRASIL, <http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/aceso-rapido/10652- uai/10652/5309>. Acessado em 11/07/2014. INGLATERRA, BBC. http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/04/080425_polici anybrasil cvl.shtml. Acessado em 10/07/2014

Referências das Entrevistas

Nara. Entrevista concedida a Gabriela Acerbi Pereira. 51 minutos. Gravada em Fevereiro de 2014.

Elder. Entrevista concedida a Gabriela Acerbi Pereira. 44 minutos. Gravada em Fevereiro de 2014.

Cinthia. Entrevista concedida a Gabriela Acerbi Pereira. 60 minutos. Gravada em Abril 2014.

Marcelo. Entrevista concedida a Gabriela Acerbi Pereira. 60 minutos. Gravada em Abril de 2014.

Matheus. Entrevista concedida a Gabriela Acerbi Pereira. 25 minutos. Gravada em Abril de 2014.

Gabriel. Entrevista concedida a Gabriela Acerbi Pereira. 25 minutos. Gravada em Abril de 2014.

Wilson. Entrevista concedida a Gabriela Acerbi Pereira, 45 minutos. Gravada em Fevereiro de 2014.

Cristiane. Entrevista concedida a Gabriela Acerbi Pereira, 35 minutos. Gravada em Fevereiro de 2014.

Walther Alvarenga. Entrevista concedida a Gabriela Acerbi Pereira, 62 minutos. Gravada em Fevereiro de 2014.

Resenha

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A outra face da lua: escritos sobre o Japão.** Prefácio Junzo Kawada; tradução Rosa Freire d'Aguiar – 1ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Alzira Lobo Arruda Campos¹
Marília Gomes Ghizzi Godoy²

A obra reúne oito publicações do autor sobre o Japão entre 1979 e 2001. Tem como suporte as cinco viagens realizadas durante os anos 77-88 (aproximadamente 30 anos antes de sua morte em 03/11/2009). Finalizando o livro está transcrita a parte da entrevista do autor, referente à cultura e valores japoneses – para a televisão nacional do Japão (NHK).

Em toda obra o autor retrata sua identificação emocional com o Japão, originada pelo presente paterno que ganhou aos cinco anos, de pranchas (gravuras) japonesas. Esse compromisso não neutralizou uma constante estranheza, própria de quem dialoga com o estranho, com o distante.

Uma idéia central percorre as 118 páginas do livro: a identidade histórica, cultural, linguística e étnica do Japão construída milênios antes da civilização ocidental e a qual pode manter suas raízes antigas, em uma dimensão mítica e social. O seu caráter simétrico e de oposição à cultura ocidental sombreiam e dão direção e sentido aos escritos.

Digno de nota foram os contatos do autor com mestres e artistas japoneses, alguns dos quais integram-se ao seu convívio pessoal como é o caso do professor Junzo Kawada. Este surge tanto como o autor do prefácio sobre a obra, como conduz a entrevista da NHK. Surpreende-se ele pelo olhar inteligente da obra, ocasionalmente generosa em dar destaque à cultura japonesa (KAWADA, J., 2012, p.9). Ele também compartilha cinco das dez fotos impressas entre as páginas 64 e 65.

¹ Mestra e Doutora em História Social (USP) e Livre-docente em Metodologia da História (UNESP). Docente do Mestrado em Ciência Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA).

² Professora Mestre em Antropologia Social, pela Universidade de São Paulo (USP), Doutora em Psicologia Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Professora do Curso de Mestrado em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA).

No **primeiro** dos oito textos: *Lugar da cultura japonesa no mundo* (pp. 11-37) retrata-se a conferência proferida em Kyoto em 1988, durante a sessão inaugural do Centro Internacional de Pesquisa para os Estudos japoneses.

Inicia-se a obra pelas descrições, oposições e o espírito crítico que fazem sentido à cultura japonesa no mundo antepondo-se às experiências européias e mais especificadamente às francesas. A identidade étnica japonesa construiu-se entre vizinhos diversos originando-se um foco distintivo diante da alternância de empréstimos, de sínteses e de sincretismo.

A arte “Espírito Jomon” e *action painting* estão expressas na cerâmica. Os traços invariantes de uma estética (originalidade e técnica) formaram-se há cinco ou seis mil anos sendo eles comparados a uma *art nouveau*. Observa-se uma composição com movimentos extremos, justapondo-se os contrários, recriando-se a idéia de retorno; difere do Ocidente que substitui os partidos sem a idéia de retorno e com uma direção linear.

Ao coexistir mito e história, a conservação do espírito animista desperta-se na visão de mundo. “Reconhecendo uma essência espiritual a todos os seres do universo, ela une natureza e sobrenatureza, o mundo dos homens e o dos animais e das plantas, e até a matéria e a vida” (p. 25). Esta harmonia recria-se nos sons, “mais que um cartesianismo contextual, eu atribuiria ao Japão um cartesianismo sensível, ou estético” (p. 29).

Um ponto central da oposição incide na concepção de indivíduo e sujeito. Ela surge no discurso oriental irremediavelmente inadequada ao real. Na filosofia ocidental, o sujeito é centrífugo, enquanto na oriental ele é centrípeto. Este aboliu a perversão do *logos* ao se alinhar ao conhecimento científico. Finalizando, a conferência expressa que a cultura japonesa oferece ao Oriente o modelo de uma saúde social e ao Ocidente o de uma higiene mental.

O **segundo** texto escrito tem o título do livro *A face oculta da lua* (pp. 38-51). Trata-se do pronunciamento na sessão de encerramento do colóquio “Os estudos japoneses na França” (1979). Retratam-se as experiências do autor em sua primeira viagem (1977) quando percorreu de Tóquio a Osaka e Kyoto, às ilhas Oki, no mar do Japão.

Destaca-se em primeiro lugar o tema “trabalho” presente em suas pesquisas, em Paris. Mas, diferente do contexto materialista e tecnológico viu que nas regiões interiores do Japão o trabalho preserva os sentidos míticos onde vigora um valor poético comprometido entre a natureza e as estruturas familiares. São descritas páginas sobre a literatura, a música, as artes gráficas, a culinária. Os sentidos culturais estão entrelaçados, com diversas origens e compondo movimentos culturais expressivos de erudição. Estão

reforçados elementos de origem euro-siberianos, persas, chineses, coreanos e, mais tarde, ocidentais. As tendências merecem uma autorreflexão do povo, “olhar para si mesmos” na imagem que deles se pode realçar.

O **terceiro** texto, *A lebre branca de Inaba* (pp. 52-58), compreende notas sobre as versões americanas dessa história cujos textos foram integrados em um livro francês. Trata-se da discussão de temáticas míticas onde o autor interroga as semelhanças entre a lebre de Inaba, o Pássaro-Trovão, a Grua e o Crocodilo. As suas existências na América poderiam sugerir uma inicial origem na Ásia Continental, depois para o Japão tendo chegado posteriormente à América.

No **quarto** texto, *Heródoto no mar da China* (pp. 60-71) retrata-se a viagem feita em 1983 quando o autor esteve em Okinawa e nas ilhas vizinhas (Iheya, Izena, Kudaka). Compreende um trecho de “Poikilia Études offertes à Jean-Pierre Vernant (1987)”. Impressionou-se com o caráter cultural tradicional desses locais na ordenação das moradias, formando recintos específicos, jardinagens e divisões hierárquicas (masculinas e femininas). Um subitem específico trata dos ritos de iniciação das mulheres onde elas, quando idosas, poderão tornar-se sacerdotisas responsáveis pelo bem estar espiritual em oposição a seus irmãos que representam a autoridade secular; um culto humilde, simples, elas se destacam em pequenas cabanas, nas casas ou nos bosques. O relato “O grito do príncipe mudo” evoca semelhança com o episódio da vida de Cresos relatada por Heródoto, onde o sucessor impedido de assumir o trono por ser mudo, recupera a voz.

Sengai. A arte de se acomodar no mundo é o título da **quinta** apresentação (p. 72-82), compreende-se um artigo de uma revista francesa. De forma fascinante cria-se um diálogo com Sengai, um artista em sua trajetória zen budista; torna-se ele o sucessor de uma linhagem de 27 patriarcas do budismo contemplativo, os quais se sucederam na Índia no século VI; depois de mais de seis séculos, Sengai tornou-se zen no Norte de Kyushu (ramo Rinzai). A comunicação reúne oposições, emprega perguntas e enigmas postos em termos contraditórios (p. 78). A disciplina exclui o mestre “a não ser os gritos inarticulados, as interjeições desprovidas de sentido e as brutalidades: bastonadas ou socos, visando romper o equilíbrio psíquico do discípulo, mergulhá-lo num caos mental do qual, como que por um estado, brotará talvez a iluminação” (p. 77).

O **capítulo 6**, *Domesticar a estranheza* (pp. 83 – 86) compreende o prefácio da reedição de um livro sobre as diferenças de costumes publicado inicialmente em 1585, no Japão. Trata-se da análise da cultura japonesa sobre o seu caráter de desigualdades e de oposições as quais permitem entender semelhanças e diferenças a um só tempo, como

imagens simétricas de nós mesmos, domesticar a estranheza e torná-la familiar.

O **estudo 7**, *A Dança impudica de Ame no Uzume* (pp. 87–96), compreende o artigo de uma revista japonesa (de 2001). Trata-se da compreensão de divindades mitológicas tomando-se como referência um romance egípcio do Egito antigo (traduzido por volta de 1930), documento do segundo milênio antes da era cristã retratados por Heródoto e são considerados relatos de divindades japonesas. Destaca-se o caráter mitológico representado pela figura do macaco o qual desempenha um papel intermediário entre o mundo celeste e o terrestre, e atravessa dados das mitologias.

O **último registro**, *Uma Tóquio Desconhecida* (pp. 97 – 101) é o prefácio da última edição japonesa de *Tristes Trópicos* (2001). O autor descreve o trabalho de pesquisa relatado de suas experiências no Japão, seu vínculo com o prof. Yoshida Teigo e Junzo Kawada. Ressaltam-se as mesmas idéias sobre a identidade cultural japonesa salientando o contraste das cidades na costa litorânea e o interior montanhoso, desabitado. Uma modernização rápida sem perder suas raízes impõe-se formando os indivíduos, preservando uma alegria, boa vontade no seu viver. Uma continuidade é vivenciada e situa a tradição a qual se mantém nos seus tempos lendários, uma sensibilidade na contemporaneidade.

“Que possa este (povo japonês) manter por muito tempo esse precioso equilíbrio entre tradições do passado e inovações do presente; não só para seu bem próprio, pois a humanidade inteira encontra aqui um exemplo em que meditar” (p. 101).

Encerrando o livro é transcrita a segunda parte da entrevista concedida a Junzo Kawada, feita em Paris, para a NKH, televisão nacional do Japão, em 1993 (pp. 102-116). Junzo Kawada enaltece os temas japoneses e a obra de Lévi-Strauss em sua dimensão de acentuar traços marcantes da cultura tradicional. São expressivos os movimentos de arte como os pintores *ukiyo-e* os *namazu-e* (arte popular). Entre os focos de interesse destacou-se que há 15/20 mil anos o Japão fazia parte da Ásia Continental, a Insulíndia era ligada a Ásia Continental. Originou-se um cenário de mobilidade social, cultural e histórica. Ao contrário da América o Japão pobre em riquezas naturais é rico em humanidades que o unem a um passado receptor de trocas e valores culturais.

Entrevista

Saskia Sassen “Não é imigração, é expulsão”

Entrevista concedida a Jorge Felix¹

Eleita uma das 50 pensadoras globais mais influentes (Prospect, em 2014) também figura na lista dos cem principais pensadores mundiais (de acordo com a Foreign Policy, em 2011), a socióloga Saskia Sassen é conhecida, sobretudo, por difundir o conceito de “cidade global”. Seus estudos sempre seguiram a trilha aberta por essa categoria amplamente consensual na Sociologia Urbana. No entanto, esse percurso a encaminhou para outros meandros da Sociologia da Globalização – subárea explorada por esta professora da *Columbia University* e título de livro já traduzido em português. Um destes destinos de pesquisa é o tema da imigração. A inquietude típica de suas análises, porém, levou-a à contestação dessa categoria. Essa e tantas outras que ela enquadra em um “ambiente familiar” de categorias sociológicas que em nada esclarecem a realidade contemporânea. Ela recomenda aos sociólogos “desestabilizar os conceitos estáveis”.

É por isso que seu livro mais recente, a ser lançado em outubro pela editora Paz & Terra, recebeu o título de “Expulsões”. Nessa entrevista, concedida (por e-mail) após palestra realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no dia 13 de junho, Saskia Sassen explica: “O momento da expulsão é o momento de uma condição familiar que se torna extrema. Você não é simplesmente pobre, você está com fome, perdeu sua casa, vive em barraco. Ou com a terra e com a água: não são simplesmente degradadas, terras ou águas insalubres. São mortas, acabadas. Nós tendemos a parar no extremo. Não entrar nele. O extremo é muito, muito feio e não temos conceitos para capturá-lo”.

¹ Doutorando em Ciências Sociais (PUC-SP) e professor convidado da USP (EACH), PUC-SP e FESP-SP. jorgemarfelix@gmail.com

Ponto-e-vírgula – Como analisa o fenômeno da imigração global atualmente?

Saskia Sassen – Deixe-me, inicialmente, destacar que toda a noção de migração surgiu na Europa e nas Américas de uma forma diferenciada de outras partes do mundo, embora eles também tenham tido migrações. Deixe-me também lembrar que por muitos séculos poucos continentes em todo o globo tiveram tantas guerras como a Europa teve e talvez valha lembrar que em algum momento a Europa teve mais de 500 estados autônomos. Isso por si só criaria as guerras. Finalmente, enquanto a Europa, por muito tempo, pensou em ser um continente de migração – e havia de fato migrações maciças da Europa para o Ocidente, mas também para outras partes do mundo – havia também migrações maciças dentro da Europa. Um dos meus primeiros livros (*Guests and Aliens, New York, New Press, 1999*) examinou este fato e a forma como os europeus pareciam ter esquecido isso. Em sua fase imperial, a Europa lançou também o transporte organizado em volume maciço, de milhões, de um fim do mundo para o outro. Pense o recrutamento de trabalhadores chineses para as ferrovias pelos Estados Unidos, os portos britânicos que se tornaram centros para o transporte de escravos. Estes eram padrões não muito presentes em outras partes do mundo nesta escala e com este nível de organização.

Ponto-e-vírgula – E quais as particularidades neste momento, no caso da Síria, por exemplo?

Saskia Sassen – Agora nos voltamos para as migrações atuais para a Europa. Bem, isso não começou com os países de origem destes refugiados. Os Estados Unidos, o Reino Unido, a Austrália, a Arábia Saudita, estes e outros são os países que lançaram guerras inúteis que só beneficiaram a indústria armamentista e seus setores derivativos. Nós, no Ocidente, mais uma vez, geramos um fluxo maciço de refugiados. E é realmente difícil entender por que fizemos isso seja qual for a análise. Mas nós fizemos, nós bombardeamos, nós matamos, criamos uma divisão enorme entre xiitas e sunitas. Sim, uma grande desconfiança uns dos outros. A invasão do Iraque e o manuseio do pós invasão só trouxe essa divisão a um ponto mais acentuado. Assim, a Síria acabou de receber mais de 2 milhões de sunitas depois da guerra “sucesso” dos Estados Unidos e seus aliados e a implementação de um regime que perseguiu sunitas transformando-os em um inimigo que agora é parcialmente cristalizado no Estado Islâmico, com Falluja, uma de suas principais bases até recentemente. Muitos desses refugiados chegando à Europa são produtos dessas guerras lançadas pelos Estados Unidos e alguns de seus aliados.

Eu acrescento a isto a minha própria visão sobre este fenômeno: defendo que isso tudo deixa de fora uma nova condição emergente, na qual eu incluo o fato de uma maciça perda de habitat no hemisfério sul devido à expansão da mineração, da agricultura de plantação (monocultura), de disputa de água, de expansão das cidades. Isso gera milhões de deslocados: pequenos agricultores e populações rurais pobres. Eles vão para as cidades, um dos poucos lugares onde eles podem se dispersar em forma de uma grande favela e, eventualmente, alguns tentam migrar para a Europa. Eu defendo que eles são um novo tipo de refugiados, que são produzidos por uma forma particular de “desenvolvimento econômico”. Mas não há nenhum regime que lhes reconheça e precisamos de um tal regime. Então, nós os enxergamos simplesmente como migrantes, mas eles não são os migrantes: não há casa para voltar. Eles estão desabrigados, eles são refugiados de desenvolvimento econômico. Em um artigo detalhei esse fato (<http://socdev.ucpress.edu/content/2/2/204>).

Ponto-e-vírgula – Por que afirma que as categorias sociológicas são insuficientes, na atualidade, para explicar o fenômeno das expulsões no século XXI?

Saskia Sassen – Sim, de fato. Você notou isso. Eu chamo isso de “desestabilizar os conceitos estáveis” (*destabilizing stable meanings*). Eu acho que nós devemos fazer isso. Qual é o significado hoje para “estado”, “economia”, “classe média” etc? Eu vejo o momento da expulsão, por exemplo, o que eu também chamo de borda sistêmica (*systemic edge*), como o momento quando o familiar se torna extremo (*extreme*). Isso é a versão extrema da condição *familiar* [grifo de Sassen]. Eu não quero perder o familiar aqui. Isso não quer dizer monstruoso, estranho, que pertence a outra realidade. Não, isso é mesmo sobre o familiar que se torna tão extremo que mal o reconhecemos. O momento da expulsão é o momento de uma condição familiar que se torna extrema. Você não é simplesmente pobre, você está com fome, perdeu sua casa, vive em barraco. Ou com a terra e com a água: não são simplesmente degradadas, terras ou águas insalubres. São mortas, acabadas. Nós tendemos a parar no extremo. Não entrar nele. O extremo é muito, muito feio e não temos conceitos para capturá-lo. Por isso, torna-se facilmente monstruoso. Em *Expulsões*² eu examino uma ampla gama de processos familiares que em algum momento se tornam tão extremos que a linguagem familiar mais do que qualquer outra não dá conta de explicá-los. Esse momento extremo pode ser pensado como a borda

² Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Livro de Saskia Sassen, lançado em 2014.

sistêmica – para ser distinguido do conceito mais familiar de fronteiras interestaduais. Bordas sistêmicas estão proliferando em diversos domínios. Além disso, eu concebo estas arestas sistêmicas como o ponto que surge ocasionalmente em longas trajetórias, quando a condição familiar se torna invisível – ela é expulsa do nosso espaço de conhecimento, do nosso espaço experiencial.

Ponto-e-vírgula – É por isso que sua proposta é redenominar o conceito de “mudança climática” para “terra morta”. Por quê?

Saskia Sassen – Em *Expulsões*, eu argumento que novos conceitos são necessários para capturar a complexidade e profundidade do social e do processo de deslocamento ambiental que está ocorrendo no mundo. O conceito de expulsão é direto e forte. Ele nos obriga a levar muito a sério um pouco do que está acontecendo. Se nós simplesmente falarmos “oh, há um pouco mais de tudo isso” parece que estaremos ainda sobre um terreno familiar e tudo será gerenciável. Eu quero algo mais brutal como palavra para descrever o que está acontecendo. Uma das questões que me guiaram com o livro é que a linguagem de *mais* [grifos de Sassen] desigualdade, *mais* pobreza, *mais* prisões, *mais* destruição ambiental, e assim por diante, é insuficiente para marcar a proliferação de condições extremas. É por isso que defendo que, em algum momento, estamos lidando com expulsões, e não simplesmente mais uma coisa ruim, mas uma ruptura radical. Estamos entrando em terreno desconhecido (*unifamiliar*) que é como eu os quero para pensar em uma escala acima de desastres de todos os tipos que estão enfrentando.

Ponto-e-vírgula – Quais as consequências do fenômeno da “terra morta” para as cidades e o mercado imobiliário?

Saskia Sassen - Eu não faço, necessariamente, uma conexão com “terra morta” na pesquisa que realizo sobre o forte aumento de compra de propriedades em muitas grandes cidades de todo o mundo. Mas, com essa pergunta, você me faz pensar sobre a possibilidade de que essas grandes propriedades, muitas das quais não são muito utilizadas (é um investimento) podem tornar-se uma espécie de terra morta urbana. No novo tipo de compra de grandes propriedades valiosas nas grandes cidades, estamos testemunhando uma invulgarmente grande escala de compra corporativa de pedaços de cidades. E, isso é muito importante. Eu desenvolvi algo sobre isso em grandes detalhes no meu livro *Expulsões* e no meu

projeto “Quem é dono da cidade?”³ Na verdade, este artigo tem tanta atenção porque é quase uma espécie de romance, que o editor me perguntou se eu poderia também fazer um conto de fadas sobre isso; o que eu fiz com meu filho, um artista [Hilary Koob-Sassen, filho do primeiro casamento]. Trata-se de um monstro que entra na cidade com algumas grandes imagens. Em 2014, mais de 600 bilhões de dólares foram para comprar grandes propriedades urbanas entre as cem melhores cidades – cidades classificadas pela quantidade deste tipo de investimento. Isso é muito. E em apenas um ano. E este valor de investimento só mede aquisições de propriedades, com preço mínimo de 5 milhões de dólares (este é o padrão para Nova Iorque, em algumas outras cidades pode ser inferior). E isso não inclui o “desenvolvimento local”, isto é, quando você começa com terra vazia e desenvolver normalmente projetos muito grandes. Esse projeto começou há alguns anos depois da crise financeira (de 2008). E os dados que eu estou listando aqui são só de um ano. Por exemplo, *Amsterdam-Randstadt* viu um aumento, em 2014, em investimento total de 248% maior do que no ano anterior. Deixe-me esclarecer: a medida real é meados de 2013 e meados de 2014. No ano seguinte, de meados de 2014 a meados de 2015, esse total quase dobrou, chegando a mais de 1 trilhão de dólares.

Ponto-e-vírgula – O fato de termos mais proprietários estrangeiros nas grandes cidades, do que cidadãos ou empresas locais, terá qual tipo de impacto sobre as cidades globais?

Saskia Sassen - Se você parar e perguntar: o que marca uma cidade? É uma espécie de mistura de complexidade e incompletude. Esta é a minha maneira de defini-la, Claramente, a maioria dos urbanistas, provavelmente, utiliza uma linguagem mais urbana. Parece-me que este *mix* permitiu a incorporação de diversas pessoas, lógicas, políticas nessa condição complexa que é uma verdadeira cidade. Não um parque de escritórios ou shoppings que são espaços controlados de forma privada, mas uma cidade real. Além disso, uma grande cidade mista é uma espécie de zona fronteira. Como fronteira quero dizer um lugar onde atores de diferentes mundos podem ter um encontro para o qual não há regras de engajamento estabelecidas. É, então, também, uma zona onde os impotentes e os poderosos podem realmente se encontrar. E no mundo de hoje, onde o capital e poder tornaram-se tão fugazes, privados e remotos, isso importa. É um momento na trajetória de entidades poderosas, quando atingiram o solo, e precisam desse solo.

³ *Who owns the city?* <http://www.theguardian.com/cities/2015/nov/24/who-owns-our-cities-and-why-this-urban-takeover-should-concern-us-all>

Ponto-e-vírgula – Como pode a cidade também ser mais para os pobres?

Saskia Sassen – Esta mistura também faz as cidades espaços de inovações, pequenas e grandes, e inovações que ricos e pobres podem iniciar, embora eles possam ser muito diferentes em inovações. E ela é um lugar onde aqueles sem poder podem construir uma história, uma cultura, uma economia – mesmo se eles não necessariamente se tornem poderosos. Pense nas comunidades imigrantes e nas favelas bem desenvolvidas, eles estão fazendo o espaço urbano.

Ponto-e-vírgula – O que uma cidade é capaz de acrescentar para a vida de uma pessoa de baixa renda ou pobre?

Saskia Sassen – Essa mistura de complexidade e incompletude torna possível gerar uma espécie de temática urbana e uma subjetividade urbana. Ela pode substituir o tema religioso, o tema étnico, o sujeito racializado, e, em certas configurações, também as diferenças de classe. Há momentos nas rotinas de uma cidade, quando todos se tornam assuntos urbanos. A hora do *rush* é essa tal mistura de tempo e espaço onde todos funcionam como sujeitos urbanos, a qual todos pertencem – as massas correndo para pegar o transporte público no horário de pico. Mas hoje, em vez de um espaço para incluir pessoas de várias experiências e culturas, nossas cidades globais estão expulsando pessoas e diversidades. Os novos proprietários, muitas vezes em sua maioria habitantes a tempo parcial, são muito internacionais, mas isso não significa que eles representam muitas culturas e tradições diversas. Eles são incrivelmente homogêneos, não importa o quão diverso seus países de nascimento e idiomas. Este processamento de tanta diferença através de um projeto corporativo global complexo é em si uma capacidade admirável, mas apenas se forem alocados para uma melhor utilização. Este não é o “sujeito urbano” que nossas grandes cidades mistas têm produzido historicamente. Este é acima de tudo um tema global “*corporate*”.

Ponto-e-vírgula - Há expulsões nos espaços físicos e espaços virtuais ou invisíveis. Poderíamos dizer que a Educação (universidade, por exemplo) é um desses espaços? Ou todo o sistema de segurança social?

Saskia Sassen - Bem, acho que se poderia dizer quando a educação serve para fortalecer as elites e reforçar o estatuto dos desfavorecidos (fornecendo escolas ruins para os pobres),

então a educação torna-se, de fato, espaço que vai ampliar a desigualdade. E isso não é o que se destina a fazer: que é garantir que também as classes médias pobres e modestas tenham uma chance de sucesso. A mesma coisa com o sistema de seguridade social: a intenção é garantir um padrão básico de vida e, assim, reduzir a distância entre os pobres e as classes médias e entre esses dois e os ricos. Não eliminar, mas reduzir.

Ponto-e-vírgula – Talvez os dois espaços sejam interligados, o do social, pela educação e o espaço da cidade.

Saskia Sassen – Um dos meus projetos favoritos é a noção que se nós tivermos os meios de capacitar também os bairros pobres e as classes médias baixas via educação, que isso poderia ajudar a instalar um tipo de urbanismo *open source* (código aberto). Isso poderia funcionar como um antídoto para o crescimento da desigualdade social, não dando mais dinheiro, mas pela capacitação para o mais modesto morador de um bairro se tornar mais um ator ativo na cidade.

Ponto-e-vírgula – O que você quer dizer exatamente com urbanismo *open source*?

Saskia Sassen - Isso significaria a implantação de tecnologias de código aberto em uma variedade de contextos urbanos. A questão torna-se então: “Podemos urbanizar a tecnologia de código aberto?” Como uma inovação tecnológica, o *open source* não foi sobre as cidades, mas de forma colaborativa a construção de ferramentas. No entanto, a abordagem de código aberto ressoa com o que as cidades estão no nível do solo, onde os usuários estão. Para usar uma analogia, o parque é feito não só com o *hardware* de árvores e lagos, mas também com o *software* de práticas das pessoas.

Em outra oportunidade⁴ eu sugeri que a noção de bairros de código aberto pode ser um instrumento fundamental não só para resolver problemas que são de determinados bairro, mas também como um primeiro passo na mobilização de bairros em ações coletivas de diversos tipos, desde a agricultura urbana até exigir melhores serviços do governo de uma cidade⁵. Um segundo fato relacionado a este é que cada bairro é diferente e tende a enfrentar problemas bem diferentes - de acesso aos transportes, das inundações, da pobreza e do desemprego, e muito mais. Por isso, cada bairro tem diferentes tipos de

⁴ <http://www.forbes.com/sites/teconomy/2013/11/10/open-sourcing-the-neighborhood/>

⁵ Ao usar a palavra bairro (*neighborhood*) refiro-me a modestas partes da cidade; usualmente não usamos esse termo para nos referir ao lugares onde vivem os muito ricos.

conhecimento sobre a cidade. Além disso, ele também tem uma diversidade de atores - a avó, o lojista, a criança - que passam muito tempo na vizinhança e, por sua vez, têm diversos saberes sobre o bairro.⁶

Ponto-e-vírgula – O que quer dizer com diversos saberes sobre o bairro?

Saskia Sassen – Eu quero destacar que esses são conhecimento localmente produzidos, não o conhecimento de especialistas em cidades, mas o conhecimento de moradores de diversas vizinhanças das cidades. Cada um deles é um tanto diferente – alguns alagam nas chuvas, outros não recebem água o suficiente etc. Este é um tipo de conhecimento que é diferente do conhecimento codificado no centro - o conhecimento de governos, peritos, elites. Nós poderíamos conectar esses diversos bairros-atores para uma rede de código aberto ou *wikis*, em que circulassem essas pequenas informações⁷. O efeito seria tornar acessível os sistemas frequentemente fechados de conhecimento do centro ou do topo. As agências governamentais tendem a verticalizar seu trabalho, assim como muitas instituições civis urbanas principais. Nós podemos cortar esse conhecimento codificado, trazendo estes pedaços de rua e conhecimento de bairro em sistemas de conhecimento padrão. Isso iria desestabilizar tais organizações e abri-las. As agências do governo central da cidade poderiam aprender aspectos sobre a cidade que elas não estão bem posicionadas para acessar.

Ponto-e-vírgula – Isso estimularia uma gestão urbana cidadã.

Saskia Sassen - Eventualmente, alguns usuários da vizinhança estão suscetíveis a experimentar com versões em desenvolvimento, mesmo que simples, tecnologias de código aberto destinadas a incorporar diversos pedaços de práticas de conhecimento e de conhecimento diversos da localidade - via moradores, amigos, e também crianças, pessoas sem abrigo, avós⁸. Embora nenhum deles seja um especialista urbano, cada

⁶ Uma grande inovação seguindo essa linha é o projeto de saúde desenvolvido pelo Dr. Manmeet Kaur para assistir trabalhadores de baixa renda no Harlem, em Nova Iorque. www.cityhealthworks.com

⁷ O exemplo mais simples de uma implementação deste tipo, ainda que elementar, é o app Pot-hole (pot-buraco) desenvolvido pelo governo municipal Boston. Você bate ou vê um buraco, clica no aplicativo e o governo da cidade recebe as informações: existe um buraco e estas são as coordenadas de sua localização. Ele evita de o governo municipal desperdiçar muito tempo tentando encontrar os buracos.

⁸ Em um projeto sobre os trabalhadores com baixos salários e digitalização, conclui que o que mais permitiria inclusão digital dos trabalhadores com baixos salários seria a extensão da digitalização para o espaço maior dentro do qual estes trabalhadores operam: não só no local de trabalho, mas também, e muito impor-

um tem conhecimento específico sobre o seu lugar. Tudo isso, por sua vez pode ativar elementos adicionais de ambas as práticas de conhecimento e práticas tecnológicas, gerar mais engajamento por moradores da cidade e mais comparações entre bairros. Em última análise, pode escalar até o nível da cidade, mas a partir do zero, levando a trocas e colaborações e para uma cultura de bairro e de cidade completamente mobilizada.



Foto: performaCITY

**Todas as notas de rodapé foram propostas e escritas por Saskia Sassen.*

tante, sua vizinhança. Para obter uma lista de inovações ver <https://osf.app.box.com/s/qlnbr195vm79720kp-vuj3iqgs8ldhc00>

